



**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS  
EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTO ANDRÉ**

**ELIZETE CRISTINA CARNELÓS BUZETO**

**SÃO PAULO**

**2020**

ELIZETE CRISTINA CARNELÓS BUZETO

**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE  
SANTO ANDRÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho – UNINOVE para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Intervenção em Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro

SÃO PAULO

2020

Buzeto, Elizete Cristina Carnelós.

Evasão escolar de jovens e adultos em uma escola pública de Santo André. / Elizete Cristina Carnelós Buzeto. 2020.

275 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2020.

Orientador (a): Prof. Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Escola pública. 3. Evasão. 4. Exclusão social.

I. Ungaro, Gustavo Gonçalves. II. Título.

CDU 372

ELIZETE CRISTINA CARNELÓS BUZETO

**EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE  
SANTO ANDRÉ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, pela Banca Examinadora formada por:

São Paulo, 01 de dezembro de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: Prof. Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro, Orientador – UNINOVE

---

Membro: Profa. Dra. Marília Macorin de Azevedo – CEETEPS

---

Membro: Profa. Dra. Ligia de Carvalho Aboes Vercelli – UNINOVE

SÃO PAULO

2020

*Onde quer que haja mulheres e homens,  
há sempre o que fazer,  
há sempre o que ensinar,  
há sempre o que aprender.*

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que me concedeu vida e oportunidades ilimitadas.

À Universidade Nove de Julho, que, por meio do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais, proporcionou-me estudo e pesquisa.

A todos os componentes do Programa, educadores e educandos, pelas experiências enriquecedoras e transformadoras.

Ao meu esposo, Buzeto, que me incentiva e respeita as minhas escolhas, fazendo-se parceiro, através do apoio, da renúncia e do companheirismo.

Aos meus filhos, Giovanna e Nicollas, um agradecimento especial, por entenderem minhas ausências, compreenderem e incentivarem minhas escolhas, verbalizando frases valorosas de amor e orgulho. Obrigada pelo auxílio e pelo abraço sincero nos momentos que eu mais precisei. Isso tudo é por vocês, razões da minha vida!

Em memória aos meus amados pais, Tereza e Valdemar, exemplos em minha vida, que sempre me apoiaram nos momentos de decisão, angústias e alegrias. Minha eterna gratidão, por acreditarem em mim, por me oportunizarem experiências, por me transmitirem amor, valores, ética e ensinamentos para a vida.

Aos meus familiares, pelo entendimento que dividiram comigo neste período.

Ao Professor Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro, por seu direcionamento e contribuições fundamentais.

Aos participantes desta pesquisa, educandos e educadores da Educação de Jovens e Adultos e Coordenadora de Serviço Educacional Fernanda Savordelli Lima, da prefeitura de Santo André.

Às amigas e companheiras de trabalho da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Carolina Maria de Jesus, meu agradecimento, pela compreensão, companheirismo e estímulo, em nossa rotina de trabalho tão intensa, e para todos que convivem comigo na escola.

Gratidão me resume neste momento!

## LISTA DE SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AP	Assistente Pedagógica
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPFP	Centro Público de Formação Profissional
DEJA	Departamento de Jovens e Adultos
DET	Departamento de Educação do Trabalhador
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FIC	Formação Inicial Continuada
FINEDUCA	Revista de Financiamento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério
GCM	Guarda Civil Municipal
I	Insatisfatório
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPCA	Índice de Preços do Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIPIGES	Linha de Pesquisa e Intervenção Gestão Educacional
MEC	Mistério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pronto Atendimento
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIQ	Programa Integrado de Qualificação
PLS	Plenamente Satisfatório
PME	Plano Municipal de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROGEPE	Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais
PS	Plenamente Satisfatório
PSA	Prefeitura de Santo André
RPS	Reunião Pedagógica Semanal
S	Satisfatório
SA	Sem Avaliação
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEFP	Secretaria de Educação e Formação Profissional
SEJA	Serviço de Educação de Jovens e Adultos
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SRM	Sala de Recurso Multifuncional
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNINOVE	Universidade Nove de Julho



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Fatores de Ponderação de 2007-2016.....	36
Tabela 2 – Número de Matrículas Nacionais na Educação de Jovens e Adultos.....	70
Tabela 3 – Matrículas da EJA vinculada ao Ensino Profissional.....	72
Tabela 4 – Matrículas e Evasões do 1º Termo da EJA.....	126

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Arco Ocupacional EJA I FIC.....	110
Quadro 2 – Arco Ocupacional EJA II FIC. ....	110

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil se constitui como política pública que visa possibilitar acesso e permanência à escola aos que não puderam exercer esse direito na idade prevista e se relaciona com o fomento ao desenvolvimento humano, à diminuição das desigualdades sociais e ao cumprimento dos direitos sociais. A pesquisa contextualizada da realidade revela um grande desafio a ser superado nessa modalidade educacional, que é a evasão escolar, objeto desta pesquisa, em uma escola pública de Santo André, estado de São Paulo, cujo objetivo é verificar o porquê da evasão escolar da Educação de Jovens e Adultos. Como objetivos específicos, elencamos: compreender os motivos que levam os educandos à evasão escolar e verificar as necessidades e sugestões que apresentam para a qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Partimos da hipótese de que a evasão escolar está associada à estrutura e organização e a questões pessoais, pois os educandos apresentam baixo interesse pela escola, não elegendo a continuidade dos estudos como prioridade de vida. A metodologia será de cunho qualitativo e documental e, como instrumentos de coleta de dados, serão aplicadas a observação participante, a entrevista semiestruturada com os educandos e educadores e a análise dos documentos oficiais da escola, relacionados à Educação de Jovens e Adultos, como matrícula, diário de classe, histórico escolar e atas de conselho de ciclo. Como proposta de intervenção, socializaremos o resultado da pesquisa com a equipe docente e discente da referida escola, propondo um diálogo entre os sujeitos para sensibilização do contexto, das necessidades e possibilidades de mudança, e entrega para a Secretaria de Educação de um exemplar da dissertação. Para fundamentar as categorias jovens e adultos como sujeitos conscientes e críticos, educação como direito e políticas públicas, utilizaremos os autores da Pedagogia Crítica; na categoria construção da Educação de Jovens e Adultos no município de Santo André, as publicações da Rede Municipal de Santo André; na categoria legislação, utilizaremos as normatizações da educação, como: Lei de Diretrizes e Bases, Parecer do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação de Santo André. Como conclusões prévias da pesquisa, pode-se apontar que, entre as causas de evasão escolar no 1º Termo da Educação de Jovens e Adultos, estão fatores de ordem pessoal, a saber, necessidade de trabalho remunerado, dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima e criticidade e falta de perspectivas de superação pessoal e econômica, fatores de ordem financeira, como a má distribuição de recursos financeiros entre as modalidades de ensino e fatores estruturais e pedagógicos no ambiente escolar, que não propiciam o exercício da criticidade.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Escola pública. Evasão. Exclusão social.

## ABSTRACT

Youth and Adult Education in Brazil is a public policy that aims to provide access and permanence to school for those who could not exercise this right at the expected age and is related to the promotion of human development, the reduction of social and social inequalities. compliance with social rights. The contextualized research of reality reveals a great challenge to be overcome in this educational modality, which is school dropout, the object of this research, in a public school in Santo André, state of São Paulo, whose objective is to verify the reason for school dropout. Youth and Adult Education. As specific objectives, we list: understand the reasons that lead students to drop out of school and check the needs and suggestions they present for the qualification of Youth and Adult Education. We started from the hypothesis that school dropout is associated with structure and organization and with personal issues, as students have low interest in school, not choosing to continue their studies as a life priority. The methodology will be of a qualitative and documentary nature and, as instruments of data collection, participant observation will be applied, the semi-structured interview with students and educators and analysis of the official school documents, related to Youth and Adult Education, such as enrollment, class diary, school history and cycle council minutes. As an intervention proposal, we will socialize the result of the research with the teaching and student staff of that school, proposing a dialogue between the subjects to raise awareness of the context, the needs and possibilities for change, and deliver a copy to the Department of Education. of the dissertation. To support the youth and adult categories as conscious and critical subjects, education as a right and public policies, we will use the authors of Critical Pedagogy; in the category of construction of Youth and Adult Education in the municipality of Santo André the publications of the Municipal Network of Santo André; in the legislation category, we will use education standards, such as: Law of Guidelines and Bases, Opinion of the National Education Council, National Curriculum Guidelines for Basic Education, National Education Plan and Municipal Education Plan of Santo André. As previous conclusions of the research, it can be pointed out that among the causes of school dropout in the 1st Term of Youth and Adult Education are personal factors, namely, the need for paid work, learning difficulties, low self-esteem and criticality and lack of perspectives of personal and economic overcoming, financial factors, such as the poor distribution of financial resources among the teaching modalities and structural and pedagogical factors in the school environment, which do not provide the exercise of criticality.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Public school. Evasion. Social exclusion.

## RESUMEN

La educación de jóvenes y adultos en Brasil es una política pública que tiene como objetivo proporcionar acceso y permanencia a la escuela para aquellos que no pueden ejercer este derecho a la edad esperada y está relacionada con la promoción del desarrollo humano, la reducción de las desigualdades sociales y sociales. cumplimiento de los derechos sociales. La investigación contextualizada de la realidad revela un gran desafío a superar en esta modalidad educativa, que es el abandono escolar, el objeto de esta investigación, en una escuela pública en Santo André, estado de São Paulo, cuyo objetivo es verificar el motivo del abandono escolar. Educación de jóvenes y adultos. Como objetivos específicos, enumeramos: comprender las razones que llevan a los estudiantes a abandonar la escuela y verificar las necesidades y sugerencias que presentan para la calificación de Educación de Jóvenes y Adultos. Partimos de la hipótesis de que el abandono escolar está asociado con la estructura y la organización y con problemas personales, ya que los estudiantes tienen poco interés en la escuela y no eligen continuar sus estudios como una prioridad de la vida. La metodología será de naturaleza cualitativa y documental y, como instrumentos de recopilación de datos, se aplicará la observación participante, la entrevista semiestructurada con estudiantes y educadores y el análisis de los documentos escolares oficiales, relacionados con la educación de jóvenes y adultos, como la matrícula, diario de clase, historia escolar y actas del consejo del ciclo. Como propuesta de intervención, compartiremos los resultados de la investigación con el personal docente y los estudiantes de esa escuela, proponiendo un diálogo entre las asignaturas para crear conciencia sobre el contexto, las necesidades y posibilidades de cambio, y entregar una copia al Departamento de Educación. de la disertación. Para apoyar las categorías de jóvenes y adultos como sujetos conscientes y críticos, la educación como un derecho y políticas públicas, utilizaremos los autores de Pedagogía Crítica; en la categoría de construcción de Educación de Jóvenes y Adultos en el municipio de Santo André, las publicaciones de la Red Municipal de Santo André; en la categoría de legislación, usaremos estándares educativos, tales como: Ley de Pautas y Bases, Opinión del Consejo Nacional de Educación, Pautas Curriculares Nacionales para Educación Básica, Plan Nacional de Educación y Plan de Educación Municipal de Santo André. Como conclusiones previas de la investigación, se puede señalar que entre las causas del abandono escolar en el primer trimestre de la educación de jóvenes y adultos se encuentran factores personales, a saber, la necesidad de trabajo remunerado, dificultades de aprendizaje, baja autoestima y criticidad y falta de perspectivas de superación personal y económica, factores financieros, como la mala distribución de los recursos financieros entre las modalidades de enseñanza y factores estructurales y pedagógicos en el entorno escolar, que no proporcionan el ejercicio de la criticidad.

**Palabras clave:** Educación de Jóvenes y Adultos. Escuela pública. Evasión. Exclusión social.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO.....</b>	<b>23</b>
2.1 OS AVANÇOS DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS .....	23
2.1.1 Lei de Diretrizes e Bases .....	31
2.1.2 A Base Nacional Comum Curricular e a EJA .....	38
2.1.3 Evolução jurídica e educacional.....	42
2.1.4 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	46
2.2 EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA.....	49
2.3 INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO .....	53
2.4 A INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA SOCIEDADE E NA ESCOLA .....	56
2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	61
2.6 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A EJA.....	73
<b>3 O PATRONO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E A EJA .....</b>	<b>76</b>
3.1 VIDA E OBRA DE PAULO FREIRE .....	76
3.2 CÍRCULO DE CULTURA .....	82
3.3 O PAPEL DA ESCOLA NA EJA .....	86
3.4 A PRÁTICA EDUCATIVA.....	90
3.5 DIÁLOGO E PROBLEMATIZAÇÃO .....	97
3.6 HUMANIZAÇÃO DO HOMEM.....	100
<b>4 CONSTRUÇÃO DA EJA EM SANTO ANDRÉ.....</b>	<b>103</b>
4.1 PERCURSO DA EJA EM SANTO ANDRÉ.....	103
4.2 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	110
4.3 CIDADE, COMUNIDADE E CONTEXTO ESCOLAR .....	113
4.4 PERCURSO METODOLÓGICO .....	122
4.5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	125
4.5.1 Educandos .....	126
4.5.2 Educadores .....	132
4.5.3 Escola .....	132
4.6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....	140
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>

<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE G – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE H – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE J – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>205</b>
<b>APÊNDICE K – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>208</b>
<b>APÊNDICE L – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>212</b>
<b>APÊNDICE M – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>216</b>
<b>APÊNDICE N – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>220</b>
<b>APÊNDICE O – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019.....</b>	<b>224</b>
<b>APÊNDICE P – Guia prático de serviços do Município de Santo André.....</b>	<b>228</b>

## APRESENTAÇÃO

Podemos fazer a grande revolução da educação brasileira, independente das alterações na legislação ou do sistema, se, no dia a dia do trabalho, conciliarmos o compromisso – construído com nossos princípios de liberdade e equidade – com as camadas oprimidas da população e com as estratégias arquitetadas a partir de uma leitura de realidade (ROMÃO, 2011, p. 81).

Minhas recordações de infância remetem-se às brincadeiras com minha mãe, nos jogos simbólicos de casinha, de mamãe e bebê e no preparo de comidinhas. Não me recordo de brincar de escola, com lápis, papel e tesoura, neste universo tão rico de relações e descobertas. Essa questão, infelizmente, não era destaque em minha casa. Meu ingresso na Rede Estadual de Ensino de Santo André ocorreu com sete anos. Ao chegar, minha ansiedade foi substituída por sensações de abandono, frieza e solidão.

Por ser filha única e de família pequena, não tinha primos para brincar, nem amigos no entorno de minha casa. E dessa mesma forma cheguei à sala de aula: tímida, retraída e muda. As crianças agitadas e uniformizadas conversavam e riam, e eu, frente a esse turbilhão de emoções, ficava estática. A professora, que não me lembro do nome, direcionou-me a uma carteira, onde me sentei e permaneci imóvel. Os educandos já se conheciam, uma vez que no ano anterior estudaram juntos no Jardim de Infância e, envolvidos na alegria do retorno às aulas, nem perceberam minha chegada.

Os dias se passaram e minha dificuldade em segurar o lápis e copiar com agilidade os encontros vocálicos da lousa foi imensa. Enquanto todos finalizavam suas atividades e pegavam suas lancheiras para irem ao recreio, eu era orientada a permanecer na sala de aula até que terminasse meu dever. Quantas sensações de inferioridade e decepção, que nem consigo descrever, como também não consigo lembrar da fisionomia da minha primeira professora.

Ao chegar em casa, meu sentimento era descrito em uma única palavra: alívio. Afinal, retornava ao meu porto seguro, nem meu pai ou minha mãe perguntavam como havia sido minha aula, fazendo com que eu esquecesse momentaneamente das minhas fragilidades e desafios. Com o tempo, aprendi a ler, a escrever e a calcular e lentamente comecei a desenvolver algumas habilidades motoras. Como aluna regular, passei despercebida na fase inicial de escolarização, hoje correspondente ao Ensino Fundamental (EF) I.

Ao cursar o EF II, ampliei meus relacionamentos, sendo líder de sala e buscando auxiliar os demais educandos com dificuldades e defasagens de conteúdo, organizações de atividades e festas, tornando-me referência positiva por minhas habilidades.



Por sugestão de minha mãe, no Ensino Médio (EM), matriculei-me no curso de Magistério e, assim, prossegui meus estudos, com dedicação. Nesse mesmo período, fui adquirindo admiração por docentes apaixonados pela Educação, pelas pessoas e pela vida. Uma das tantas professoras que participaram desse meu período, a professora de Química, encantou-me com os conteúdos e a lógica dos elementos químicos e quando me dei conta estava matriculada na graduação de Engenharia Química.

Apesar de provinda do Magistério, onde não havia ênfase nas disciplinas como: Física, Química e Matemática, minhas notas e meu desempenho eram acima da média, o que superou as expectativas dos meus pais e amigos. Um ano depois, fruto de reflexões existenciais, deixei o campo das exatas e retornei ao campo das humanas, ingressando no curso de Pedagogia, onde me encontrei, tendo a certeza, fruto das minhas experiências, do que nunca fazer em sala de aula.

Em uma sessão de terapia, após o relato sobre minha infância, tive uma explicação da psicóloga. As minhas experiências revelavam que fui capaz de superar as decepções da escola primária e que o bloqueio criado pela minha mente foi para me proteger, gerando possibilidades de recomeçar relações positivas no ambiente escolar.

No ano de 1989, ingressei como professora de Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental no primeiro concurso público para acesso de cargos na prefeitura de Santo André. Nos 14 anos que se seguiram, atuei na Educação Básica, exercendo a docência em diversas unidades escolares, na região periférica e central da cidade. Concomitantemente, continuei meus estudos em cursos de especialização.

Em 2005, por meio de processo seletivo interno da Rede Municipal de Santo André, o qual compreende uma prova escrita e entrevista, acessei a Função Gratificada de Diretora, em uma unidade escolar, com atendimento a crianças de cinco a dez anos, nas modalidades da EI e EF e com uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, devido ao baixo número de educandos, foi desativada em 2007. Os educandos e a educadora foram remanejados, verbalizando queixas e ressentimentos, impossíveis de serem esquecidos.

Atualmente, encontro-me como gestora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Carolina Maria de Jesus, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, com atendimento aos educandos da EI, EF e EJA. Nela, semestralmente, acompanho a grande evasão de educandos, com incidência na modalidade de EJA II, correspondente ao EF II. A evasão escolar é a interrupção no prosseguimento dos estudos, revelado por dificuldades de aprendizagem, exclusão social, baixa autoestima, questões pessoais, necessidade de priorizar o trabalho remunerado, dentre outros. Por não finalizarem o percurso escolar, os educandos não

conseguem concluir sua formação, incidindo na precariedade de oportunidades de trabalho e na difícil inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto, visualizo a necessidade de ampliação de oportunidades para estes educandos, na equiparação de direitos, na participação em sociedade, no desenvolvimento de autonomia e emancipação, no avanço de entendimento de todos os envolvidos, sobre a estrutura e o currículo da EJA, com a finalidade de permanência e conclusão da modalidade.

O formato da EJA precisa ser revisto, por meio de escolhas governamentais e escolares, a fim de ampliar a aprendizagem, a formação e instrumentalizar essa parcela marginalizada da sociedade para uma mudança de vida, como cidadãos críticos, participativos e economicamente ativos. Posto isso, para avançarmos verdadeiramente enquanto sociedade, em um país de possibilidades ilimitadas, devemos caminhar, propor reflexões e mudanças, vencendo as fragilidades e deficiências da estrutura e de todos os envolvidos.

O objetivo de meu estudo é buscar o entendimento das razões que contribuem para a evasão escolar. Faz-se necessário abrir a escuta e o diálogo a esses jovens e adultos, que possuem, ou não, clareza da necessidade de continuidade de seus estudos.

No percurso dessa busca, em 2019, ingressei no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), compondo a Linha de Pesquisa e Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES) com a finalidade de refletir e buscar soluções sobre essa problemática da EJA, em especial na EMEIEF Carolina Maria de Jesus.

A democratização do acesso à educação não garante a sua permanência, havendo de se pensar e pesquisar políticas públicas que acolham e sejam apropriadas, que considerem as características, os interesses e as condições de vida desses jovens e adultos, conforme declara a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), desenvolvida na Linha de Pesquisa e Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), corrobora com a temática na pesquisa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se constitui como política pública direcionada a possibilitar o acesso e a permanência à escola aos que não puderam exercer esse direito na idade prevista e cuja relevância se vincula com a almejada diminuição das desigualdades sociais, o desenvolvimento humano e a efetivação dos direitos sociais.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 reconhece os direitos básicos fundamentais ao ser humano e, dentre eles, o direito à educação, porta de acesso e de fortalecimento aos demais direitos; sendo assim, violar essa condição essencial é privar direitos e liberdades. No Brasil, o direito à educação começa a se constituir legalmente na Constituição de 1824, mas com indicativo para uma pequena parcela de privilegiados. Em continuidade desse processo de discussão e construção, ampliou-se o tempo de estudo, os níveis de ensino, as modalidades, o financiamento e o dever do Estado. Nesse percurso histórico, a Educação de Jovens e Adultos é reconhecida como direito a partir de 1930, com a consolidação de um sistema público de educação e avança significativamente através das campanhas de alfabetização, entre 1940 e 1950, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Ensino Supletivo e Programas de Alfabetização, coordenados pelo governo federal e por meio de legislações específicas para a modalidade.

A Educação de Jovens e Adultos alcança seu ápice na Constituição de 1988, democraticamente construída, com previsão normativa para o atendimento a essa modalidade formativa, fundamental à transformação social. Mas, no cotidiano das escolas, essa prescrição não se efetiva em amplitude e em qualidade, como almejado e forjado pelos educadores e pesquisadores, durante seu histórico de lutas e de reivindicações. Em nosso País, a Educação de Jovens e Adultos ainda se apresenta como um direito a ser conquistado, visto a continuarmos apresentando um baixo e desigual nível de escolarização da população.

Em 1990, o governo federal estabelece reformas e reduções de políticas públicas redefinindo o papel e o dever do Estado, transmitindo aos municípios e aos Estados a responsabilidade pela Educação de Jovens e Adultos, dando início à municipalização da modalidade, por meio do gerenciamento financeiro, aporte de questões estruturais, oferta de vagas, corpo docente e formações, impactando de forma negativa, com restrições e riscos à

qualidade do serviço prestado. Os desafios da educação pública e em especial da Educação de Jovens e Adultos perpassam pela necessidade de universalização, indicado pelo grande contingente de jovens e adultos analfabetos absolutos ou com baixa escolarização, pela permanência, pela qualidade, pela equidade, pelo financiamento e pela melhor divisão dos insumos, para avançarmos como política pública eficiente e eficaz para a aplicabilidade do direito à educação, visando à superação das desigualdades sociais.

O contexto socioeconômico limitante e a idade se apresentam como critérios inerentes ao perfil dos alunos dessa modalidade, cujo direito à educação foi negligenciado em virtude de ausência ou grande distância entre a escola e suas casas, preconceitos, necessidade emergencial de trabalho e má qualidade de ensino, que não lhe possibilitaram êxito e aprendizagem significativa. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2018 aponta que, do total de 133,7 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais de idade, cerca de 42,2 milhões não finalizaram o Ensino Fundamental, representando cerca de 31,5% da população; quanto ao analfabetismo absoluto, a porcentagem é de 6,8% para o mesmo ano, índices que desafiam a todos a uma reflexão atual e processual do percurso dessa modalidade. A Educação de Jovens e Adultos precisa ser interpretada como educação essencial e afirmativa, para avançarmos e rompermos com a manutenção desse histórico limitador e opressor, com os jovens e adultos excluídos pelo sistema educacional. É preciso consolidar o exercício de um direito universal, o direito à educação, que permita justiça social e uma vida mais digna, com a garantia de liberdade e do exercício da cidadania, possibilitando o desenvolvimento individual e coletivo.

Nesse sentido, o currículo da modalidade precisa ser priorizado no sujeito, com intencionalidade educativa e política, aproximando as experiências e conhecimentos prévios ao contexto escolar, considerando suas necessidades sócio-histórico-econômicas, propiciando a problematização da sua realidade, o diálogo, a conscientização e a transformação social.

Com o propósito de ampliar a reflexão sobre a temática, a pesquisa se pautou em um levantamento de teses e dissertações dos últimos cinco anos, no qual o objeto de estudo também é a evasão escolar da modalidade em destaque, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), integrando os sistemas de informações de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Por meio de palavras-chave, como Educação de Jovens e Adultos, escola pública, evasão e exclusão social, foi possível realizar a pesquisa no banco de dados, sendo necessária a seleção de pesquisas por relevância da temática. Destacamos seis publicações, que discutem as políticas públicas e a problemática da evasão no percurso histórico da modalidade, as perspectivas de gestores e educadores sobre o tema, a necessidade

de elevação dos índices de permanência dos alunos, a busca de qualidade nas ações da gestão escolar, o desenvolvimento de mecanismos sistemáticos de comunicação entre os segmentos, a análise de trajetória de vida de ex-alunos, os motivos de retorno e de evasão escolar, a falta de vaga para os egressos e o trabalho remunerado como condição para o retorno e o motivo para o abandono. A pesquisa desta dissertação se destaca, em relação às apontadas anteriormente, pela metodologia desenvolvida e pelos resultados obtidos, pois desenvolve entrevistas semiestruturadas com os educandos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, dando voz aos excluídos do processo educacional, por diversas e complexas razões, possibilitando traçar um perfil mais real das atuais condições sócio-econômico-históricas em que se encontram suas limitações, fragilidades e perspectivas. Dar voz aos educandos da escola é possibilitar entendimentos e caminhos, é desvelar o subjetivo, é ampliar a criticidade de todos os envolvidos no processo educacional, é problematizar a vida e a transformação social, é exercer o papel da educação de promover o desenvolvimento humano e a efetivação dos direitos sociais, visando à diminuição das desigualdades.

Diante do exposto, a pesquisa se propõe a refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, como política pública, que visa possibilitar o acesso e a permanência à escola aos que não puderam exercer esse direito na idade prevista e revela um grande desafio a ser superado nessa modalidade educacional, que é a evasão escolar, objeto desta pesquisa, em uma escola pública de Santo André, estado de São Paulo, cujo objetivo é verificar o porquê da evasão escolar da Educação de Jovens e Adultos. Como objetivos específicos, elencamos: compreender os motivos que levam os educandos à evasão escolar e verificar as necessidades e sugestões que apresentam para a qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Partimos da hipótese de que a evasão escolar está associada à estrutura e organização e a questões pessoais, pois os educandos apresentam baixo interesse pela escola, não elegendo a continuidade dos estudos como prioridade de vida. O universo da pesquisa será a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Carolina Maria de Jesus, situada na periferia da cidade de Santo André, município de São Paulo, com os educandos e educadores do 1º Termo da EJA II, correspondente ao 6º ano do Ensino Fundamental (EF) II, no decorrer de 2019, com o propósito de elencar e compreender as razões da evasão escolar, quais as necessidades e sugestões para o atendimento e qualificação da Educação de Jovens e Adultos, visto que os educandos desta escola são excluídos do processo educacional repetidas vezes, moradores de uma região de baixa renda, com poucas oportunidades de finalização de seus estudos, ausência de trabalho formal e com baixas perspectivas de ascensão socioeconômica. Face ao contexto, acreditamos que a Educação de Jovens e Adultos em Santo André e na unidade escolar citada necessita de

reorganização estrutural, formação para o trabalho e revisão curricular, que priorize a prática educativa por meio da problematização, do diálogo, da valorização cultural e dos percursos educacionais, em um ambiente acolhedor e autônomo. A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos representa a violação de direito básico para o exercício da cidadania, aos que deixaram de completar o ciclo essencial da Educação Básica, por inúmeros e complexos fatores de ordem estrutural, pessoal e pedagógica; por isso a emergente necessidade de reflexão sobre a modalidade.

Na segunda seção da dissertação discorreremos sobre a educação como direito, pautada em diversos fóruns de discussão e os avanços das Constituições Federais no âmbito educacional, em especial na Carta Magna democraticamente construída em 1988, um grande marco histórico, que inicia seu texto apontando a dimensão protetiva e pela primeira vez descreve extenso rol de direitos sociais, dentre eles o direito à educação, visando à valoração da sua finalidade, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu exercício para a cidadania e a qualificação para o trabalho, balizados pelos princípios da igualdade de condições para o acesso e a permanência nas instituições escolares. A Educação como princípio e exigência básica para a cidadania foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), elaborada para garantir o direito e acesso à educação gratuita de qualidade, valorizar os profissionais da educação, determinar o dever da União, dos Estados e dos Municípios. A Base Nacional Comum Curricular, a evolução Jurídica e Educacional e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos completam o escopo legal imprescindível para assegurar e promover avanços educacionais. Com base nos teóricos da pedagogia crítica, discutiremos a relação entre educação e democracia, as influências dos Organismos Internacionais e da economia sobre a sociedade e sobre a escola, as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, em seu percurso histórico de avanços e retrocessos, e a Educação Profissional. Essas e outras questões que se referem ao direito à educação serão destacadas por meio de Romão (2011), Gadotti (2011) e Ranieri e Alves (2018), por discorrerem sobre o analfabetismo como uma negação de um direito e por indicarem a Educação de Jovens e Adultos como uma das possibilidades mais estratégicas de transformação social. As políticas públicas federais para a Educação de Jovens e Adultos serão discorridas através dos autores Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) e Haddad e Di Pierro (2000), pela intencionalidade e relevância no contexto educacional.

Na terceira seção abordaremos a vida e obra do patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1967, 1985, 2001, 2011, 2015, 2016a, 2016b e 2018), que idealizou a Educação com o princípio da conscientização dos sujeitos, levando-os à compreensão de sua condição social e econômica, suas possibilidades de libertação e autonomia em permanente construção, por meio

das reflexões sobre o círculo de cultura, o papel da escola frente à Educação de Jovens e Adultos, a prática educativa, o diálogo e a problematização, e a humanização do homem, consciente das suas possibilidades de transformação social. A Educação de Jovens e Adultos é constituída por diversidade, por jovens em busca de uma certificação rápida do Ensino Fundamental, para inserção no mercado de trabalho, e por mulheres e homens que, após constituírem família, com ou sem trabalho, retornam aos estudos nas perspectivas de qualificação e autovalorização. Considerar essa diversidade de perfis, intenções e necessidades é imprescindível para implementar ações que promovam a permanência dos educandos da EJA, ao propiciar o protagonismo, por meio da conscientização da sua condição social.

Na quarta seção, refletiremos sobre as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no município de Santo André, com base em publicações da Prefeitura de Santo André, datadas entre 2000 e 2016, que, em uma perspectiva de superação das desigualdades sociais e econômicas, visa à formação integral de homens e mulheres, de todas as idades, através da valorização e resgate de saberes e da cultura local, sobre o Plano Municipal de Educação e sobre os contextos da cidade, da comunidade e da escola. A Secretaria de Educação de Santo André implantou o Serviço de Educação de Jovens e Adultos em 1989 e, nesse percurso de 30 anos, a Educação de Jovens e Adultos desenvolveu propostas para o exercício da cidadania, que por meio de dados demográficos e socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolveu ações e políticas públicas educacionais, pontuais e importantes, para a ampliação da escolarização de jovens e adultos. Na sequência, descreveremos a pesquisa empírica e o percurso metodológico, por meio da observação, da coleta de dados e das entrevistas semiestruturadas com os educandos e educadores do 1º Termo da EJA II, aplicadas no decorrer do ano letivo de 2019. Analisaremos os resultados obtidos, com aporte nos teóricos da pedagogia crítica, destacando as perspectivas, as necessidades, as expectativas e as possibilidades da Educação de Jovens e Adultos na escola em estudo.

Na quinta seção, para as considerações finais, retomaremos o objeto e os objetivos da pesquisa, para verificação da hipótese elencada no início do estudo, discorrendo sobre a evasão escolar e o percurso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, na cidade de Santo André e na EMEIEF Carolina Maria de Jesus. Com os resultados das análises de dados e as contribuições dos autores citados, nosso intuito é de corroborar com as reflexões e as práticas educativas sobre esta modalidade, para a diminuição da evasão escolar, na unidade escolar, pois a Educação de Jovens e Adultos precisa ser interpretada e avaliada pelo impacto que gera na qualidade de vida dos educandos, necessidade esta que precisa ser ampliada e qualificada, para contribuir para a

permanência e continuidade dos estudos, de forma consciente, para se sentirem acolhidos, inseridos e ativos em seus contextos, assumindo sua autonomia na formação continuada.



## **2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO**

Neste capítulo, apresentaremos um recorte histórico dos marcos legais a partir de uma perspectiva cronológica, no sentido de refletir sobre os avanços e retrocessos da nossa legislação, em especial na intencionalidade educacional, nos últimos 30 anos. Pretende-se entender o percurso de construção da EJA e do objeto desta pesquisa, que consiste em compreender quais são as razões que influenciam na evasão escolar dessa modalidade de ensino. A hipótese que temos para esta questão está associada à estrutura e organização da EJA e a questões pessoais, pois poucos educandos dão continuidade aos estudos.

A intenção desta seção consiste em elencar as normatizações legais e educacionais, o contexto socioeconômico e político e as políticas públicas devido ao fato de nossa sociedade apresentar diversas e complexas contradições, que propiciam violações de direitos e exclusão social, ampliando as desigualdades e produzindo discriminação, violência e autoritarismo. Esse modelo se reproduz no ambiente educacional, influenciando na construção da democracia, dificultando a emancipação dos seus cidadãos, na construção de suas identidades coletivas e individuais. Por esta razão, a escolha de teóricos da teoria crítica e do educador Paulo Freire para fundamentar esta pesquisa, os quais, por meio de seus estudos e reflexões, trazem contribuições singulares, destacando a necessidade de conscientizar e humanizar o homem e a sociedade.

A prática educacional exige a criação de novos posicionamentos e conceitos para a promoção da defesa dos direitos sociais e para a formação dos jovens e adultos da EJA, promovendo sua participação ativa e responsável na sociedade. Somente por meio de uma educação emancipadora, que propicie o respeito pelo educando, pelas culturas e diferenças, será possível a transformação social. Nesse sentido, o estudo do contexto histórico do nosso país é imprescindível para a busca de entendimento sobre a trajetória da EJA, direcionado pelas Constituições Federais brasileiras e demais legislações.

### **2.1 OS AVANÇOS DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS**

As Constituições Federais (CF) revelam o cenário histórico e socioeconômico dos períodos em que foram escritas; por este motivo, são relevantes para o entendimento dos contextos. Neste breve estudo, faremos um resgate histórico a partir da década de 1930, em decorrência do Golpe de Estado, que destituiu do poder o presidente Washington Luiz e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Nessa circunstância, o Exército e a Marinha Brasileira

instalam uma junta provisória, que institui Getúlio Vargas presidente da República com o apoio de chefes militares, caracterizando, assim, o fim da República Velha.

Anteriormente, o Brasil era governado pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, por meio de eleições duvidosas e alternância do poder. Essa conjuntura também é um marco na história mundial, decorrente da crise econômica, que se inicia com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, afetando a economia de diversos países, dentre eles o Brasil, que vivenciava os resultados de uma crise do setor agroexportador de café.

A Revolução de 1930 inspira a possibilidade de modernização do país, interpretada como processo de industrialização e urbanização, como cita Vieira (2007), com perspectivas, por meio da educação, de construir e consolidar um sentimento de nacionalidade. A CF de 1934 manteve característica das Constituições anteriores, mas, por estabelecer ampla e significativa atenção aos direitos dos trabalhadores, contribui para que Getúlio Vargas conquiste o apoio da população assalariada.

A Carta Magna de 1934 é a primeira a destinar um capítulo à Educação, estabelecendo marco legal e incorporando direitos sociais como direitos dos cidadãos e “[...] o estabelecimento da vinculação constitucional de recursos para a educação e que, salvo interrupções nos períodos ditatoriais, permanece em vigência até hoje” (PINTO, 2018, p. 847). Apresenta-se em 17 artigos, com perfil republicano, intenções de reconstrução nacional e promoção social.

No artigo 150, a educação é conceituada como competência da União, com normas a serem delimitadas para a construção do Plano Nacional de Educação (PNE), tarefa destinada ao Conselho Federal de Educação (CNE), cabendo explicitar e ampliar o direito à educação ao ensino primário, integral, gratuito e frequência obrigatória para crianças e jovens. Dessa forma, a organização e manutenção dos sistemas permanecem como responsabilidades dos Estados e do Distrito Federal.

Mesmo com bases liberais, o texto constitucional mantém posicionamentos conservadores das Constituições anteriores, ao inserir o ensino religioso na grade educacional. Quanto ao financiamento da educação, essa é a primeira CF que define vinculações, cabendo à União e aos municípios uma aplicação mínima de 10% e aos Estados e ao Distrito Federal uma aplicação mínima de 20%. “[...] a ideia de uma vinculação específica de recursos para a educação remonta à Conferência Interestadual do Ensino Primário, ocorrida em 1921 no Rio de Janeiro” (PINTO, 2015, p. 103).

No documento, aponta-se a necessidade de o ensino primário ser ministrado como dever das empresas industriais e agrícolas que tivessem em seu quadro mais de 50 trabalhadores, dos quais mais de 10 fossem analfabetos. A liberdade de cátedra e o concurso público são

explicitados no texto constitucional, de acordo com Teixeira (2008). Nela são explicitadas parte das proposições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1930 e a competência exclusiva da União de elaborar as Bases e Diretrizes da Educação Brasileira. Nesse período, o Brasil obteve o “[...] primeiro Ministério da Educação, com poderes efetivos [...]”, conforme Pinto (2015, p. 102).

A CF de 1937, redigida por Francisco Campos, Ministro da Justiça, em consequência do Estado Novo, período correspondente ao governo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, compôs-se com características autoritárias, de censura e centralização do poder em todas as instâncias, como justificativa de conter uma ameaça de golpe comunista no Brasil.

O governo, por meio de reformas educacionais, denominadas Leis Orgânicas, reorganiza o ensino, em contraponto aos anos anteriores, que foram precursores de discussão de movimentos reformistas, como descreve Vieira (2007). O ensino primário recebe uma política de nacionalização, com o fechamento de escolas estrangeiras, ampliação do número de escolas e a imposição de um sistema nacional de ensino, orientado pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde em 1930.

O ensino secundário e universitário também são alvos de reformas, além da criação do Sistema Universitário Público Federal, da Universidade do Brasil e do Serviço Nacional da Indústria (Senai). Nesse período, economicamente, busca-se a modernização do Estado Brasileiro, por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e por consequência a consolidação de leis trabalhistas e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

O texto constitucional estabelece, por meio do artigo 125, que a responsabilidade pela educação é delegada em primeira instância como dever e direito da família, sendo o dever do Estado, em relação à educação, inserido em segundo plano, por meio de uma função compensatória, para suprir as deficiências dos que não puderam arcar com os custos de uma educação particular. Mesmo com a menção, no artigo 130, da gratuidade da educação, exige-se dos pais uma contribuição módica ou mensal para a escola, cabendo aos menos favorecidos a apresentação de comprovação de escassez ou ausência de recursos. A gratuidade é oportunizada por meio de exceção e não como direito; dessa forma, contribui-se para a construção da ideia de uma escola pública para os pobres.

Para o Estado Novo, o fundamental é organizar o ensino profissional, para atender a necessidade de preparar a demanda de trabalhadores a serem absorvidos nas indústrias em desenvolvimento. Nesse cenário, o texto constitucional não vincula valores ao financiamento e manutenção da educação, cabendo aos órgãos federativos a sua determinação. A vinculação de

recursos constitucionais para a educação é desconsiderada pela União, nesta Constituição, retornando ao texto em 1946.

A CF de 1946 reflete o momento histórico e social do pós-segunda guerra mundial e a influência americana e soviética no mundo. Apresenta-se com características democráticas, retomando questões da CF de 1934 a respeito da responsabilidade do Estado, como no artigo 166, que descreve a Educação como direito de todos, sendo ministrada no lar e na escola, com base em princípios democráticos e de liberdade.

No momento de fragilidade e queda do Estado Novo, retoma-se a redemocratização do Brasil e o presidente eleito promulga a Constituição, restabelecendo o estado de direito e a autonomia federativa, como descrito em Vieira (2007).

No artigo 168, indica-se o ensino primário obrigatório e gratuito a todos e o ensino ulterior<sup>1</sup> ao primário, somente aos que apresentarem escassez financeira, um retrocesso frente às bases da CF de 1934, que prescrevia também a gratuidade dessa oferta de serviço, por meio da progressividade. Pela primeira vez, temos no texto a expressão ensino oficial ministrado pelos poderes públicos e por instituições particulares, com a permanência do ensino religioso, não sendo estabelecida a laicidade da educação.

Nesse cenário, alguns textos legais estaduais ampliam e avançam em sua oferta de gratuidade para todos os níveis de ensino, além do indicado pela CF, como no estado de São Paulo, por meio da Constituição Paulista de 1947, no artigo 118, que prescreve a gratuidade em diferentes graus. A vinculação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino se restabelece, cabendo à União a aplicação mínima de 10% e aos Estados, Distrito Federal e municípios minimamente 20% de sua receita, resultantes de impostos.

Na década de 1940, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresenta pela primeira vez como política pública e em 1947 se cria a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, uma campanha nacional específica para este público, atendendo a necessidade de desenvolvimento econômico. No mesmo ano, acontece o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, com destaque para a participação do educador Paulo Freire.

Em 1964, em função do Golpe Militar e do ajuste político e econômico dos militares, o País retorna a um período longo de autoritarismo e controle do Estado, onde as unidades federativas são subordinadas ao poder central, grande marca deste período; dessa forma, para adequação às novas normatizações, promulga-se nova legislação, a CF de 1967, que prescreve

---

<sup>1</sup> Ulterior é um adjetivo masculino e feminino da língua portuguesa, usado para descrever algo que está situado além, que ocupa o lugar seguinte em uma série, que chega ou acontece depois.

à educação como direito, a ser ministrada no lar e na escola, sendo obrigatória dos 7 aos 14 anos, para todos, com gratuidade em instituições primárias oficiais.

Em resposta às influências internacionais, o texto amplia o período do ensino obrigatório para oito anos, especificando a faixa etária atendida, mas, quanto à gratuidade, somente com a Lei nº 5.692, de 1971, é ampliada. Com a impossibilidade de gratuidade para a totalidade do ensino, criou-se a possibilidade de bolsas restituíveis, como um crédito educativo no ensino superior, mas com a manutenção de declaração de escassez. Quanto ao financiamento, não há percentual obrigatório de aplicação de recursos na educação. O acesso ao ensino oficial permanece por meio de concurso público de provas e títulos e a liberdade de cátedra é substituída pela liberdade de comunicação de conhecimentos.

As reformas educacionais denotam uma mudança de caráter tradicional para tecnicista, por influência do poder econômico mundial, e grande é a insatisfação social demonstrada por meio das manifestações estudantis. Nessa época, criam-se as escolas de primeiro e segundo grau, a reformulação da disciplina Moral e Cívica, extinção das disciplinas de Sociologia e Filosofia, veto de diversos escritores estrangeiros e de obras de escritores brasileiros, controle da produção editorial e criação de programas para compra de livros e manuais escolares, cujo teor dos textos é de cunho conservador, em consonância com o regime militar.

A vinculação federal de recursos constitucionais para a educação é desconsiderada nesta CF, retornando para os municípios por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 1, em 1969, conforme Pinto (2018), e através da Emenda Calmon em 1983, consolidando-se na CF de 1988.

Em 1984, o país se organiza num grande movimento democrático, solicitando eleições diretas para presidente, mas o Congresso Nacional referenda os candidatos à presidência e vice-presidência. Com o falecimento do indicado à presidência, assume o vice, com discurso de revogar a legislação e instalar uma Assembleia Nacional Constituinte para elaboração de uma nova CF, com base em valores democráticos.

A CF de 1988, marco histórico da reconquista democrática brasileira, valoriza e busca fortalecer os direitos humanos, realçando a dimensão protetiva em extenso rol de direitos sociais, dentre os quais figura com protagonismo o direito à educação, assinalado como vetor de viabilização do pleno desenvolvimento da pessoa, seu exercício para a cidadania e qualificação para o trabalho, finalidades balizadas pelos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência nas instituições.

O ordenamento jurídico de nosso país, historicamente construído a partir dos referenciais trazidos pela colonização portuguesa, lastreada na tradição europeia romano-germânica, sofre o impacto dos diferentes momentos e contextos, não sendo algo estático e

imutável, ainda que algumas de suas bases constitutivas fundamentais – a separação de poderes, a garantia de direitos – tenham a pretensão da perpetuidade.

A legislação vem buscando, nos tempos atuais, promover a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, fixar princípios normativos adequados aos valores mais difundidos e amplamente aceitos, e assim propiciar melhorias concretas na vida dos cidadãos, pois o papel do Estado – a promoção do bem comum, como sublinha a lição de Dallari (1993) – é garantir o bem-estar social em uma sociedade em constante transformação.

A EJA encontra seu ponto culminante, na linha evolutiva constitucional, na vigente Carta Política, democraticamente aprovada, com previsão normativa expressamente voltada ao atendimento a essa modalidade formativa, imprescindível à transformação social. Esse documento é o mais extenso no que se refere à educação e seus diferentes contextos, conforme Vieira (2007), explicitando a gratuidade de ensino público em todos os níveis e modalidades, estendido para o Ensino Médio (EM) e Superior, com a normatização e inclusão da Educação Infantil (EI) ao sistema de ensino, pois até então não havia dispositivos legais, mesmo com a sua existência nas práticas educacionais, e autonomia universitária, por meio da gestão de liberdade de escolha didático-científica, administrativa, gestão patrimonial e financeira.

A vinculação de recursos para a educação foi a maior em todos os tempos, com determinação de aplicação mínima de 18% na educação pela União e de aplicação mínima de 25% para os Estados, Distrito Federal e municípios, da receita resultante de pagamento de impostos, para a sua manutenção e desenvolvimento.

A CF de 1988 avança em diversas necessidades da educação: ao declarar que todos têm direito ao Ensino Fundamental (EF) a qualquer idade, efetivando o direito à educação para os jovens e adultos, excluídos do processo educacional; ao declarar a obrigatoriedade e gratuidade extensiva ao EM, tendência de todos os países desenvolvidos com a universalização do ensino; ao garantir o atendimento aos educandos com deficiências nas redes de ensino; ao explicitar o atendimento às crianças até seis anos em creches ou pré-escola, incorporando a EI ao sistema regular de ensino; ao mencionar o acesso à pesquisa como uma declaração de intenção, de igualdade de oportunidades, conforme ideário liberal; ao ofertar o ensino regular noturno, adequado às especificidades do educando da EJA e ao propor suporte aos educandos por meio de programas suplementares – como material didático, transporte, alimentação e saúde – como dever do Estado para garantia do direito à educação, sendo que, para uma grande parcela de educandos, é um pré-requisito para a sua permanência e conclusão do EF, conforme descrito a seguir no artigo 208 da CF.

O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

O artigo 227 da CF de 1988 declara os direitos à educação e propicia mecanismos para a sua efetivação, gerando legislação complementar com maior detalhamento e eficiência por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, que oportuniza embasamento legal para diversas ações judiciais referentes à garantia da educação, contribuindo de forma essencial para a ampliação e efetivação dos direitos. Os instrumentos viabilizadores do direito à educação, contemplados via legislação, são o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção que, em nível de Sistema de Justiça, fazem valer o direito à educação.

De acordo com Vieira (2007), a CF de 1988 não explicita a criação e organização de um Sistema de Ensino Nacional, mas indica as responsabilidades nas esferas administrativas da União, Estados, Distrito Federal e municípios, de forma independente e colaborativa, indicando a elaboração de um PNE, decenal, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em todas as esferas e à sua articulação com o Poder Público. O PNE é documento indicativo, que estabelece diretrizes, metas e estratégias para balizar as iniciativas na área da educação e deve estabelecer propostas e ações que propiciem o alcance dos objetivos previstos, considerando os contextos e as demandas locais. O acompanhamento do PNE é realizado a cada dois anos, por meio de relatórios que elenquem o andamento das 20 metas, que abrangem todas as modalidades de formação e ensino, financiamento, plano de carreira dos educadores, educação inclusiva, aumento da escolaridade dos brasileiros, dentre outros.

Em 1997, por meio de política de subvinculação de recursos, decorrentes de fundos constitucionais, através da EC nº 14, de 1996, criou-se

[...] o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEF), depois substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) por meio da EC nº 53/2006, cujo fim está previsto para 2020, uma vez que se ancora em disposições transitórias de Constituição Federal. A segunda refere-se à garantia de recursos que assegurem um padrão mínimo de qualidade de ensino, também de base constitucional, conceito definido pela EC nº 14/96, mas cuja implantação, de forma mais objetiva, foi estabelecida por intermédio

do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (lei n. 13.005/2014) na forma do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), cuja vigência deveria se iniciar em junho de 2016, o que não aconteceu, entre outros motivos, pelos feitos da EC nº 95/2016, que congelou os gastos primários da União por 20 anos. (PINTO, 2018, p. 848).

Apesar de a vinculação de verbas para a educação ter-se estabelecido no Brasil, através de percurso descontínuo, o princípio constitucional teve seus fundamentos oriundos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, referenciado por meio de experiência dos Estados Unidos. Apesar do termo “fundos de educação” estar relatado na CF de 1934, somente em 2006 obtivemos a efetivação desse conceito, por meio do Fundeb, conforme Pinto (2018).

As Constituições, por serem documentos historicamente construídos, são relevantes para o entendimento e reflexão dos contextos, compondo documentos de amparo jurídico do País; por não serem estáticas, apontam suas finalidades e buscam promover a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, pois os princípios normativos indicam caminhos e estabelecem valores consensuais, nas diferentes áreas, para as melhorias concretas de vida, pois o papel do Estado é garantir o bem-estar social em uma sociedade em constante transformação.

Como destacam Ranieri e Alves (2018), no Brasil, a Educação Básica é classificada como direito somente com a promulgação da Constituição de 1988, enquanto nos demais países latinos esse direito já havia sido anteriormente assegurado, como compromisso social. Esse histórico brasileiro está relacionado à nossa origem escravocrata e agrícola, que postergou no texto normativo essa tipificação, implicando de forma negativa e retardatária no desenvolvimento educacional, contribuindo com a manutenção do *status quo*<sup>2</sup> da desigualdade social. Atualmente, muitas escolas continuam revelando em suas ações e procedimentos aspectos de uma educação seletiva e elitista, vinculada a práticas de exclusão social. Apesar dos avanços observados no percurso da educação brasileira, seu percurso evidencia grande fragilidade e inconclusão de políticas públicas, para a qualificação da Educação Básica.

Em complementação à Constituição de 1988, para regulamentar e reafirmar o direito à educação, é sancionada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), explicitada a seguir.

---

<sup>2</sup> *Status Quo* é uma expressão do latim que significa “estado atual”. O *status quo* está relacionado ao estado dos fatos, das situações e das coisas, independentemente do momento.



### 2.1.1 Lei de Diretrizes e Bases

A Lei de Diretrizes e Bases é a norma específica de fomento à educação e foi elaborada para garantir o direito e acesso à educação gratuita de qualidade, valorizar os profissionais da educação, determinar o dever da União, dos Estados e dos Municípios e estabelecer os requisitos necessários para o exercício da atividade docente, dentre outros aspectos reguladores, destacando a dimensão jurídica da educação como direito subjetivo público e a contemplar a EJA como parte integrante da Educação Básica a todo cidadão e a qualquer tempo.

Essa lei de caráter progressista disciplina a Educação. A CF de 1988 apresenta 10 artigos sobre a Educação, do artigo 205 ao 214, e estabelece três finalidades como: propiciar o pleno desenvolvimento do educando, nas dimensões social, motora e cognitiva; preparar para o exercício da cidadania, vivendo em sociedade de forma ativa e responsável, sendo sujeito de direitos e deveres; qualificar para o trabalho, desenvolvendo habilidades de forma crítica. Destaca 13 princípios, que balizam o pleno desenvolvimento, sendo: 1. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; 2. Liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, como liberdade de expressão e de cátedra; 3. Pluralismo de ideias e concepções de diferentes escolas; 4. Respeito à liberdade de escolhas e às diferenças, com o desenvolvimento e aplicação dos Direitos Humanos; 5. Coexistência de instituições públicas, como dever do Estado, e privadas, como direito; 6. Gratuidade de serviço educacional nos estabelecimentos oficiais de ensino da Educação Básica; 7. Valorização do profissional da educação, motivando e promovendo qualidade; 8. Gestão democrática no ensino público, com autonomia para cada sistema de ensino organizar e implementar suas ações; 9. Garantia de padrão de qualidade pelo Estado, na rede pública, por meio de transferência de recursos, e na rede privada, por meio de credenciamento, autorização e fiscalização; 10. Valorização da experiência extraescolar, considerando a cultura do educando e o contexto, para o desenvolvimento do conhecimento científico; 11. Vínculo entre educação escolar e o trabalho das práticas sociais, por meio da contextualização da realidade e das necessidades locais; 12. Diversidade étnico-racial, respeito a toda e qualquer diversidade; 13. Direito e garantia da educação ao longo da vida, referindo-se à EJA.

A seguir, destacamos trecho, que aborda a modalidade da EJA:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

IV - Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [...];

VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996b).

Por meio desta tipificação, também explicitada no PNE foi instituído como direito público aplicável<sup>3</sup> a todos os cidadãos, até mesmo aos que não tiveram acesso à escola na idade prevista, como aqueles que, por força de impedimentos, não puderam concluí-lo. Sendo assim, a EJA se configura como parte integrante da Educação Básica para todo e qualquer cidadão, a qualquer tempo, tendo seu direito garantido em lei, e a LDB explicita o atendimento da EJA, conforme previsto nos seus artigos 37 e 38:

Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996b).

A Educação de Jovens e Adultos conta, portanto, com amplo suporte legal, possibilitando aos sistemas de ensino autonomia para o ajustamento e adequação às especificidades locais.

Após a aprovação da LDB, por meio da elaboração da Lei nº 10.172, de 2001, promulgou-se o PNE, que contempla a EJA com a redação de capítulo específico e com a

<sup>3</sup> O termo direito público aplicável aqui utilizado se refere a um conjunto de normas, que disciplina os interesses do Estado. É o ordenamento jurídico de natureza pública e caráter social, que preza pela soberania do Estado e a ordem das relações entre a sociedade.

nomenclatura de modalidade de ensino. Nesse descritivo do PNE, exige-se a mobilização de recursos financeiros e humanos dos governos, por ser a EJA uma competência compartilhada com os poderes públicos, conforme dispõem os artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/1996:

Art. 10 Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11 Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino (BRASIL, 1996b).

Esses dispositivos legais, atrelados à influência dos organismos internacionais, elevaram o direito à educação, disposto em nossas leis, ao patamar de direito humano<sup>4</sup>, transpondo para a nossa contemporaneidade que o direito do homem antecede o direito do cidadão.

Nessa lógica, a EJA, componente da Educação Básica, vem ampliando seu espaço legal, de forma a ter garantida a sua aplicabilidade, para o cumprimento de sua finalidade educativa e social de corroborar com a construção do cidadão crítico e atuante na sociedade, como transformador social.

A EJA integra processos educativos, com diferentes dimensões, como: conhecimento, práticas sociais, trabalho, problemas coletivos e cidadania, conforme explicitam Gadotti e Romão (2011). No espaço da escola, esse universo de conflitos, possibilidades e aprendizagens se misturam, compondo a vida dos educandos e os conteúdos a serem estudados; por isso, a EJA ultrapassa os muros da escola, incidindo na sociedade, e vice-versa. O conhecimento social

<sup>4</sup> Direitos humanos se referem aos direitos do homem. Diria que são direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, ou seja, direitos que visam resguardar a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana.

produzido pelo homem compõe as matrizes da escola e a EJA precisa se constituir além deles, possibilitando a compreensão da vida moderna em suas diversas faces, vinculada ao contexto sócio-político-econômico.

Na escola presenciamos a seletividade e a exclusão social no percurso escolar dos educandos da EJA, e somente com a conscientização esse histórico pode ser minimizado. No tocante à permanência e à conclusão da EJA pelos seus sujeitos, cabe destaque a menção de Gadotti (2009), que discorre, em consonância com Romão (2011), que o direito à educação não se limita ao acesso, mas se trata de propiciar uma aprendizagem transformadora com qualidade social; para além de aprender, focar-se no que se aprende, para a significação dos sujeitos e de seus contextos sociais, considerando as culturas e linguagens locais. Há de se entender que combater o analfabetismo é um investimento, pois incide sobre o desenvolvimento individual e social, impactando na qualidade de vida da população atingida, visto ser o analfabetismo a negação de vários direitos, dentre eles, o direito à educação.

O Parecer do CNE da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 11, aprovado em 10 de maio de 2000, estabelece Diretrizes Curriculares para a EJA, indicando fundamentos, funções, bases legais, cursos, exames, e o PNE, com metas para a modalidade. Por validar a dimensão crítica que o educando necessita desenvolver, prescreve:

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado. Nesta linha, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura. (BRASIL, 2000, p. 10).

O Parecer explicita a convivência escolar por meio dos saberes adquiridos fora da escola, a construção de novos patamares de conhecimento e transformação social com base nas experiências e no contexto socioeconômico dos sujeitos que compõem a EJA, de forma a ampliar as expectativas de vida e trabalho, para o desenvolvimento humano, seja profissional, pessoal ou social, por meio da inclusão.

O Sistema Nacional de Educação se organizou por meio da colaboração e cooperação dos entes federados, para uma finalidade comum, a Educação. É composto pela União, que coordena a Política Nacional de Educação, promovendo a assistência financeira e redistributiva, ação supletiva e técnica, o PNE e avaliações em larga escala, pelos Estados e o Distrito Federal,

que são responsáveis pela implementação de ações macro, e pelos municípios, com responsabilidade sobre as ações de planejamento e execução local.

Em consonância com a LDB, em 1996, é criada uma política de fundos contábeis, contemplando recursos orçamentários da administração pública, especificamente alocados para a promoção do financiamento da Educação Básica, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), através da Emenda Constitucional nº 14 de 1996, para transferir recursos apenas para o Ensino Fundamental, por meio da redistribuição de valores arrecadados, mediante o recolhimento de impostos pelo governo federal. Com duração estabelecida de 10 anos, começa a vigorar em 1998, com o propósito de mudar a estrutura de financiamento.

É composto pela retenção automática de recursos dos estados e municípios, conforme explicita o Manual de Orientação do Fundef, e redistribuído aos entes federados com arrecadações insuficientes, em relação ao valor mínimo estabelecido para a aplicabilidade e manutenção na modalidade do EF. Anteriormente, os entes federados dispunham de recursos provenientes de seus impostos e de transferências constitucionais.

A maior inovação do FUNDEF consistiu na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País, pela subvinculação de uma parcela dos recursos a esse nível de ensino, com distribuição de recursos realizada automaticamente, de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede de ensino fundamental, promovendo a partilha de responsabilidades entre o Governo Estadual e os Governos Municipais. As receitas e despesas correspondentes, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento e a execução, contabilizada de forma específica. (BRASIL, 2003).

Com o término do Fundef, é instituído, pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, o novo fundo de natureza contábil de repasse de recursos para a Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com novas diretrizes para o financiamento e ampliação para o atendimento à Educação Básica, que compreende as modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, de forma gradual.

Com o objetivo de melhoria da qualidade do ensino no país, a política de fundos se utiliza de uma fixação de valor mínimo de aplicabilidade, definido nacionalmente, sendo este um índice utilizado para estabelecer o custo aluno em cada modalidade de ensino, para o cálculo do orçamento anual do atendimento e, conseqüentemente, a verificação da necessidade ou não do repasse da União, por meio do fundo ao município, com base nos dados do Censo Escolar, para a complementação dos recursos, conforme explicita Araújo (2012). A forma de cálculo do valor médio por aluno consta no Anexo da Lei Federal nº 11.494, de 2007.

A Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, instituída no âmbito do Ministério da Educação nos termos da Lei de nº 11.494, de 20 de junho de 2007, é constituída por onze membros, sendo um representante do Ministério da Educação, cinco representantes do Conselho nacional dos secretários da Educação e cinco representantes da União nacional dos Dirigentes Municipais da Educação. Dentre as funções dessa comissão, está a responsabilidade de definição dos fatores de ponderação aplicáveis às diferentes etapas e modalidades da educação básica. (BUENO; PERGHER, 2017, p. 6).

No Fundeb, as definições dos fatores de ponderação são de imensa importância para a definição do valor aluno por ano e determinação das políticas públicas de atendimento dos municípios, conforme explicita Bueno e Pergher (2017). Mas podemos constatar que, em 2007, dos 15 fatores elencados para análise comparativa, a EJA se apresenta com o menor índice para o repasse de verba, revelando a pouca importância mensurada a esta modalidade de ensino pelas diretrizes educacionais. Para melhor elucidar o leitor, apresentamos a tabela 1, com as modalidades compreendidas e seus valores de aplicabilidade para o cálculo anual do valor aluno.

Tabela 1 – Fatores de Ponderação de 2007-2016

Modalidades	2007	2016
I – Creche integral	0,80	1,30
II – Pré-escola integral	0,90	1,30
III – Séries iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00
IV – Séries iniciais do ensino fundamental rural	1,05	1,15
V – Séries finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10
VI – Séries finais do ensino fundamental rural	1,15	1,20
VII – Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,30
VIII – Ensino médio urbano	1,20	1,25
IX – Ensino médio rural	1,25	1,30
X – Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30
XI – Ensino médio integrado à educação profissional	1,30	1,30
XII – Educação especial	1,20	1,20
XIII – Educação indígena e quilombola	1,20	1,20
XIV – Educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,70	0,80
XV – Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio com avaliação no processo	0,70	1,20

Fonte: Bueno e Pergher (2017), baseada na Resolução nº 1, de 15 de fevereiro de 2007.

Conforme tabela apresentada, é possível verificar as variáveis entre as modalidades de ensino e os ajustes alcançados no período de 2007 a 2016. Em 2009, o Fator de Ponderação para a EJA é ampliado do valor de 0,70% para 0,80% e se mantém inalterado até a última versão em 2016. Comparado aos demais fatores de ponderação, que variam de 0,80% a 1,30%, apresenta o menor reajuste, conforme tabela comparativa, com outras modalidades e etapas, com percentuais maiores, mostrando a falta de priorização dessa estratégia de inclusão educacional. Como destaque, os fatores de ponderação para o atendimento em creche, que, de 0,80% em 2007, atinge 1,30% em 2016, e da Educação Especial, que não sofre alteração, ainda assim é superior em relação à EJA, conforme tabela anteriormente citada.

O comparativo indica o menor repasse de recursos financeiros e a pouca intencionalidade das diretrizes, ao não estabelecer o fator de ponderação para a EJA, em equidade com as demais modalidades, para possibilitar a expansão e a qualificação do atendimento e, dessa forma, modificar o histórico de exclusão social dos jovens e adultos com baixa ou ausente escolarização.

Uma das características centrais dos países que apresentam uma educação de qualidade é a redução das desigualdades... Quanto mais desigual um país e seu sistema educacional, quanto mais segmentada é a distribuição de suas crianças e jovens pelas escolas, mais difícil é melhorar sua educação. E o Brasil é um exemplo vivo disso. Assim, a análise do FUNDEB inicia-se pelo seu papel na redução das desigualdades (PINTO, 2015, p. 104).

Em análise convergente, Pinto (2015) e Araújo (2012) destacam o desafio da EJA na superação das desigualdades institucionalizadas, em comparativo com as políticas e abordagens das demais modalidades e etapas de ensino, pois os fatores de ponderação utilizados para o cálculo dos valores do custo de cada aluno por ano, formando a base de transferência de recursos do fundo para o financiamento da educação,

[...] não representam estudo técnico sobre os reais custos entre as etapas e as modalidades, mesmo que tal procedimento esteja previsto na lei que regulamenta o FUNDEB. [...] ao subvalorizar o repasse para determinada etapa e modalidade, o FUNDEB induz comportamentos de precarização da oferta do serviço (ARAÚJO, 2012, p. 10-11).

Dessa forma fica direcionada a conduta a ser seguida pelos Estados e municípios. Devido às condições de escassez que perpassam o atendimento à modalidade da EJA, por não serem consideradas suas especificidades, esta é desenvolvida sem relevância e de forma secundária.

Conforme Araújo, a distribuição dos recursos precisa ser repensada. Para ele,

A distribuição dos recursos entre os entes federados, superando as travas existentes nos fatores de ponderação, torna-se mais justa. Cada ente receberá o suficiente para garantir em cada etapa e modalidade o padrão mínimo de qualidade. Porém, para ser efetivo em termos de lógica, será necessário discutir a revisão do atual formato que não estabelece condicionantes de uso dos recursos aferidos... estabelecer mecanismos de vinculação de recursos para cada etapa e modalidade, e empoderar os conselhos de acompanhamento de instrumentos jurídicos capazes de monitorar o cumprimento. (ARAÚJO, 2012, p. 19).

Por meio do novo formato sugerido, o planejamento, o monitoramento e a aprovação da utilização dos recursos financeiros, com coerência no contexto em que se encontram, através dos conselhos, coadunam com a diminuição das desigualdades entre as modalidades, por propor a superação dos fatores de ponderação, suprimindo as necessidades de aplicabilidade e corroborando com a efetivação do direito fundamental, explicitado em nossa Constituição de 1988 e na LDB: o direito à educação para todos.

### **2.1.2 A Base Nacional Comum Curricular e a EJA**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem o propósito de definir as bases curriculares em nível nacional, na tentativa de que o educando de qualquer localidade tenha as mesmas condições e conteúdos essenciais para a aprendizagem, de forma progressiva, na tentativa de organizar um projeto educacional de qualidade para o país e garantir o direito de aprendizagem para todos, ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Ela é composta por um conteúdo comum, em nível nacional, e um conteúdo diversificado, elaborado pelos Sistemas de Ensino e pela escola, dada a possibilidade de autonomia na construção do currículo, onde se considere as especificidades regionais e locais, como forma de enriquecer, contextualizar e atender as particularidades de um país, com território de proporções continentais e grande diversidade cultural.

A BNCC reafirma as obrigações das Diretrizes Nacionais e amplia a sua operacionalização, como define o § 1º do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases. Sua construção ocorre em três etapas, que duraram três anos, com a participação coletiva e colaborativa de diversos especialistas de todos os estados brasileiros e com consulta a diversas entidades representativas dos segmentos da Educação Básica, como: universidades, secretarias de educação, escolas, educadores e sociedade civil, que puderam inserir considerações, necessidades e expectativas no texto inicial, por meio de plataforma do Ministério da Educação.

Em 2015, a primeira versão da BNCC é lançada para consulta pública, com as contribuições dos participantes, que possibilita o estudo do documento completo e a inserção



de novas análises. Em 2016, uma segunda versão é apresentada para a discussão e debate em seminários organizados em nível estadual, que culmina na escrita da terceira versão entregue ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação em 2017, que, por sua vez, realiza cinco audiências públicas nas cinco regiões do país, sendo aprovada e homologada no mesmo ano.

A Base Nacional se caracteriza como resolução de caráter normativo para a Educação Básica, integrando a política nacional, para contribuir com o alinhamento de políticas e ações em âmbito federal, estadual e municipal, com a descrição de habilidades e competências a serem desenvolvidas com os educandos no percurso educacional.

Ela traz dez competências e habilidades, para atender as demandas da vida cotidiana, o pleno exercício da cidadania e o mundo do trabalho, a serem desenvolvidas ao longo da educação, contribuindo para a promoção da igualdade, como tratativa igualitária entre os educandos, e equidade, como respeito às diferenças, em acordo com a CF de 1988 e a LDB de 1996.

Para a formação integral dos educandos, apresenta princípios éticos, ao contribuir com a formação de valores morais; estéticos, ao promover o respeito a diversidade cultural e ao outro, como um ser diferente; e políticos, ao possibilitar a formação coletiva da gestão democrática, que visa à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

A BNCC tem a intencionalidade de superar a fragmentação das políticas educacionais, de fortalecer o regime de colaboração entre os entes federativos e garantir um patamar comum de aprendizagem a todos os educandos. Por isso, apresenta dez competências gerais da Educação Básica, conforme destaque a seguir:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017).

De forma resumida, a BNCC propõe como competências: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos tem como referência, para elaboração de seu currículo, a BNCC, por ser integrante da Educação Básica, mas o documento não aponta orientações específicas para a modalidade, ficando ao encargo dos estados e municípios a adaptabilidade ao seu contexto e realidade local.

A ausência de capítulo ou orientações para a construção do currículo da EJA é motivo de críticas por parte dos educadores, pelo fato da especificidade da modalidade não ter sido considerada, pois atende a um público com questões distintas do ensino regular. São diferentes gerações que retornam aos bancos escolares com necessidades, especificidades e expectativas, decorrentes do trabalho, das experiências de vida e da ausência ou poucas oportunidades de estudo, o que exige adaptação, tanto dos conteúdos quanto da maneira de oportunizá-los em sala de aula.

A necessidade de aproximar o currículo das experiências e conhecimentos dos educandos é decorrente da intencionalidade educativa de propiciar autonomia e apropriação dos conteúdos, dando significado à escola e à vida de cada integrante da EJA. A BNCC, como resultado coletivo de uma base essencial, parece ter desconsiderado essa necessidade, não

indicando orientações sobre as especificidades da EJA, que se diferenciam do ensino regular e seriam de grande relevância para as reflexões sobre o currículo nas diversas redes de ensino. Essa conduta revela que esta modalidade tende a continuar em segundo plano nas discussões e nas políticas públicas adotadas para a Educação Básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA são publicadas no Parecer nº 11/2000 do CNE e trazem elementos que influenciam a discussão do currículo. A Proposta Curricular Nacional para a EJA, publicada em 2001, considera em seus apontamentos os anos iniciais do EF; em 2002 é publicada uma versão voltada ao segundo segmento, correspondente aos anos finais da etapa. Mas, transcorridas quase duas décadas, não são revisadas ou elaboradas novas propostas nacionais para a modalidade. Essa desatualização das reflexões e do currículo da EJA é desfavorável, visto que os conteúdos precisam estar interligados ao contexto e às atualidades, porque indicam o tempo e o espaço onde estamos vivendo, considerando seus sujeitos.

Nessa busca de atualização e qualificação do currículo, alguns Estados e municípios produzem seus currículos e a Secretaria de Educação de Santo André, neste mesmo movimento, desde 2017, discute e reflete sobre o currículo da EJA com a participação dos educadores e demais especialistas, como discorreremos adiante. A EJA tem um percurso marcado por campanhas sazonais e desconectadas que contribuem para a ampliação das desigualdades sociais e essa opção intencional também parece se fazer velada na BNCC, ao não apresentar proposições para a construção de um currículo da modalidade.

O currículo da EJA precisa ser focado no sujeito, nas suas necessidades sócio-históricas, propiciando sua humanização e transformação social. O currículo, como defende Freire (2015), é uma ferramenta de conscientização sobre si e sobre o mundo.

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (FREIRE, 2015, p. 119).

A reflexão sobre o currículo da EJA é essencial para dar voz aos seus sujeitos, como seres históricos, em dimensões concretas que exigem ser superadas por meio da conscientização.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que atuava desde 2012, vinculada ao Ministério da Educação, tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, através do desenvolvimento e da

inserção de políticas públicas voltadas à inclusão social, por meio da alfabetização, de ações de cooperação técnico e financeira entre os entes federados e apoio a ações transversais para o desenvolvimento da EJA.

Com a sua extinção em 02 de janeiro de 2019, o atual governo retrocede no campo dos direitos educacionais, por não considerar a diversidade para a promoção da equidade e fortalecimento da inclusão dos jovens e adultos no processo educacional. Esse contexto destaca a necessidade de se pensar em um currículo que seja condizente aos educandos e aos seus contextos. Por isso, a reflexão e a pesquisa dos educadores e de suas redes de ensino são primordiais para fortalecer a EJA, articulando a teoria e a prática nas ações propostas em sala de aula e, dessa forma, contribuir para a formação consciente dos educandos e a leitura de mundo.

### **2.1.3 Evolução jurídica e educacional**

As transformações sociais, com destaque para os valores disseminados a partir da Revolução Francesa, impactam o Estado, o direito e a educação, propiciando a evolução do modo de organização da sociedade, do fortalecimento da cidadania e da democracia, para atingir-se o Estado democrático de direito<sup>5</sup>, que deve garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, assegurados e promovidos pelo poder público, em prol da coletividade.

O Estado democrático decorre também de movimentos reivindicatórios, que prescrevem a igualdade de direitos, a preservação da liberdade e a supremacia da vontade do povo, como discorre Dallari (1993). Nesse contexto, a busca do bem comum deve ser a finalidade do Estado, por meio das normas jurídicas e instituições públicas, que propiciem aos cidadãos a garantia de direitos fundamentais e a coexistência respeitosa e equilibrada, em prol do desenvolvimento integral das pessoas.

Para atingir tal desiderato, a educação tem protagonismo central, razão pela qual se encontra fortemente respaldada pela ordem jurídica, contando com mecanismos processuais e instrumentos judiciais para sua garantia, para tentar fazer valer sua efetividade e assim promover os direitos humanos, de modo a propiciar igualdade de oportunidades, acesso e permanência no ciclo formativo educacional.

---

<sup>5</sup> O Estado democrático de direito é um conceito que designa qualquer Estado que se aplica a garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica.

O direito educacional e outros direitos sociais são balizadores de nossa atual Constituição, mas, como não são atrelados à economia e ao desenvolvimento, não promovem o desenvolvimento do Estado de bem-estar social<sup>6</sup>, que asseguraria às pessoas a igualdade de oportunidades, o acesso à educação e aos demais serviços necessários para uma condição mínima de vida.

A Educação tem conexão intrínseca com o Estado e não há como negligenciar essa necessidade, pois o homem é dependente de vias sociais para se construir enquanto cidadão, em questões físicas, afetivas e culturais. Conforme Peres (1991), a Educação surge como elemento societário do homem, por estar presente em todas as sociedades. As normas, os valores, os conteúdos, os significados e os objetivos estão estabelecidos e organizados numa sociedade educadora, por ser útil à manutenção da vida em sociedade, pois, antes mesmo da chegada de um novo integrante, ela está posta, porque a sociedade precede o indivíduo no tempo e no espaço, perdurando além dele mesmo. Essa ação consciente ou inconsciente de estabelecer o modo de ser em sociedade visa ao mesmo tempo à formação e à conformação dos indivíduos.

Da mesma maneira que a sociedade estabelece democraticamente, por meio do ordenamento jurídico, o projeto de educação que deseja para a sua preservação, a educação, que é o seu espelho, faz o mesmo, reproduzindo os padrões de continuidade, manutenção ou transformação da sociedade a que pertence. A educação é processual e relacional, estando aberta à ação de múltiplas variáveis, que tendem a influenciar, direcionar ou mesmo a modelar o conteúdo e a ação educacional, para satisfazer as necessidades da sociedade.

A satisfação de tais necessidades dá-se através de respostas culturais que são oferecidas ou viabilizadas pelo conjunto de elementos materiais, humanos e espirituais que integram a instituição educacional. Esse conjunto é formado por pessoas, normas, procedimentos, equipamentos e diretrizes organizacionais, todos voltados para o exercício das funções principais e subsidiárias (PERES, 1991, p. 26).

Como fator social existente nas sociedades primitivas ou civilizadas, a educação tem a função de gerenciar o patrimônio cultural e assegurá-lo, para continuidade dos grupos humanos e a apropriação de seus membros, de seus papéis individuais e grupais, conforme Peres (1991). Esse processo educacional não se estabelece fora da sociedade, que determina circunstâncias, tempos e contexto, porque não existe educação sem sociedade e sociedade sem educação. Ela é coletiva e exterior às consciências humanas, podendo ser percebida por meio de seus sujeitos, funções e normas estabelecidas, mediante a ação e reação de pessoas ou grupos.

---

<sup>6</sup> Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política, econômica e sociocultural, que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

O fenômeno da mudança sociocultural vem se ampliando nas sociedades. Ele é entendido pela mudança das alterações nos padrões de inter-relacionamentos humanos e pelas modificações do patrimônio cultural: material e imaterial<sup>7</sup> da sociedade, que não são estáticos, mas em constante dinamismo. Esse novo formato pode ter origem em questões religiosas, filosóficas, fusão de culturas ou descobertas científicas, que são difundidas e aceitas como novas verdades, modificando o modo de entender e ver o mundo.

[...] a sociedade muda, em consequência, muda a educação, que é parte integrante dela. As mudanças que se operam na educação provocam as transformações experimentadas pelo resto do contexto social... Em certas ocasiões a sociedade e seu dinamismo levam a educação, especialmente a formal, a encetar transformações. Civilizações em mudança reclamam, invariavelmente, mudança na educação. Noutras ocasiões, a educação, por mudar preliminarmente, leva a sociedade a promover, no seu interior, transformações correspondentes. (PERES, 1991, p. 36).

A Educação apresenta imensa relevância, por incidir na formação de atitudes, consciência e construção de cultura para todos os cidadãos. Conforme corrobora Peres (1991), o Direito é um objeto cultural imaterial, importante e balizador de normas que equalizam e satisfazem as necessidades sociais, por meio da justiça e de seus valores jurídicos. A vida social, política e econômica exige essa normatização, por gerar especificidades, que podem ou não ser atendidas, dentro das normas do Direito, que são referentes à vida cotidiana.

A presença de normas legais agrega legitimidade assegurando direitos, pois o Direito está direcionado para proteger a todos os integrantes da sociedade, mesmo aqueles que não tenham a consciência deles. A norma, na maioria das vezes, é a expressão do que deve ocorrer em termos societários, estando em vigor no texto legal. Elas são acatáveis e defendíveis, por garantirem a segurança e a satisfação da vida social. Assim sendo, uma norma reflete a realidade e reafirma a função de direitos e deveres, de uma sociedade organizada politicamente. As leis têm por objetivo fins funcionais, a serem garantidos e preservados, são as respostas às necessidades.

Para Peres (1991), as transformações sociais, decorrentes da ascensão da burguesia, a partir da Revolução Francesa<sup>8</sup>, foram essenciais para a reinvenção dos conceitos de Estado e do

<sup>7</sup> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

<sup>8</sup> Revolução Francesa (1789-1799) foi um período de intensa agitação política e social na França, que teve um impacto duradouro na história do país e, mais amplamente, em todo o continente europeu. A Revolução Francesa marcou a ascensão da burguesia como classe social dominante, superando a aristocracia proprietária de terras, bem como a criação de novas instituições e novas formas de organizar a vida econômica, política e social, que iriam se expandir para todo o planeta. O principal fator foi a ascensão da burguesia e queda da monarquia, dando chances ao povo, com a criação da República.

Direito. Essas amplas e profundas transformações influenciaram a Educação, na forma como as pessoas a entendiam, na qualidade e na influência sobre o patrimônio material dos indivíduos.

Com todas essas transformações qualitativas e quantitativas, a Educação cresceu, expandiu-se, passou a influenciar e a interessar novos setores do social; tornou-se complexa, multifuncional, polifinalista e polifacética. Em consequência, teve ampliados seus pesos e valores econômico e político; passou a interessar a mais pessoas, a diferentes categorias e classes sociais e a ensejar conflitos os mais diversos com protagonistas também variados. (PERES, 1991, p. 64).

Com a consolidação do Estado como conquista cidadã e democrática, mais a Educação se amparou em normas do Direito e o Estado desempenhou suas funções jurídicas, regulamentando as necessidades e interesses políticos dos grupos, assumindo funções incidentes sobre a Educação. Nessa construção, busca-se, por meio da Educação, desenvolver o saber científico, o conhecimento integral do homem, sua história e seu contexto social, admitindo-se a relação íntima entre cidadania, direitos, liberdade e educação, instalando-se o compromisso do Estado e suas obrigações com a Educação, sua gratuidade e oferta; dessa forma, surge a ideia de educação como Estado de Direito.

Com o desenvolvimento e aprimoramento de muitos países, mais e melhores serviços são oportunizados no campo social em todo o mundo; para a efetivação desses direitos, frente à grande complexidade, o Estado regulamenta sua função por meio de leis e decretos que normatizam o serviço.

Por ser a Educação uma questão de origem jurídica, que comporta perguntas e respostas, cabe ao Direito Educacional indagar, normatizar, a fim de eliminar dúvidas, esclarecer propósitos, alcances, benefícios e sujeitos, contribuindo com a sociedade e as problemáticas do contexto escolar, na lógica de atuar e garantir os Direitos Humanos.

O Direito Educacional, por ser, como todo Direito, situado, marcado, determinado e condicionado pelo seu ambiente temporal e local, não pode ignorar o tipo ideal de homem que a sociedade construiu para certa época... É tendência do Direito Educacional ver o homem como: credor de liberdade: merecedor e capaz de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento: ponto de convergência de uma série de direitos: os humanos. (PERES, 1991, p. 71).

O campo de direitos e responsabilidade pública para a EJA ainda não se encontra consolidado, como destaca Arroyo (2006); muito há de se pesquisar e estudar sobre as políticas públicas, as diretrizes educacionais, a formação dos educadores dessa modalidade e o currículo. A característica central da EJA é a sua riqueza de cultura, de valores, de vivências e de relações e não pode ser desconsiderada nas propostas e ações planejadas pela escola e pelos educadores.

Esse multiculturalismo e experiências diversas podem possibilitar a construção de relações humanas mais sensíveis e produtivas, para a busca de dinamismo e emancipação dos educandos.

#### **2.1.4 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**

Os Direitos Humanos são decorrentes da luta pela universalização da dignidade humana, que histórica e socialmente foram construídos por um longo processo de elaboração e vivências, não finalizado até o presente momento. A educação é uma das possibilidades de acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, para o entendimento e apropriação de que a cultura dos Direitos Humanos é uma das bases para atingirmos a necessária mudança social. Ela representa um dos direitos humanos, enquanto a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental desses direitos.

A Educação em Direitos Humanos surge como necessidade de reorganizar os compromissos nacionais, necessitando da colaboração e cooperação dos sujeitos e das instituições para a promoção de ações que a sustentem e garantam, para consolidação de uma educação não discriminatória e democrática.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os direitos humanos são incorporados nos mecanismos jurídicos em nível mundial, como ideário, em contraposição às guerras e ao autoritarismo. A CF de 1988 se caracteriza pelo principal marco jurídico brasileiro na defesa dos Direitos Humanos. Em sua decorrência, são criados Conselhos, Secretarias em nível federal, estadual e municipal e ONGs de defesa dos Direitos Humanos. Entretanto, essas normatizações não são suficientes para a efetivação dos Direitos Humanos numa sociedade com heranças autoritárias. Para avançarmos, a sociedade precisa se apropriar desse conceito por meio de novas vivências, que priorizem a democracia, a proteção de todas as pessoas e a promoção da igualdade.

A Educação em Direitos Humanos visa formar um cidadão que participe da construção de uma sociedade justa, pacífica e igualitária, sendo responsável pela sua história, desenvolvendo a consciência dos direitos e deveres, independentemente de cor, gênero, religião, cultura, classe social, regionalidade, idade e escolaridade, dentre outros. A LDB de 1996 expressa, em seu texto, o conceito de educação como direito humano e a Educação em Direitos Humanos como eixo fundamental do direito à educação, para a criação de propostas com a temática Direitos Humanos.

Atualmente, com o surgimento de novos desafios, o fenômeno da globalização incide sobre o tema Direitos Humanos, no que se refere à sua violação em países e grupos com maiores



desigualdades sociais e pobreza; por isso organismos internacionais estão buscando uma regulamentação da Educação em Direitos Humanos como um direito básico.

O mundo se apresenta com características conservadoras e uma modernidade individualista, como cita Gadotti (2017), com os interesses do privado acima dos interesses coletivos e sociais, que incidem de forma negativa e opositora na execução dos direitos.

O estado está perdendo a hegemonia sobre o projeto educacional entregando-o ao Mercado. O princípio constitucional da laicidade e da obrigatoriedade está em perigo, quando a educação deixa de ser um direito para tornar-se um serviço, uma mercadoria. (GADOTTI, 2017, p. 11).

Esse perfil de educação e de escola ameaça os Direitos Humanos e a democracia, por desconsiderar a importância da inclusão das pessoas em uma sociedade justa. O Brasil apresenta avanços no campo da educação nas últimas décadas, mas não é capaz de consolidar o compromisso e políticas públicas de Direitos Humanos que primem pela justiça social. A escola, por ser um espaço social e coletivo, precisa exercitar a democracia, por meio de ações que relacionem o passado, o futuro e o presente, dando solidez a uma história e a uma cultura de paz, por meio de discussões dos temas relacionados aos Direitos Humanos.

Uma educação para a cidadania, para o exercício da cultura dos direitos humanos exige de educadores e educandos reflexão, criticidade e posicionamento a favor dos discriminados e menos favorecidos, a favor da problematização e do diálogo, conforme aponta Freire (2015).

Paulo Freire opõe a educação problematizadora do oprimido, à educação bancária do opressor: a primeira leva a humanização e a segunda à manutenção objetiva da opressão: a primeira caracteriza-se pela colaboração, pela união, pela organização e pela síntese cultural; a segunda caracteriza-se pela conquista, pela divisão do povo, pela manipulação e pela invasão cultural. (GADOTTI, 2017, p. 12).

A educação em Direitos Humanos é um ato político, que possibilita escolhas conscientes e o desenvolvimento da autonomia, que exige dos protagonistas a problematização e o diálogo, porque não é possível exercitar a democracia sem eles. Por ser a Educação em Direitos Humanos opositora ao ideário capitalista, não é propiciada e expandida na sociedade, porque se coloca contra a opressão e a manipulação, características fundantes das classes dominantes, que promovem a desigualdade e a exclusão social, negando direitos.

O diálogo, por ser uma ação consensual, onde as partes expõem suas reflexões e ao mesmo tempo dão abertura para a audição, num exercício de reflexão e de análise, de problematizações e busca de soluções, não representa a conduta que os cidadãos devem apresentar no modelo capitalista, que imprime a necessidade de sermos passivos e alienados. Por isso, necessitamos de uma Educação em Direitos Humanos, para promover a nossa empatia,

a nossa conscientização, o nosso posicionamento e a nossa superação frente às injustiças sociais.

Para mim, um dos anúncios mais importantes, neste momento, é defender e fortalecer a presença da Educação em Direitos Humanos dentro e fora da escola. Formação em Direitos Humanos é formação para e pela cidadania, para e pela democracia: sem democracia não há Direitos Humanos pois direito humano é direito a uma moradia descente, direito à saúde, à segurança, à educação etc. Direitos Humanos são complementares, interdependentes. (GADOTTI, 2017, p. 15).

A democracia se aprende pelo seu exercício e os Direitos Humanos são construídos pelas suas vivências e pelo respeito ilimitado às diferenças.

Por meio de atos normativos, o CNE expressa seu posicionamento favorável à Educação em Direitos Humanos, conforme se constata no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 7, de 2010, que aborda o tema dos Direitos Humanos, citado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

[...] ao longo do desenvolvimento de componentes curriculares com os quais guardam intensa ou relativa relação temática, em função de prescrição definida pelos órgãos do sistema educativo ou pela comunidade educacional, respeitadas as características próprias da etapa da Educação Básica que a justifica (BRASIL, DCNEB 2013, p. 520).

A efetivação dos Direitos Humanos nos contextos escolares implica na reformulação de conceitos e práticas de todos os protagonistas e de orientações que direcionem esse processo de reconstrução histórica, como conteúdo que propicie a formação ética, crítica e política. Ética, por formar atitudes, baseadas em valores humanizadores, seja em relação ao indivíduo, um grupo ou instituição. Crítica, por promover reflexão sobre o contexto social, cultural, político, coerente com os Direitos Humanos. Política, por propiciar a emancipação e transformação do sujeito de direito.

Embora avanços possam ser verificados em relação ao reconhecimento de direitos humanos nos marcos legais, ainda se está distante de assegurar na prática os fundamentos clássicos dos Direitos Humanos – a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Ainda hoje se pode constatar a dificuldade de consolidação de uma cultura social de Direitos Humanos, em parte devido aos preconceitos presentes numa sociedade marcada por privilégios e pouco afeita aos compromissos assumidos nacional e internacionalmente. Não se pode negar a persistência de uma cultura, construída historicamente no Brasil, marcada por privilégios, desigualdades, discriminações, preconceitos e desrespeitos. Sobretudo em uma sociedade multifacetada como a brasileira, esta herança cultural é obstáculo à efetivação do Estado Democrático de Direito. (BRASIL, 2013, p. 521).

Para a implantação efetiva da Educação de Direitos Humanos, muitos desafios precisam ser superados nas práticas educacionais e no contexto da EJA, para garantia de uma educação de qualidade social, que incida na inclusão, participação e permanência dos educandos. Porque a evasão escolar dos jovens e adultos é uma exclusão social e uma violação de direitos.

A proposta de Freire (2015) revela sua defesa incondicional aos direitos humanos, indo ao encontro dos princípios balizadores da Revolução Francesa, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A libertação é a razão maior da educação na obra do autor, que é entendida como compromisso de libertação do oprimido, por meio da sua emancipação social. Nesse compromisso de luta com as classes menos favorecidas, destaca sua visão humanista e o empenho em buscar a conscientização das massas<sup>9</sup>. A igualdade tem destaque ao ser compreendida como mecanismo de humanização do homem, na superação das injustiças e das desigualdades, num mundo onde uma pequena parcela detém poder, fortuna e conhecimento, em detrimento de grande número de pobres e analfabetos, sem as mínimas condições de vida e de sobrevivência.

Os projetos desenvolvidos por Freire revelam sua relação íntima com as classes oprimidas em sintonia com a história dos direitos humanos no Brasil, pois traz à tona a denúncia da exploração dos pobres e analfabetos, sem perspectivas de mudanças e entendimento da sua realidade, ao mesmo tempo que aponta a esperança como possibilidade de fraternidade, de comunhão com os necessitados, de pão, de conhecimento e de vida.

Lutar por uma Educação em Direitos Humanos é lutar pela democracia, por exercitar a participação, a igualdade de condições e a conscientização, numa sociedade onde os pobres e analfabetos não têm direito à participação, à voz, a ler, a escrever e a ser. Por isso, a educação é uma possibilidade concreta de efetivação dos Direitos Humanos, mediados pelo conhecimento e pela participação consciente.

## 2.2 EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

Diante das reflexões anteriores, cabe-nos o estudo sobre as relações entre educação e democracia, por poderem ser propulsionadoras de uma participação crítica e atuante na sociedade, ao propiciar a formação dos sujeitos, considerando suas experiências.

A educação e a democracia para a sua plena realização e manutenção, enquanto legado humano, são dependentes. Constituem-se por meio do exercício participativo dos seus sujeitos,

---

<sup>9</sup> Massas é o conjunto não limitado de indivíduos considerados fora das estruturas sociais tradicionais e que constituem o objetivo sociocultural de certas atividades.

por tentativas processuais, pela problematização do mundo e do próprio contexto, refletindo sobre suas experiências e contrapondo o ingênuo, para atingir a criticidade.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente dele, ganhasse força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. (FREIRE, 1967, p. 90).

Para Freire (1967), é necessário colocar em prática uma educação que não seja hierarquizada em procedimentos e conteúdo, mas horizontalizada, conforme os preceitos de uma educação libertadora, que contribua com a construção da emancipação, onde todos sejam sujeitos na construção do conhecimento. Sendo assim, um dos papéis fundamentais da educação é fortalecer a democracia, que é um processo de humanização do homem.

Os valores democráticos precisam ser interiorizados pela nossa sociedade e o caminho para o seu fortalecimento é a participação consciente, alicerçada na educação, no fazer diário e cotidiano de ser mais.

A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca – a mudança. Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constante. São flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes maior flexibilidade de consciência. (FREIRE, 1967, p. 90).

A educação tem um papel primordial na construção e conservação de uma sociedade democrática, por ter o compromisso social de formar as pessoas. A palavra democracia é concebida em Atenas, na Grécia Antiga, para conceituar a participação popular nas tomadas de decisões sobre o funcionamento da sociedade em todos os aspectos, prescrevendo direitos e deveres. Ela é um regime político em que todo cidadão participa direta ou indiretamente, por meio de representante eleito, para discutir e criar leis que organizem e normatizem a sociedade.

Na história brasileira, a Constituição de 1988 é a mais democrática em seu conteúdo e em sua participação popular, com a universalização de direitos, com princípios de liberdade de expressão e dignidade humana, explicitando seu caráter cidadão. Em uma sociedade democrática, o governo é composto pelos representantes eleitos da população, sendo assim, democracia implica uma sociedade em que todos as pessoas têm influência sobre as decisões tomadas e liberdade de atuar e se expressar em sua particularidade.

[...] a democracia e a educação se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os problemas. Os problemas do

seu País. Do seu continente. Do seu mundo. Os problemas do trabalho. Os problemas da própria democracia. (FREIRE, 1967, p. 96).

Refletir sobre a relação entre educação e democracia nos leva a destacar a necessidade de a educação atuar intencionalmente para formar pessoas democráticas, que entendam a sua posição no mundo, exigindo de cada um de nós a ampliação do pensar, da reflexão crítica, da problematização e do diálogo, para uma mudança social. No exercício de sua cidadania, a pessoa precisa desenvolver a consciência de que pertence a uma sociedade, com direitos e deveres iguais para todos e que suas ações têm implicações no contexto local e na sociedade. Por meio desta consciência de mundo, a pessoa tem condições de construir um modo de vida com empatia pelo outro e responsabilidade social, percebendo que suas ações impactam na sociedade e no seu compromisso de liberdade.

A educação pode promover mudança de atitude, mudando antigos hábitos de passividade por hábitos de participação consciente. E essa conduta perpassa pelas ações propostas nas escolas, pelas ações intencionais dos educadores. Porque não podemos desconsiderar que educar é uma ação acima de tudo política.

Nada ou quase nada existe em nossa educação, que desenvolva no nosso estudante o gosto da pesquisa, da constatação, da revisão dos “achados” – o que implicaria no desenvolvimento da consciência transitivo-crítica. Pelo contrário, a sua perigosa superposição à realidade intensifica no nosso estudante a sua consciência ingênua. A própria posição da escola, de modo geral acalenta ela mesma pela sonoridade da palavra, pela memorização dos trechos, pela desvinculação da realidade, pela tendência de reduzir os meios de aprendizagem às formas meramente nocionais, já é uma posição caracteristicamente ingênua. (FREIRE, 1967, p. 95).

Nossas escolas, nossos ambientes educacionais e nossas propostas educativas distanciam nossos educandos e a nós mesmos do que de fato precisamos fazer, que é refletir conscientemente e tomar decisões assertivas. Freire (1967) aponta que, quanto mais crítico for um grupo de pessoas, mais flexível e democrático será, e estará intrinsecamente ligado a práticas sociais e a necessidades locais, em decorrência da percepção e da criticidade desenvolvida. Da mesma forma, quanto mais passivos, mais ingênuos e facilmente direcionados e domesticados.

No campo educacional é urgente a mudança de atitudes. Os educadores necessitam abrir espaços para o diálogo, por meio das ações da rotina escolar, onde se proponha discutir temas, trocar ideias, relatar experiências, trabalhar com o educando, estudar as atualidades, os percursos históricos e políticos da nossa cidade e do mundo. Ou seja, ampliar, repertoriar e refletir sobre a vida.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para a sua aprendizagem, mas o seu jeito. (FREIRE, 1967, p. 104).

A construção de conhecimento, na proposta de Freire, concebe o educando e o educador como seres ativos e responsáveis em constante transformação, porque a ação educativa se relaciona com a democracia, conhecendo e atuando em seus contextos, propondo mudanças, capazes de melhorar as condições de vida de todos os envolvidos.

Como espaço democrático, a escola é lugar de convivência e representatividade de educandos, pais, educadores, funcionários, comunidade local, enfim, de todos. Um espaço de formação de cidadãos participativos. O exercício de uma democracia se inicia na escola, por meio do diálogo e da descentralização das ações em sala de aula, sem hierarquia, mas em nível horizontal de construção de saberes, na construção coletiva de regras e de um código de conduta, nas discussões pertinentes, na ampliação do repertório político, na pesquisa como condutora de novas possibilidades de entendimento e ação, na representatividade de todos, com suas necessidades, interesses, pertinências e relevâncias. Em uma educação democrática, a aprendizagem não se alicerça na transmissão de conhecimentos e informações, ela é uma construção ativa e plural.

Embora no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas esteja explicitada a necessidade de desenvolver o cidadão crítico e atuante na sociedade, sabemos que poucas ações efetivam essa necessidade; dessa forma, os princípios democráticos são pouco exercitados no cotidiano escolar. A educação para a democracia exige de nós a implementação dos princípios democráticos no cotidiano escolar e em todas as relações. Afirmamos no discurso que somos democráticos, mas apresentamos atitudes autoritárias, resultado das ações autoritárias a que fomos submetidos em nossas vidas, e agora as reproduzimos cotidianamente, apresentando resistência à aplicação de ações verdadeiramente democráticas no ambiente escolar.

Nossas práticas, na maioria dos momentos, estão associadas à reprodução de conceitos e normas de controle, obediência e passividade, promovendo a manutenção de um discurso equivocado, moralista e sem participação. O autoritarismo na sala de aula se faz através das posturas e discursos dos educadores, pela violência do constrangimento, da imposição dos fazeres, dos limites impostos pelo silêncio, pela avaliação excludente, pelo menosprezo dos que apresentam dificuldades, enfim, por ações e condutas que limitam psicologicamente os educandos, a fim de que se enquadrem em um determinado conjunto de regras, socialmente

aceito. O educando não pode ser um objeto da proposta do educador, mas sim sujeito, por isso, a necessidade de considerar o saber do senso comum, que se apresenta na escola, ao invés de apenas valorizar o conhecimento científico.

A escola não está desconectada da sociedade, onde se ensina e se aprende sobre temas dissociados da realidade. Ela representa as lutas de classe, ela se compõe por educandos e familiares que vivem os conflitos de classe; por isso, a necessidade de olhar para as rotinas de vida, para as experiências e propor o entendimento da realidade.

Educar para a democracia é propor mudanças no formato das aulas e da escola, é promover a participação nas decisões, é questionar, é situar-se no contexto, é ter empatia pelo outro, é considerar as experiências dos educandos e de seus familiares, é agir a favor de uma causa do bem comum, é lutar para a diminuição das desigualdades sociais.

### 2.3 INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Em 1949 é realizada a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia) na cidade de Elsinor, Dinamarca. Esses encontros decenais surgem da necessidade de discussão e produção de documentos que reflitam a problemática da Educação de Adultos não alfabetizados no mundo e é a principal ferramenta utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para a defesa e promoção da EJA nos últimos 70 anos.

Na primeira edição, os pontos destacados são: as especificidades da Educação de Adultos, a oferta de uma educação aberta e voltada às condições de vida reais da população e à educação ministrada por meio do sentimento de tolerância, com a missão de contribuir para a consolidação da paz. O evento ocorre após a promulgação da Declaração Universal de Direitos Humanos<sup>10</sup>, em 1948, num período de reconstrução, decorrente do final da Segunda Guerra Mundial, conflito militar global que durou de 1939 a 1945. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) se configura para estimular a cooperação global e evitar novos conflitos no mundo.

---

<sup>10</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos somente foi criada em 1948, como forma de reação contra as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, quando Hitler comandou o genocídio de judeus e outras minorias nos campos de concentração. Em 10 de dezembro de 1948, durante a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que visa ao desenvolvimento e progresso social, à necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar da sociedade, através da garantia da cidadania.

O educador Ireland (2013) pontua que a Confinteia e a Unesco se destacam pela defesa e promoção da educação de adultos como direito humano e como um componente integrante e essencial para a educação ao longo da vida, mas lhe falta abranger questões de imensa relevância quanto à avaliação e inovação de procedimentos, numa sociedade em constante transformação. As conferências são fruto de um processo cumulativo, entre elas, consolidando novos entendimentos e práticas da EJA, destacando questões necessárias para estudo e elaboração de políticas públicas.

A Confinteia V, de 1997, ocorre na cidade de Hamburgo, Alemanha. Inova por garantir a participação da sociedade civil e uma agenda com objetivos a serem alcançados, mas não se preocupa em estabelecer mecanismos e monitoramento da agenda para o futuro da Educação de Adultos.

A Confinteia VI, de 2009, ocorre no estado do Pará, Brasil. Busca-se corrigir a inexistência de monitoramento, com a elaboração de mecanismos a serem coordenados pelos Institutos da Unesco e com o estabelecimento de compromissos: com base na alfabetização de adultos, políticas, financiamento, inclusão, equidade, qualidade e participação, destinadas aos Estados. A realização da conferência no Brasil é de fundamental importância para dar luz à América Latina, como região de grande desigualdade social e má distribuição de renda, com altos índices de analfabetismo.

Para Ireland, a Confinteia VI avança, por estabelecer a necessidade de implementar e monitorar as políticas relacionadas à EJA em todos os níveis, mas ainda carece de mecanismos para a autoavaliação da própria Confinteia, sua eficiência e intocabilidade, impactos em níveis regional, nacional e internacional das recomendações sugeridas, implementações e fortalecimento das políticas públicas para a EJA, pois, para todos os países, a educação de adultos precisa ser contemplada nas políticas públicas de desenvolvimento social.

No ano de 2015 é aprovada, na 38ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, a Recomendação sobre a Aprendizagem e Educação de Adultos, em apoio ao Marco de Ação da Educação 2030<sup>11</sup>, que indica as tendências globais e propõe orientações para a ampliação de oportunidades equitativas para a Educação de Jovens e Adultos, em substituição ao documento anterior de 1976, estabelecendo princípios para o desenvolvimento da aprendizagem e educação de adultos.

---

<sup>11</sup> O Marco de Ação da Educação 2030 visa a mobilizar todos os países e parceiros em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sobre educação e suas metas, além de propor formas de implementar, coordenar, financiar e monitorar a Educação 2030 para garantir oportunidades de educação de qualidade inclusiva e equitativa, assim como de aprendizagem ao longo da vida para todos.



Há o indicativo de três domínios necessários: alfabetização e habilidades básicas, educação contínua e habilidades profissionais, reafirmando as nossas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de contribuir com o educando através do desenvolvimento da habilidade de ler e escrever o mundo contextualizado, a necessidade de formação continuada para acompanhar as mudanças e articular a educação escolar ao mundo do trabalho. Também aponta para cinco áreas de ação: política pública, governança, financiamento, participação, inclusão e equidade e qualidade, coadunando com a Confinteia 2009.

Cabe aos Estados-membros utilizar-se dessas orientações em nível regional, nacional e internacional para aprimorar e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, pois a alfabetização de adultos promove a aplicação do direito à educação, e por meio deste direito o exercício dos demais direitos, como: econômicos, políticos, sociais e culturais.

As rápidas mudanças do mundo geram novos desafios, exigindo uma nova leitura e a revisão dos direitos, pois essas aprendizagens têm um papel muito significativo no desenvolvimento sustentável. Essas medidas podem exigir adequações práticas, estruturais e legislativas que deem suporte a sua efetivação, visando assegurar que os adultos possam participar da sua comunidade, da sociedade e do mundo do trabalho, por meio do exercício de cidadania consciente e ativa, possibilitando o engajamento nas questões locais, sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Como objetivos, o documento aponta:

Os objetivos da aprendizagem e da educação de adultos são: (a) desenvolver a capacidade dos indivíduos de pensar criticamente e agir com autonomia e sentido de responsabilidade; (b) reforçar a capacidade de influenciar e lidar com as transformações em curso na economia e no mundo do trabalho; (c) contribuir com a criação de uma sociedade da aprendizagem, onde cada indivíduo tem a oportunidade de aprender e participar plenamente nos processos de desenvolvimento sustentável e aumentar a solidariedade entre as pessoas e as comunidades; (d) promover a coexistência pacífica e os direitos humanos; (e) promover a resiliência ente jovens e adultos mais velhos; (f) conscientizar em relação à proteção do meio ambiente. (UNESCO, 2015, p. 9).

Com essas orientações, o objetivo da educação de adultos é equipar as pessoas com habilidades e capacidades de exercer seus direitos e suas responsabilidades, desenvolvendo-se por meio de suas escolhas e, dessa forma, serem colaboradores para a diminuição da pobreza, para a melhoria das condições e desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável.

Para promover o desenvolvimento da aprendizagem e da educação de adultos, os Estados-membros devem considerar o aumento da cooperação entre todas as partes interessadas, incluindo entidades governamentais, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, sindicatos, agências de assistência ao

desenvolvimento, setor privado e meios de comunicação, quer em uma base bilateral ou multilateral, e o reforço da cooperação entre as agências das Nações Unidas. (UNESCO, 2015, p. 14).

Os Estados-membros que compõem a Unesco necessitam desenvolver políticas abrangentes, inclusivas e integradas para a EJA, por meio de compromisso político contínuo, legislação, instituições, práticas eficazes e motivação dos educandos. Essas ações exigem mobilizar e alocar recursos, por meio de coordenação interministerial e parcerias entre o governo, o setor privado e os indivíduos, de acordo com as necessidades nacionais, para superação de suas deficiências, de forma eficaz, eficiente e responsável, para dessa forma garantir o direito à educação em qualquer idade, universal e gratuitamente.

#### 2.4 A INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

O conceito de capital, ao qual estamos submetidos, refere-se ao poderio econômico dos bancos, das instituições financeiras, organizados por meio de grupos, detentores das maiores riquezas e com influências sobre os mercados financeiros e políticos de todos os países. O conceito de sociedade se refere a uma convivência conjunta do homem, organizada e consciente, com um coletivo de cidadãos, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, governados por entidades que zelam pelo bem-estar, com os mesmos interesses e preocupações entre seus membros, direcionados a um objetivo comum.

Refletir sobre a influência do capital na sociedade, e consequentemente na escola, traz-nos inquietações e incertezas, por revelar relações de poder e interesses econômicos de grupos hegemônicos em detrimento do bem-estar social de todos, porque a maior parte da sociedade vivencia a ampliação das desigualdades sociais, a precarização do trabalho, a instabilidade da vida, a exclusão e o esgotamento dos recursos naturais. A escola, como reprodutora desse modelo de sociedade, onde a educação conserva e propaga as ideias e interesses da classe dominante, dos detentores do capital, desenvolve suas ações e procedimentos para garantir e manter a estabilidade hegemônica.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo<sup>12</sup> alterou o capitalismo profundamente, de forma a modificar a sociedade em que vivemos, construindo uma nova lógica de mercado, de

---

<sup>12</sup> Neoliberalismo é um termo que, especialmente a partir do final dos anos de 1980, tem sido empregado em economia política e economia do desenvolvimento, em substituição a outros termos anteriormente utilizados, tais como monetarismo e neoconservadorismo. As principais características do neoliberalismo são a mínima participação estatal nos rumos da economia de um país, a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho e a desburocratização do Estado, com leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas. Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas

peças e de relações. Nessa construção, os blocos oligárquicos, que detêm o poder mundial, consolidam-se, estabelecendo as novas regras do projeto social e político de seus interesses, estabelecendo as diretrizes para as ações governamentais dos países emergentes e subdesenvolvidos. Esse modelo iniciado em 1930 não pressupõe ou estimula ações coletivas de mobilização popular, mas desenvolve formas de submissão, por força do capital.

As pessoas fazem parte de um modo de vida onde sofrem concorrências de todas as formas e níveis e se submetem a essas novas relações, sem questionamentos sobre as mudanças e valores referentes ao trabalho, que está focado nas competições generalizadas, pouco refletindo ou entendendo essa nova dinâmica de vida, que distancia as pessoas, enfraquecendo as ações coletivas. Esse modelo econômico estimula o individualismo, diminui as reflexões e discussões sobre os problemas sociais, como a exclusão, que se apresenta ampliada e intensificada, passando despercebida.

Em consonância com os autores anteriormente citados, Bauman (2010) afirma que o Estado atua a favor do capital, subsidiando e recapitalizando o mercado financeiro, para se manter em condições de controle. Por isso, as políticas públicas aplicadas têm como princípio a continuidade e a proteção do patrimônio das elites, incidindo na ausência ou diminuição de políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população e do bem-estar social. A sociedade está completamente a serviço do capital, dos interesses econômicos, deixando de promover e garantir sua função social, de oportunizar o desenvolvimento pleno das pessoas. A crise ética em desenvolvimento desconsidera o longo percurso de conscientização da sociedade na construção dos Direitos Humanos: sociais, civis, políticos, econômicos, culturais e ambientais, porque a única ética para o capital é a ética do lucro, conforme Bauman e Bardoni (2016).

O instrumento mais adequado aos nossos tempos só pode ser a economia. Decerto ela tem potencial para trabalhar num mundo líquido. Ela vai além da compreensão da maioria das pessoas, é complexa a ponto de ser difícil até para seus agentes e partícipes. É transitória, móvel e facilmente influenciável. Não está sujeita à democracia, pois não é possível recorrer ao sufrágio universal para influenciá-la. Tem suas próprias regras e consequências definidas, é a única certeza inequívoca de um mundo liquefeito e inseguro. As manobras econômicas têm repercussão imediata para a democracia; elas conseguem mais do que a lei e as revoluções para estabelecer a igualdade e a desigualdade entre os homens. Qual a utilidade de todos serem iguais no papel, terem as mesmas oportunidades e a mesma liberdade de ação e pensamento, se só são necessárias algumas poucas restrições econômicas para colocar tudo em questão? Trazer de volta as diferenças sociais, restaurando prioridades, possibilita ao sistema adquirir e manter o controle social. Empobrecer significa dividir e controlar,

---

capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

colocar os setores mais fracos da população em posição de não ter acesso aos mesmos benefícios que antes, excluí-los de possibilidades e separá-los dos mais afortunados. (BAUMAN; BARDONI, 2016, p. 173).

Podemos observar nessa conjuntura a influência do neoliberalismo, com a crescente abstenção do Estado em suas funções básicas de bem-estar social, com o desenvolvimento do conceito de Estado mínimo e regulador, através de privatizações de estatais, terceirização de serviços e criação de mecanismos de regulação, que pouco corroboram em prol do desenvolvimento e liberdade pessoal que, de fato, pouco são evidenciados nas classes populares, pois os menos favorecidos pouco dispõem de condições educacionais favoráveis a sua efetiva continuidade.

As reflexões sobre as circunstâncias atuais apontam que vivemos em plena inversão de conceitos, pois pensamos ser colaboradores de um mundo globalizado, com possibilidades igualitárias para todos, com uma economia impulsionadora do desenvolvimento social, mas, na verdade, esse mundo globalizado se impõe como limitador e inibidor de ações sociais fundamentais para a diminuição das desigualdades e promoção do desenvolvimento humano, conforme descreve Gaulejac (2007), sendo que o mundo globalizado é um dos mecanismos de controle do neoliberalismo.

Na esfera da educação, nossos educandos estão se transformando em clientes, meros consumidores dos serviços oferecidos por grupos econômicos, e nossos educadores em seres adaptáveis, flexíveis e passivos para se ajustar às novas competências, para atender aos modos de produção. Estamos presenciando a escola se transformando em empresa, sendo gerenciada por critérios de gestão, que são mais importantes que as políticas sociais e a construção de uma sociedade igualitária. O neoliberalismo está reescrevendo um novo conceito de sociedade em contraposição ao construído e incorporado pela história, que vislumbra o interesse coletivo, a igualdade de direitos e o desenvolvimento das pessoas e da democracia.

[...] o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global se restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. O resultado mais perverso desse empreendimento tem sido o aumento do desemprego e da exclusão social [...]. (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 139).

O Brasil vivencia essa nova organização do capital, pois os índices divulgados nos meios digitais apontam altos níveis de desemprego, instabilidade social e analfabetismo. O PNAD 2019, do IBGE, aponta para 11,3 milhões de analfabetos e, mesmo com a redução gradual apresentada nos últimos anos, estamos distantes de resolver essa problemática. Os dados

coletados são autodeclaratórios, o que pode gerar uma informação que difere da quantificação real; sendo assim, os números reais de analfabetos podem ser ainda maiores. Cabe destacar que o analfabetismo está diretamente relacionado à pobreza e à desigualdade social, conforme explana Gadotti (2009).

Apesar do federalismo, em nosso Sistema de Educação, prever o compartilhamento da educação pelas esferas administrativas, atualmente, o governo federal transfere a totalidade de responsabilidade da EJA aos municípios, que são limitados devido ao controle fiscal e aos baixos recursos disponíveis. Nesse cenário, o que parece prevalecer são os interesses econômicos em detrimento dos sociais, evidenciando o controle dos grupos hegemônicos. Dessa forma, é possível destacar a pequena intencionalidade que os governos demonstram em relação à EJA, componente da Educação Básica, para a promoção do desenvolvimento educacional desses cidadãos, em decorrência da minimização dos direitos sociais, demanda atual, decorrente da influência do neoliberalismo.

A influência do capital na sociedade incide sobre a problemática da alfabetização de adultos e perpassa por toda a vida e obra de Freire (2015), que está ligada diretamente à necessidade de emancipação, que a educação precisa promover, porque a alfabetização é um processo muito mais amplo que mecanicamente codificar e decodificar símbolos; ela é impulsionadora do desenvolvimento crítico e da leitura de mundo, associada à conscientização e à participação política.

A alfabetização de adultos enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da palavra, simultaneamente com a “leitura” e a “reescrita” da realidade, e a pós-alfabetização, enquanto continuidade aprofundada do mesmo ato de conhecimento iniciado na alfabetização, de um lado, são expressões da reconstrução nacional em marcha; de outro, práticas impulsionadoras da reconstrução. (FREIRE, 2011, p. 55).

A alfabetização dos adultos assume significado à medida que o educando associa a linguagem à leitura do mundo, à medida que ele expressa sua realidade, analisa sua condição de vida e a necessidade de mudança. É um processo de transformação pessoal, que vai além da aprendizagem mecânica. É um despertar para o mundo, porque a educação é um ato político e uma construção de conhecimentos.

Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. (FREIRE, 1967, p. 39).

A educação libertadora promove a emancipação e se coloca a serviço de uma transformação social, por desvelar o mundo; em contrapartida, a educação tradicional e bancária, que se apresenta nas escolas, reforça a hegemonia das classes dominantes. A educação bancária, explanada por Freire (2015), discorre sobre nosso processo educacional, historicamente construído desde nossa colonização, onde o educador, como único sujeito, transmite o conhecimento que detém de forma verticalizada, cabendo ao educando, que é o objeto, memorizar mecanicamente o conteúdo exposto. A educação é exercida como um ato de depósito por parte do educador, enquanto ao educando cabe a responsabilidade de receber e reproduzir o ensinado, sem nenhuma reflexão e criticidade.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. [...] Conteúdos que são retalhados da realidade, desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharam significação. [...] A narração, de que o educador é sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vai “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor o educador será. Quanto mais os deixam docilmente “encher”, tanto melhores os educadores serão. (FREIRE, 2015, p. 79-80).

A educação bancária tem um único propósito, que é a manutenção das classes hegemônicas<sup>13</sup> por meio da dominação e manutenção do *status quo*, através do controle das massas, da expansão das ideologias dominantes e da manutenção das lideranças político-econômicas. Esta realidade determina consequências para a sociedade e para a educação, com o reforço da divisão social entre os que dominam e os que são dominados, com uma escola que massifica e aliena seus educandos, atendendo a todos da mesma forma, desconsiderando os contextos e as singularidades dos sujeitos, propondo um currículo que padroniza os saberes, de modo a garantir a manutenção dessa condição.

A sociedade e a escola reproduzem os interesses e a ideologia dominante<sup>14</sup>, narrando uma falsa igualdade de direitos e deveres para todos, que não se concretiza no dia a dia, porque estamos numa sociedade capitalista, condicionados a fatores políticos e econômicos desiguais entre as classes e as pessoas, característica fundante de uma sociedade dirigida pelo neoliberalismo, onde a ideia de igualdade não se efetiva e se operacionaliza para todos, da

<sup>13</sup> Hegemonia significa preponderância de alguma coisa sobre outra. Um político e cientista italiano chamado Antônio Gramsci formulou o conceito de hegemonia. Para Gramsci, hegemonia é o domínio de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos, em especial da burguesia com as classes de trabalhadores.

<sup>14</sup> Ideologia, no pensamento marxista, é um conjunto de proposições elaborado na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe.

mesma forma. Essa dimensão excludente da sociedade está presente na educação, ao não propiciar a formação de indivíduos autônomos, capazes de observar e refletir sobre a realidade a ponto de transformá-la.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdo [...]. Ao contrário da “bancária”, a educação problematizadora responde a essência do ser da consciência, que é a sua intencionalidade. (FREIRE, 2015, p. 94).

Desse modo, o educador problematizador refaz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também. [...] Pelo fato mesmo de esta prática educativa constituir-se em uma situação gnosiológica, o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento. (FREIRE, 2015, p. 97).

Encontramo-nos no campo das discussões, do discurso da igualdade de direitos e da educação como princípio da emancipação humana; mas, no cotidiano, a escola ainda é um local de reprodução de desigualdades sociais, de hierarquia e controle social. Enquanto educadores e educandos não são desafiados a refletir sobre as suas condições de reprodutores de ideias hegemônicas, a escola permanecerá nesse modelo, de manutenção do ideário capitalista. Sabemos que não é fácil transformar o modo de pensar e agir, mas podemos iniciar refletindo sobre questões básicas do ambiente escolar, como: Por que estou aqui? Para que estudar? O que estudar? Esse conteúdo pode modificar minha realidade? Nossa ação-reflexão incide sobre a realidade? O que a história ensina? Qual meu papel na sociedade?

É necessário experienciar e construir, por meio das relações e vivências concretas, a pedagogia do oprimido de Freire (2015), ou seja, exercitar uma ação educativa, que tenha como ponto de partida a realidade e as necessidades dos educandos, como alavanca de entendimento e ampliação do conhecimento, para a promoção de um novo cidadão, que possa intervir sobre o seu contexto e a sua realidade.

## 2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação de Jovens e Adultos se apresenta como secundária em praticamente toda a sua trajetória, mesmo sendo citada desde a colonização do Brasil, compondo os registros históricos, inicialmente como ação catequizadora junto aos indígenas e, ao longo do desenvolvimento do país, como mão de obra, minimamente alfabetizada, para o abastecimento da indústria.

A partir da década de 1930, a EJA começa a marcar seu papel na história devido à consolidação de um sistema público de educação básica e elementar. Na Constituição de 1934, a EJA é reconhecida e recebe atenção especial, como cita Haddad e Di Pierro (2000), mas, na prática, somente no final da década de 1940 é discutida como política nacional. Com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, é possível organizar um programa para a expansão do atendimento da educação primária com vista a incluir o Ensino Supletivo<sup>15</sup> para adultos e adolescentes. Como o Plano Nacional de Educação institui o ensino primário como obrigatório para as crianças e os adultos, o ensino supletivo é contemplado para os jovens e adultos analfabetos.

Em 1947, é criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), vinculado ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, com a finalidade de coordenar os planos anuais de ensino supletivo. Nesse momento, busca-se unificar as ações, até então fragmentadas e ineficazes, da educação de jovens e adultos, por meio de políticas públicas e verbas vinculadas para todo o país.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a EJA é oportunizada através de Campanhas de Alfabetização de Adultos por todo o país, visando erradicar o analfabetismo, por meio do desenvolvimento da leitura, escrita e instrução para os cálculos básicos, sem relevância emancipatória e por um período predeterminado, visando a preparar os trabalhadores para as indústrias brasileiras em expansão.

Esse período é marcado historicamente com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em função da repercussão internacional dos altos índices de analfabetismo do nosso país, é regulamentado o Fundo Nacional de Ensino Primário, com parcela de recursos destinada para a alfabetização de jovens e adultos do curso supletivo.

Nos primeiros anos, a campanha obteve avanços significativos, porque ampliava sua ação nas diversas regiões do país e articulava serviços anteriormente existentes, mas, por volta da década de 1950, inicia-se seu declínio, devido a dificuldades financeiras, administrativas e educacionais, como o pequeno tempo propiciado para a alfabetização, a superficialidade das aprendizagens e o mesmo método para todas as regiões brasileiras.

No início da década de 1960, há um grande avanço nas discussões pedagógicas em decorrência do II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorrido em 1958, no Rio de Janeiro, com a participação de educadores e estudiosos, sobre o direito à educação e as práticas

---

<sup>15</sup> Ensino Supletivo era a nomenclatura anteriormente utilizada para descrever a educação para jovens e adultos, contudo tem o mesmo objetivo, que é possibilitar às pessoas que não terminaram seus estudos fazê-lo em tempo abreviado.



pedagógicas, com foco na formação do sujeito. Essa perspectiva é presenciada em algumas propostas de alfabetização e educação popular baseadas na teoria de Paulo Freire.

Em decorrência do engajamento dos educadores e das suas articulações junto ao governo federal, em 1964 é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, com a premissa de ampliar por todo o país programas de alfabetização de jovens e adultos com base na proposta de Freire.

O golpe militar de 1964 e as novas deliberações do governo incidiram sobre a educação de forma repressora e autoritária, interrompendo o Programa Nacional de Alfabetização, apreendendo materiais, perseguindo e prendendo educadores e lideranças estudantis, impedindo-os de exercerem suas funções, como estratégia de bloqueio às ações de natureza política, aos que não compactuavam com os interesses do governo militar, pois são interpretados como uma grave ameaça à nova ordem estabelecida.

Neste cenário, o governo atua de forma coercitiva, para manter-se como liderança e coibir as manifestações sociais contrárias aos seus preceitos e, em paralelo às ações repressoras contra a EJA, surgem novos programas educacionais.

Na verdade, este setor da educação – a escolarização básica de jovens e adultos – não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir. Havia ainda a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 114).

A implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1967 e do Ensino Supletivo em 1971 pretendem dar continuidade aos processos de alfabetização dos jovens e adultos e reformular o ensino de primeiro e segundo graus, respectivamente, em decorrência dos altos índices de analfabetismo e da necessidade de qualificação dos adultos para ingressarem na indústria, que se apresentava em expansão e com necessidade de funcionários mais qualificados, além de propiciar a criação de uma imagem de governo comprometido com o trabalhador.

O Mobral é divulgado como sendo uma oportunidade de alfabetizar a população, para sua rápida absorção pelas empresas e para “[...] criar uma estrutura adequada ao objetivo político de implantação de uma campanha de massa com o controle doutrinário” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 115). Ele possui um caráter compensatório e produz uma imagem de que a educação estava a serviço do desenvolvimento do país.

O Ensino Supletivo se apresenta como possibilidade de ajustar a mão de obra ao plano de desenvolvimento nacional, por meio de uma nova escola, uma escola do futuro, que prepara o futuro funcionário da empresa, dentro dos padrões mínimos de exigência para a realização das tarefas, em meio a uma sociedade em expansão socioeconômica.

O discurso e os documentos legais dos governos militares procuram unir as perspectivas de democratização de oportunidades educacionais a serviço do modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, por meio da coerção, procuram manter a “ordem” econômica e política. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 118).

A sociedade brasileira, no decorrer da história da EJA, apresenta participações singulares e isoladas, em especial nas décadas de 1960 e 1970, por meio de associações civis em parceria com as pastorais da Igreja Católica, que têm a intenção de desenvolver uma educação popular para a população mais desfavorecida.

O que buscava com esses processos educativos, principalmente com os adultos, era ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha das suas condições de vida, discutindo suas condições de vida, discutindo suas causas e desenhando estratégias para uma atuação crítica da sociedade, sob forte influência do pensamento de Paulo Freire. Eram totalmente desligados dos sistemas públicos de ensino, que estavam controlados pela ditadura. (HADDAD, 2009, p. 355).

Com a redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1985, reiniciamos um período de legitimação dos direitos sociais e de validação das instituições políticas representativas, por meio dos partidos políticos e da promulgação da Constituição Federal de 1988, com suas consequências nos governos estaduais e municipais,

[...] nos quais se materializou o reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental, com a conseqüente responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal, [que foi viabilizado pela] descentralização das receitas tributárias em favor dos estados e municípios e à vinculação constitucional de recursos para o desenvolvimento e a manutenção do ensino. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 119).

A EJA, de forma sistematizada, buscou compor-se por meio de processos intencionais, que culminaram no direito universal à Educação Básica, pública e gratuita, em qualquer idade. Nessa conjuntura, o Mobral é destituído e as prefeituras municipais assumem essa modalidade de ensino, com recursos inferiores aos do programa anterior, inicialmente fazendo parceria com a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Educar), órgão de apoio técnico, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O governo federal, em 1990, decorrente de política de contenção de gastos, extingue a Fundação Educar, de forma inesperada, ocasionando a total responsabilidade das atividades

escolares, referentes à EJA, aos municípios e Estados. Esse momento é marcado por reformas e reduções de políticas públicas de ensino e uma redefinição do papel do Estado. Inicia-se assim a municipalização do atendimento escolar aos jovens e adultos não alfabetizados ou com baixa escolarização.

Os municípios concentraram seus esforços em atender as séries iniciais de alfabetização do EF I, sendo responsabilidade dos Estados a continuação do atendimento ao EF II, séries finais e ao EM, sendo uma grande responsabilidade a ser gerenciada.

Nesse período de crise econômica, iniciado em 1995, o governo propõe uma reforma no Estado, através de políticas neoliberais, privatizando organizações públicas, desconsiderando direitos adquiridos, compartilhando a responsabilidade da educação com a sociedade civil e diminuindo o dever do Estado.

Em 1996, o Programa de Alfabetização Solidária é criado, com o propósito de proporcionar alfabetização inicial, em localidades com alto índice de analfabetismo, em parceria com o MEC, empresas, universidades e municípios.

O Movimento de Alfabetização (Mova) é criado em São Paulo e orientado por Paulo Freire, que na ocasião ocupa a Secretaria de Educação do município de São Paulo, para junto aos movimentos sociais e organizações civis atuarem no Programa Municipal de Alfabetização para Jovens e Adultos. O destaque nacional adquirido pelo movimento oportuniza que ele seja expandido para todo o país, sendo implantado em muitas prefeituras e subsidiado por uma liderança nacional.

A LDB, no artigo 37, prevê o acesso e a continuidade dos estudos às pessoas que não tiveram a oportunidade de fazê-lo na idade certa e esse segmento da educação deveria ser computado junto aos recursos destinados ao EF, mas o veto presidencial ao § II do artigo 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, exclui as matrículas de jovens e adultos do repasse da política de fundos Fundef, limitando a sua utilização para o EF regular, direcionando e limitando dessa forma as ações do poder público estadual e municipal para o atendimento a esta parcela.

A década de 1990 é marcada por mudanças educacionais influenciadas pelo setor econômico, com meta de ajustar a educação escolar às exigências do mercado, por meio de um perfil de mercadoria, ou serviço a ser negociado, com características competitivas, fragmentadas e seletivas, e não mais como direito universal, como afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

Destaque-se nessa nova implementação uma grande contradição, pois a escola não pode compreender o educando como mercadoria, pois ele é um cidadão, que se desenvolve, constitui-

se para a vida em interfaces com a cultura, com as tradições, as crenças e as suas opções. “A escola não é fábrica, mas formação humana. Ela não pode ignorar o contexto político e econômico; no entanto, não pode estar subordinada ao modelo econômico e a serviço dele” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 132). Nesse panorama, uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento das capacidades, o conhecimento, as relações interpessoais, o exercício da cidadania e da participação, para a promoção de justiça social e igualitária, com vista a superação das desigualdades e exclusão social, está distante da sua real efetivação.

Em 1996, a LDB dispõe de dois artigos referentes à EJA, que não atendem as expectativas e discussões realizadas ao longo dos anos de tramitação do texto, que reafirmam o direito ao Ensino Básico, ajustadas as suas particularidades e o dever público de atender gratuitamente, por meio de cursos e exames supletivos, com idade mínima de atendimento aos educandos com 15 anos para o EF e 18 anos para os educandos do EM.

Assim, os direitos à escolarização de jovens e adultos, conquistados na elaboração da Constituição Federal de 1988, não receberam adequada amplitude na LDB de 1996, o que se verificou também na exclusão da modalidade EJA do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), principal fonte de financiamento da educação no período. (HADDAD, 2009, p. 357).

A modalidade da EJA, gerenciada financeiramente pelos municípios, é muito prejudicada, pois passa a disputar, com a modalidade de EF e EI, verbas para a sua continuidade e ampliação de atendimento, numa sociedade com imensa defasagem de vagas para as crianças.

Há também outro forte elemento de contexto que foi o descumprimento, por parte da União, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na versão original da CF de 1988, que determinava que pelo menos a metade dos recursos vinculados definidos nos art. 212 fosse destinado à universalização do Ensino Fundamental e à erradicação do analfabetismo. Inquestionavelmente, o efeito de maior impacto e, praticamente irreversível, do FUNDEF foi alterar a divisão pela responsabilidade na oferta educacional do país. Assim, desencadeou-se um processo de municipalização do Ensino Fundamental. (PINTO, 2018, p. 856).

Com implicações diretas para a EJA, que não está contemplada como modalidade de ensino e sem contabilização prevista para o repasse de recursos financeiros do Fundef, que direciona e prioriza seus esforços e recursos apenas para os educandos do EF, essa medida conduz os municípios a se autogerirem nas questões estruturais, oferta de vagas e corpo docente para a EJA, com restrições e riscos à qualidade do serviço, enquanto que a EI, sendo uma

modalidade que recebe grande pressão da sociedade e de movimentos sociais, que reivindicam vagas em creches, conquista maior atenção e aplicação de recursos por parte do município.

Mesmo com a inserção da EJA na contabilização dos educandos para o repasse de verba do atual Fundeb, a partir de 2006, a EJA continua sendo interpretada de forma menos importante que as demais modalidades que compõem a Educação Básica, demonstrada entre os fatores de ponderação, indicados para as diferentes modalidades, que são utilizados como base de cálculo dos custos e valores de repasse, que são menores para a modalidade da EJA.

O fato de os fundos serem transitórios, com período prévio estabelecido de existência, leva-nos a uma interpretação e manutenção da “[...] fragilidade institucional da política de financiamento do país” (PINTO, 2018, p. 858), por não ter conseguido consolidar esse conceito em uma prática permanente, para a redução das desigualdades, entre as modalidades de ensino, regiões e estados do Brasil.

Com a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, essa vinculação obrigatória, a partir de 2018, deixa de existir, ao menos para a União, nos termos do art. 110, inciso II, da EC nº 95/2016, que estabelece que os gastos com educação devem se sujeitar ao novo regime fiscal, que determina o congelamento das despesas primárias por vinte exercícios financeiros, admitindo-se apenas correção do total da despesa pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tomando como referência o exercício de 2017. (PINTO, 2018, p. 861).

Os processos exercitados pelos fundos, nos últimos 30 anos, demonstram avanços, mas inúmeras limitações com a EJA, que é imensamente afetada pela falta de equalização do custo aluno e, conseqüentemente, com toda organização do atendimento a esta modalidade. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) descrevem que as condições socioeconômicas e políticas do País refletem nas estruturas e organizações aplicadas na Educação. Se refletirmos sobre os percursos e marcos da história no Brasil, observaremos a relação direta entre os interesses econômicos e as políticas públicas implantadas na Educação.

Muitos debates estão em pauta na educação concomitantemente, como descentralização, democratização, autonomia e competência, mas se destaca que continuamos atendendo aos interesses hegemônicos e a Educação continua sendo orientada e direcionada por poderes e interesses externos, porque, sendo a escola uma instituição social, suas concepções refletem as necessidades e demandas do capital, cumprindo sua finalidade social, de reprodução.

Diante dos desafios da sociedade contemporânea e, especialmente, do ensino no Brasil, que objetivos educacionais devem ser estabelecidos para uma educação pública de qualidade? Que diretrizes e pressupostos fundamentais devem guiar a prática educativa, a fim de construir uma sociedade democrática e igualitária? Que cidadão se quer formar?

Que preparação os alunos precisam ter para a via produtiva em uma sociedade técnico-informacional? (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 129).

Essas questões estão há muito tempo em processo de levantamento de respostas, sobretudo porque vivenciamos quadros complexos e contraditórios no setor da política, cada vez mais intensificados e decorrentes das interferências da globalização<sup>16</sup>.

A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. O resultado mais perverso desse empreendimento tem sido o aumento do desemprego e da exclusão social em diferentes regiões do país. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 129).

Nesse cenário, a Educação precisa buscar e disponibilizar resposta à sociedade, participar de forma ativa e crítica dessas análises, por meio da “[...] elevação dos níveis científico, cultural e técnico da população, mediante a universalização efetiva da escolarização básica e melhoria da qualidade do ensino” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 131). Estimulando a emancipação social, por meio do trabalho coletivo, solidário, sentimento de unicidade, inclusão social e democracia. O grande desafio perpassa por incluir dignidade aos milhões de cidadãos excluídos ao longo de toda a história brasileira, sem condições básicas para se desenvolver e se constituir como cidadãos de direitos, nos espaços escolares e na sociedade.

O § 1º do artigo 208 da CF estabelece o dever do Estado com a Educação, garantindo a obrigatoriedade e gratuidade do EF, inclusive aos que não o tiveram na idade própria. A LDB, no artigo 37, atribui ao poder público a responsabilidade de viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, por meio de ações integradas e complementares para a EJA. Essa ação cabe aos Sistemas de Ensino, representados pelos municípios, pautados pela flexibilidade do currículo, tempo e espaço, conforme indicação a seguir:

- I – Rompe a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;
- II – Promove suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;
- III – Valorização de realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;
- IV – Desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;
- V – Promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando a maior participação nas aulas e melhor aproveitamento e desempenho;
- VI – Realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2013, p. 41).

---

<sup>16</sup> Globalização é o processo de aproximação entre as diversas sociedades e nações existentes por todo o mundo, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político. Porém, o principal destaque dado pela globalização está na integração de mercado existente entre os países.

A organização curricular da EJA prescreve, preferencialmente, que os jovens e adultos tenham Educação Profissional<sup>17</sup> concomitante com a Educação Básica, cabendo aos municípios a definição das estruturas e duração dos cursos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as imposições legais.

O CNE, ao aprovar o Parecer CEB nº 11/2000, prescreve que a EJA não possui caráter compensatório, mas três funções elementares, que são: reparadora, ao propor a cidadania através da reparação de um direito; equalizadora, ao garantir o acesso aos bens sociais e a permanência na escola considerando as individualidades; qualificadora, ao propiciar uma educação permanente que incida sobre as necessidades de aprendizagens contínuas e atuais, promovendo uma educação ao longo da vida.

O PNE, Lei nº 10.172, de 2001, contempla a EJA em um capítulo, intitulando-o como modalidade de ensino, mas a questão crucial que se apresenta com necessidade emergencial de solução se refere aos recursos financeiros e humanos destinados a esse segmento da educação, para cumprir com sua finalidade, metas e objetivos sociais, por meio de uma gestão e financiamento, como nas demais modalidades da Educação Básica, que assegurem condições de atendimento à EJA.

Em 2003, com a presença de um novo governo, a EJA retorna às pautas de políticas públicas do Ministério da Educação e o governo federal se responsabiliza pela produção de campanhas e programas de alfabetização, mas ainda repassando para os municípios a continuidade da efetivação dos serviços para esta modalidade, apoiando tecnicamente, mas “[...] deixando de exercer papel direto na implementação de programas de alfabetização de adultos. Isso ocorreu com a transformação do MOBREAL em Fundação Educar e no atual Brasil Alfabetizado” (HADDAD, 2009, p. 360), que apresenta a intenção de considerar as iniciativas educacionais para a modalidade em todo o país, com suas diferenças culturais e regionais, mas que não representa a necessidade real de consolidar uma política pública nacional de EJA, com o entendimento de que a modalidade é prioritária para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Dessa forma, cada vez mais os municípios assumem a total responsabilidade pela EJA, com elevados índices de analfabetismo, baixo rendimento de escolarização, formação de

---

<sup>17</sup> A Educação Profissional é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

educadores, metodologias apropriadas para adultos e baixos níveis de financiamento, dificultando a instalação de Políticas Públicas<sup>18</sup> permanentes e eficientes.

A Educação de Jovens e Adultos se relaciona com muitos temas, como: pobreza, precariedade, desigualdade, exclusão social, dentre outros, cenário denso e complexo que exige reflexões e busca de soluções, pois fazem parte do cotidiano dos educandos, da escola e da sociedade.

[...] a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conceitos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos a cotidianidade. (FREIRE, 2001, p. 16).

Nesse cenário, fazer relações entre a EJA, o direito à educação e as políticas públicas é imprescindível pois os educandos da EJA precisam ser acolhidos e respeitados, tendo sua permanência e avanços na aprendizagem garantidos por meio de propostas e ações permanentes em todos os níveis de governo, fazendo-se necessária a discussão da Educação como direito, como condição de equidade e igualdade para todos e todas, como descreve Gadotti (2011).

O quadro atual sobre a EJA nos traz uma sensação de futuro incerto e desafiador. Os dados do Censo Escolar de 2008 a 2018, conforme tabela 2, demonstram uma queda no número de matrículas na última década.

Tabela 2 – Número de matrículas nacionais na Educação de Jovens e Adultos

Ano	Matrículas
2008	4.945.424
2009	4.661.332
2010	4.287.234
2011	4.046.169
2012	3.906.877
2013	3.772.670
2014	3.653.530
2015	3.491.869
2016	3.482.174
2017	3.598.716
2018	3.545.988

Fonte: INEP – Censo Escolar 2018.

<sup>18</sup> Políticas Públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população.



A análise da tabela 2, com base nos dados coletados no Censo Escolar (INEP, 2018), possibilita observar uma queda no número de matrículas da EJA, que pode ser avaliado como um avanço nacional, por estarmos superando nossas fragilidades e deficiências ao possibilitar o regresso e conclusão da modalidade. O Programa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) 2018 aponta que, do total de 133,7 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais de idade, cerca de 42,2 milhões não finalizaram o EF, representando cerca de 31,5% da população. Quanto ao analfabetismo absoluto, a porcentagem é de 6,8% para o mesmo ano.

Os dados indicam que se deve ampliar a oferta de vagas em 38,7 milhões na EJA, para atender integralmente a demanda levantada pelo PNAD, o que revela quão distante estamos de resolver o problema dessa modalidade, frente aos 3,5 milhões de matriculados, haja vista que não disponibilizamos de práticas intencionais que promovam a criticidade e de políticas permanentes de repasses de verbas, para a superação do analfabetismo, e da continuidade educativa, viabilizando a permanência e a conclusão da Educação Básica.

Nessa perspectiva, o Brasil corre o risco de não conseguir alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014).

O contexto sociopolítico e econômico impõe limitações para a efetivação dos marcos legais<sup>19</sup>, que são reafirmados no PNE, de forma especial com as metas 9 e 10 para a EJA, com estratégias específicas, para a efetivação do acesso, permanência e formação dos jovens e adultos, tendo em vista as suas especificidades e necessidades, para uma mudança educacional.

O precedente existente é preocupante. A meta de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais até 2015 para 93,5% não é cumprida em âmbito nacional, pois em 2015 a porcentagem da população alfabetizada mensurada é de 92,1%. Em âmbito estadual, a população alfabetizada de São Paulo apresenta índice de 97,4%, superando a meta estabelecida e, em nível municipal, não são encontrados dados referentes à cidade de Santo André.

---

<sup>19</sup> Marco legal é toda legislação que rege um determinado assunto, desde a Constituição, Leis, Portarias, Leis Estaduais e Municipais.

O objetivo de reduzir o número de pessoas com mais de 15 anos que se classificam como analfabetos funcionais, para 13,5%, apresenta-se distante de ser atingido, em decorrência dos dados parciais apresentados em 2018, que são de aproximadamente de 29% das pessoas com baixa escolarização.

A taxa de analfabetismo no Brasil apresenta, em 2018, um índice estimado de 6,8%, o que representa cerca mais de 11 milhões de analfabetos no país, com a diminuição de 0,2% em relação ao ano de 2017, cujo índice era de 7%, média também observada nos últimos cinco anos, a apontar uma pequena margem de avanço conquistada, insuficiente, contudo, à erradicação do analfabetismo.

Também de difícil consecução tem se revelado a meta de oferecimento mínimo de 25% das matrículas da EJA no EF, na forma integrada à Educação Profissional, por não se apresentar como oportunidade concreta para os educandos, encontrando-se em situação mais crítica e distante de ser cumprida: em 2014, início deste PNE, o índice de matrículas se aproximava de 2,5%, mas vem apresentando queda significativa, e os últimos índices de 2017, com base nos dados do Censo Escolar e pesquisa desenvolvida pelo Inep, mostram que apenas 0,5% das matrículas da EJA estão vinculadas ao ensino profissional. Esse panorama desafiador se apresenta com poucas perspectivas de superação, em decorrência da inexistência de políticas públicas intencionais em nível de governo federal e devido ao baixo financiamento que tem a modalidade da EJA, considerando que este PNE possui apenas quatro anos para a sua finalização.

Na EMEIEF Carolina Maria de Jesus, os dados revelam um quadro diferenciado nos últimos anos, pois em 2018 a escola não possuía matrículas da EJA vinculadas à Educação Profissional, mas, com o início desse atendimento, as matrículas vêm sendo ampliadas, conforme tabela 3, que elenca esse avanço significativamente.

Tabela 3 – Matrículas da EJA vinculada ao Ensino Profissional

Matrículas EJA	2018	2019	2020
Matrícula regular	336	348	558
Matrícula EJA/ Ensino Profissional	0	78	174
Porcentagem do Ensino Profissional	0%	22%	31%

Fonte: O autor.

Os dados destacados na tabela 3 apontam para o cumprimento da meta nº 10 para a EJA, como política pública desenvolvida pelo município de Santo André, na EMEIEF Carolina Maria de Jesus, conforme prescrição do PNE e PME.

O quadro nacional da EJA denota a urgência de reflexão crítica sobre a implementação de políticas públicas e práticas educativas assertivas, necessidade de aportes orçamentários e demais medidas para possibilitar a Educação Básica, viabilizar a superação do analfabetismo e a continuidade educativa, em prol da permanência e conclusão do ciclo formativo.

## 2.6 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A EJA

A Educação Profissional se refere à aquisição de processos e ao desenvolvimento de percursos que possibilitem a aquisição de habilidades e conhecimentos que permitam a atuação em ocupações profissionais, relativos à produção de serviços e bens.

Ela consiste em capacitar o educando em processos teóricos e operacionais, que permitam desenvolver competências para o exercício do ofício. Em se tratando de Educação Profissional formal, entende-se ser promovida pela escola, concomitante com a educação regular e em espaços escolares.

No percurso da educação brasileira, conforme Manfredi (2010), é possível identificar concepções que alicerçam essa proposta, segundo a forma de entender o conceito de educação e de trabalho, expressando tendências em diferentes épocas.

Podemos destacar: a concepção assistencialista, que oferta às camadas sociais mais desfavorecidas e marginalizadas auxílio momentâneo e pontual, sem perspectivas de continuidade e aprimoramento pessoal; a concepção técnico-instrumental, que visa por meio de um conjunto de instruções procedimentais e técnicas capacitar as pessoas para executarem trabalhos padronizados, segmentados e desconectados, sem perspectiva de entendimento da totalidade; a concepção histórico-cultural, que conceitua e propõe a formação do indivíduo em sua integralidade, como ser coletivo e histórico.

Com a influência do neoliberalismo, na Educação Profissional:

[...] desenvolveu-se toda uma terminologia derivada da chamada “pedagogia das competências”, em que a educação profissional (sua concepção e estruturação curricular e de conteúdos) passa a ser regida por uma orientação estritamente pragmática e técnico-operacional, com base na trilogia do saber ser, saber fazer e saber pensar. (MANFREDI, 2010, p. 142).

Esse novo conceito de Educação Profissional propõe que o aprimoramento do profissional seja de única e exclusiva responsabilidade dos sujeitos, visto ser ele o responsável pela sua qualificação, ao estabelecer a trilogia como comanda de direcionamento. Mas sabemos, em decorrência dos estudos e reflexões, que os sujeitos se profissionalizam conforme as demandas de mercado. Se na atualidade faz-se necessário grande número de profissionais com certa especificidade, muitas pessoas tentarão se qualificar nesta característica para serem absorvidas pelo mercado de trabalho, o que não significa que aquela área é realmente de seu interesse.

Assim sendo, o mercado de trabalho continua indicando os caminhos que devemos percorrer, mas ocultando essa verdade, por meio do conceito de sujeito autônomo e responsável pela sua formação continuada, constante e altamente qualificada. Como contraponto, outra concepção defende orientações mais globalizantes, entendendo a educação como um processo permanente, onde os trabalhadores são entendidos como sujeitos. Por isso, promovem as bases técnico-científicas, para alicerçar os novos profissionais em seus novos ofícios e a reflexão de temas relacionados a sua cultura e a sua história para construção da cidadania.

Apesar de Freire não escrever diretamente sobre a Educação Profissional, em suas reflexões aponta para a associação de temas que levem as pessoas a refletirem sobre si, sobre as relações, sobre o contexto e sobre a vida, considerando suas experiências e culturas.

Nessa interlocução, há conexão entre os estudos de Freire e a proposta de educação e formação profissional, por proporem o exercício da criticidade a qualquer tempo; por refletirem e proporem uma ética a serviço das pessoas e não a serviço do lucro e da manutenção das desigualdades; por contribuírem com a formação humana, associando a formação técnica a sua função social e política.

Na medida em que, implicando em todo este esforço de reflexão do homem sobre si e sobre o mundo em que e com que está, o faz descobrir “que o mundo é seu também, que o seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – e ajudar o mundo a ser melhor”. (FREIRE, 1967, p. 142).

A Educação Profissional compõe a formação humana, ao vincular a formação ao trabalho à formação para a vida, ao aproximar ideias, levantar problemas, refletir criticamente o contexto e buscar possibilidades de mudanças para o bem comum.

Essa seção busca contextualizar as bases legais e regulamentações para a efetivação e ampliação do direito à Educação de Jovens e Adultos, as influências neoliberais na democracia, nas políticas públicas de educação, e em especial nessa modalidade de ensino, e uma breve reflexão sobre a Educação Profissional no cotidiano dos alunos. Na sequência, abordaremos o

Patrono da Educação Brasileira, com suas contribuições singulares, que são balizadoras de estudos e reflexões na área da Educação em todo o mundo.

### 3 O PATRONO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E A EJA

Em 13 de abril de 2012 é sancionada a Lei nº 12.612, que declara Paulo Freire o Patrono da Educação Brasileira, em homenagem e reconhecimento de sua trajetória pela Educação, com reconhecimento internacional e premiado pela Unesco, como propulsor da Educação para a Paz.

Paulo Freire recebeu em 2012, a maior honra na área da educação, no Brasil, ao ser declarado Patrono da Educação e em 2013, comemorações em diferentes estados e cidades brasileiras destacam o 50º aniversário da 1ª turma do método Paulo Freire, experiência realizada em Angicos, Rio Grande do Norte [...] é reconhecido internacionalmente como um dos maiores educadores do século XX, por ser autor de uma pedagogia a favor da libertação dos oprimidos. (SAUL; SAUL, 2013, p. 104).

O educador acredita e propõe a universalização da Educação e a formalização da EJA como integrante desse escopo. Sua proposta de educação transformadora e emancipadora ainda não é realidade, mas está transformando os contextos escolares e as práticas educativas, pelas suas contribuições e reflexões, de uma educação democrática e compartilhada entre educador e educando, considerando as experiências, a realidade e a contextualização do mundo.

Paulo Freire, em suas obras, descreve o homem e o mundo com olhar esperançoso e poético, que encanta e instiga. Seu legado, experienciado e teorizado, impulsiona educadores de todo o mundo a buscar novos exercícios práticos de transformação social, encantados com suas escolhas de vida, sempre marcadas pelo amor aos menos favorecidos.

#### 3.1 VIDA E OBRA DE PAULO FREIRE

Paulo Reglus Neves Freire nasce em 19 de setembro de 1921, em Recife, estado de Pernambuco, e parte em 02 de maio de 1997. Ele se alfabetiza em casa, por intermédio dos pais, como acontecia com outras crianças de seu tempo, e aos seis anos de idade frequenta formalmente uma escola particular. Os estudos secundários são realizados em Recife, no Colégio Oswaldo Cruz, por meio de bolsa de estudo, onde posteriormente, em 1947, é professor de Língua Portuguesa, sua primeira experiência docente.

Em 1946, gradua-se em Direito na mesma cidade e aos 22 anos de idade, ainda estudante, casa-se com Elza Maria Costa de Oliveira, professora, com quem socializava suas experiências com o ensino primário, conforme relata Beisiegel (2010). Com o falecimento de sua esposa em 1986, Freire fica abatido, pela sua ausência. Em 1988, Freire se casa com Ana

Maria Araújo Freire e um novo ciclo se inicia, com uma companheira com os mesmos ideais de luta e emancipação humana.

Para Beisiegel (2010), a primeira contribuição de Freire para a Educação ocorreu no 2º Congresso Nacional de Alfabetização, em 1958, quando apresenta ao mundo os princípios do seu sistema de alfabetização de adultos junto à tese de cátedra *Educação e Atualidades Brasileiras*. Freire se torna doutor e livre docente, por meio de concurso público, contribuindo de forma singular com a educação de Recife, do Brasil e do mundo. Sua participação em movimentos populares tem início na década de 1960, no Movimento de Cultura Popular de Recife e em 1963 é designado e assume a coordenação do Programa Nacional de Cultura Popular; na sequência, é indicado à coordenação do Programa Nacional de Alfabetização, promovido pelo MEC, aplicando suas reflexões sobre a leitura do mundo, como antecessora da leitura da palavra.

Por meio da experiência na cidade de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte, onde homens e mulheres participam voluntariamente, enfrentando suas fragilidades, ausência de letramento e inúmeros problemas, numa região castigada pela seca, fome, ignorância e analfabetismo, Freire fez história, com a proposta de alfabetizar um grupo em 40 horas, com o auxílio de universitários.

Esse movimento é lembrado até os dias de hoje como o maior marco social de transformação da realidade, por meio da problematização, mediatização, uso do universo vocabular, círculos de cultura e palavras geradoras, sempre partindo das experiências de vida dos participantes. Sua luta pela transformação social e educacional cria simpatizantes, parceiros e opositores, pois contribui para a conscientização das pessoas.

Com o Golpe Militar de 1964, Freire é preso por 75 dias e em seguida exilado, vivendo o maior período no Chile, de 1964 a 1969, como colaborador nas propostas educacionais locais, sendo assessor no Ministério da Educação. Nesse período escreve o primeiro livro, *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967), de uma vasta e riquíssima obra.

O golpe militar de 1964, no Brasil, obrigou-o a um exílio de 16 anos em diversos países do mundo. Freire dedicou-se, nesses países, a um trabalho de transformação de contextos sociais opressores, lutando a favor da emancipação dos oprimidos, por meio de uma educação problematizadora. O seu retorno ao Brasil somente foi possível em 1980, após a Lei de anistia. A convite do então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ingressou no quadro de professores da Pontifícia Católica de São Paulo. Nessa instituição de ensino atuou como docente e orientador de pesquisas durante os seus últimos dezessete anos de sua vida. (SAUL; SAUL, 2013, p. 104).

Ler Freire é mergulhar em reflexões atuais, é despertar para buscar novos caminhos, repensar as práticas e as desigualdades sociais, presentes nos ambientes escolares e em especial com os educandos da EJA. Ele discute a contradição entre opressores e oprimidos e como nossa *práxis* pode nos conduzir à superação desse contexto, porque “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2015, p. 71).

O autor teoriza que é preciso acreditar que todos, até os oprimidos, são capazes de refletir, e essa certeza pode sensibilizar e impregnar a todos nós, para buscarmos a superação dos impasses teóricos e estruturais, na busca do exercício da cidadania e da própria superação, como cita:

[...] no meu primeiro livro, *Educação como prática da liberdade*, não há um momento sequer em que eu me refira à politicidade da Educação. Não há um momento sequer. O segundo momento em relação a esse avanço foi exatamente aquele em que, no começo do exílio, no Chile, eu comecei a falar de um aspecto político da educação ou do aspecto político da educação. O terceiro momento que assumo na Europa, no exílio, é aquele em que digo: “Não, não há um aspecto político; a educação é *política*”. Ela tem uma politicidade, a política tem uma educabilidade, quer dizer, há uma natureza política no ato educativo, indiscutível. (FREIRE, 1985, p. 18).

Ele explicita a educação bancária, presente em nossas escolas, onde o educando apenas memoriza conteúdos de forma mecânica, sem significado com sua realidade, e propõe uma educação problematizadora, que promova a dialogicidade. Uma educação do diálogo, que seja o tema central do projeto pedagógico e das relações, a força que impulsiona o pensar crítico e problematizador da condição humana, onde o educador é um integrante fundamental desse processo, ao recriar-se junto aos educandos, nessa troca de experiências, repleta de significados e construção crítica.

A obra de Paulo Freire, incluindo mais de vinte livros dos quais ele é o único autor, vem sendo reeditada em diversos países do mundo. O seu livro mais importante, a *Pedagogia do Oprimido*, foi traduzido em mais de vinte idiomas. A *Pedagogia da Autonomia*, seu último livro publicado enquanto vivia, já ultrapassou a marca de 1 milhão de exemplares. Tal projeção confere ao conjunto de suas produções o caráter de uma obra universal que se destaca na literatura educacional, nos depoimentos de importantes autores, em diferentes países, no reconhecimento de seu trabalho por importantes Universidades e no crescente número de pesquisas que se apoiam no referencial de Freire. (SAUL; SAUL, 2013, p. 104).

Para Freire, a alfabetização de adultos está baseada na ideia de que o homem tem uma vocação ontológica por ser sujeito da história, por se constituir como cidadão, capaz de atuar criticamente em seu cotidiano e na sociedade. O trabalho de alfabetização, atrelado ao contexto cultural e verbal dos participantes da proposta de Angicos, é determinante para a apropriação



do mundo, aceitando-o ou negando-o. As palavras são relacionadas ao contexto social, por isso a grande importância de discutir e problematizar a partir das experiências relatadas pelos participantes. A linguagem é uma prática social usada pelos sujeitos, que precisam ser desafiados a refletir e reformular o contexto em que vivem, em que sofrem e são oprimidos.

A educação, no formato em que a conhecemos, reproduz a ideologia da classe dominante nas escolas e nas relações, nas contradições que se apresentam pela sociedade, como: a fome, a miséria, o desemprego, as desigualdades, os preconceitos e as limitações. A escola, ao propor o confronto com a realidade, a negação da condição humana, contrapõe a ideologia dominante, criando esperança e permitindo a reflexão de que há possibilidades, há outras formas de relações, de vida e de sociedade.

A relação de poder dos dominantes sobre os dominados se reflete no projeto político, econômico e cultural de toda sociedade, por isso Freire (2015) discute a necessidade de uma educação que promova a conscientização e a politização das pessoas. Nesse caminho, a alfabetização tem uma relação dialética com a cultura, ao propiciar a participação reflexiva do homem sobre seu contexto, problematizando situações desafiadoras e imprescindíveis para uma melhor condição de vida.

As classes dominantes, para a sua preservação de domínio e poder, utilizam-se de estratégias para a manutenção da sociedade capitalista por meio de uma cultura unificada e das instituições. Dentre elas, destacamos a escola que é o espaço do nosso estudo e onde as culturas dos educadores e educandos se revelam. Nesse aspecto, cabe uma reflexão sobre a necessidade de expansão da cultura popular decorrente desses sujeitos, por meio de suas experiências de vida na escola. Há necessidade de valorização dos contextos, das regionalidades, porque elas são fruto de circunstâncias históricas, que não podem ser descartadas, pois revelam verdades e saberes dos que frequentam este espaço.

Destacar esse conhecimento socialmente construído é dar voz aos sujeitos, como construtores de cultura e história. Os fatos não surgem do imaginário, eles são construídos pelos participantes e essa análise precisa ser oportunizada aos sujeitos que compõem a escola. Porque, como já destacado, a educação tem uma relação intrínseca com a cultura, uma não pode se sobrepor a outra, mas se constituem juntas. Assim sendo, a cultura, a história e a educação coadunam para a conscientização e emancipação de cidadãos mais participativos e responsáveis pelos seus percursos, pelas suas escolhas e decisões.

A proposta de Freire (2015) discorre sobre uma educação humanista e esperançosa, sobre um mundo livre e de oportunidades para todos, sobre um projeto coletivo que vise, por meio da solidariedade e da emancipação, a construção de um mundo humanizado e justo, com

ações socioeducativas conscientes. Ele inova ao partir do desafio da realidade e do diálogo, como instrumentos de reflexão e prática, porque considera os fatos, as pessoas e suas experiências de vida.

Por meio dessa conduta política, de agregar o diálogo e a criticidade, procura promover a reflexão em prol da justiça social, da reflexão da realidade e da busca pela transformação. Condição imprescindível para a tomada de consciência das classes sociais menos favorecidas e da diminuição das desigualdades sociais.

Suas ideias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular. Mas cabe assinalar que se estas ideias trazem nítido os sinais do tempo e das condições históricas brasileiras, isto não significa que se encontre inibida a possibilidade de esclarecimento de sua significação geral. Não seria ilegítimo pretender que esta visão educacional diga algo de verdadeiro para todos os povos dominados do terceiro Mundo. (WEFFORT, 1967, p. 3).

O diálogo se apresenta nesta proposta como uma categoria importante e condutora das ações a serem desenvolvidas com os sujeitos, por ser propositivo e intencional, para a promoção de uma educação libertadora. Através do diálogo é possível discorrer sobre o mundo, sobre a realidade e as relações com as pessoas, como processual, em construção permanente, inacabada e inconclusa.

Nesse panorama, o pensamento crítico e problematizador é outra categoria, frente às ocorrências do mundo, aos contextos, às condições em que vivem as pessoas e às suas necessidades. Ele abre possibilidades de pensar a vida em sociedade e a nossa condição humana, porque nos leva à reflexão. É um exercício que, quanto mais é experienciado, mais se concretiza como prática educativa – outra categoria exposta pelo autor –, porque olhar para a realidade e agir sobre ela promove a reflexão-ação-reflexão sobre nós mesmos.

Nesse percurso, a humanização do homem é conceituada como categoria, por mudar as concepções, por desenvolver a empatia, por ter relação direta com o desafio de uma prática consciente e reflexiva, que cotidianamente revê sua ação, num percurso contínuo de qualificar a vida com humanidade.

O mundo é dialético, pela necessidade que implica de reflexão-ação-reflexão em nossas rotinas e ações diárias, exigindo de nós um posicionamento e uma postura de sujeitos. A omissão não indica neutralidade, mas um posicionamento passivo e ingênuo, alicerçado em nossa prática de objetos. A alienação, que é a ausência de consciência em relação a questões sociais, históricas e políticas, diminui a possibilidade de o homem se posicionar, ampliando sua submissão, passividade e as desigualdades sociais.

Olhar para as condições de opressão em que nós e nossos educandos vivemos e problematizá-las é possibilitar a reflexão dialética sobre a história e sobre seus sujeitos, como seres em construção, a caminho de criticidade e emancipação. Ao negarmos o fatalismo e o determinismo, como condição única e final de nossas existências, damos o primeiro passo para uma reflexão sobre nossa condição humana no mundo. Porque somente a prática consciente, que propicia a reflexão, com intencionalidade e temporalidade, pode conduzir a transformações pessoais e coletivas.

O sujeito pode refletir sobre suas fragilidades e limitações e prospectar ações para a transformação da realidade que o sugere, por meio da reflexão-ação-reflexão, que Freire (2015) contextualiza, na mediação entre a linguagem e a leitura do mundo.

A obra de Freire (2015) é provocativa, ao propor uma educação emancipadora, com caminhos alternativos e projeto político inovador para a escola. É um grande desafio, por convergir em favor da diminuição das desigualdades sociais, por exigir de nós amadurecimento político, desejo de mudança e humanização, coerentes entre a teoria e a nossa prática, pois está em constante movimento, associando as diferentes culturas, os desafios de cada realidade, o percurso histórico dos sujeitos e o diálogo, para a construção de um pensamento dialógico e emancipador.

A proposta de Freire (2016a) aponta para a necessidade de um novo perfil de educador, comprometido com a luta social, que seja politizado, pesquisador, crítico, esperançoso, humano e ético. Ao discorrer sobre a criticidade que a EJA precisa ter, destacam-se algumas premissas, como: os educandos são sujeitos em seu processo de alfabetização e emancipação política; a alfabetização é um processo de criação de conhecimento; a alfabetização se processa com significado com base no universo vocabular; a compreensão da cultura como criação humana; o diálogo como práxis e a leitura do mundo como conscientização humana.

Dessa forma, aprender é construir conhecimento, posicionar-se politicamente e, como percurso desse fazer, a conscientização se edifica através da reflexão do contexto histórico e do compromisso com as pessoas. O homem consciente e ativo atua na sociedade, fazendo-se integrante e sujeito desse momento histórico, assumindo um compromisso com as pessoas e com o mundo, modificando a si mesmo, como ser incompleto e em constante transformação.

A autonomia, que é a capacidade de dirigir sua vida e tomar decisões de forma reflexiva, é uma das necessidades a ser desenvolvida, proposta por Freire (2016a) em sua obra, como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Essa é uma premissa para libertar as pessoas do determinismo causado pelo capitalismo e pelo seu aperfeiçoamento, o neoliberalismo, que visa à globalização econômica, à liberdade de mercado,

à ampliação da produção, à obtenção de lucro e à geração de riquezas, por meio de políticas neoliberais excludentes, que ampliam as desigualdades sociais e o individualismo.

Assim sendo, a educação precisa propor a emancipação individual e coletiva, instigando a intervenção no mundo, por meio de um projeto de superação da realidade injusta, com base no diálogo, na problematização e na prática educativa, para o desenvolvimento da humanização do homem, nas diferentes culturas, na ética e no coletivo. Essas ações se concretizam no fazer cotidiano e histórico, refletindo sobre os desafios, as resistências e as possibilidades, permitindo o entendimento de que a história é passível de criticidade e de mudança.

A construção da autonomia exige de nós uma reflexão crítica, contrapondo o discurso teórico sobre nossas vivências, porque implica em ter compreensão sobre a realidade e tomar decisões assertivas e humanizadoras. Esse processo é construído no dia a dia, no exercício das experiências, no amadurecimento e na construção do ser crítico.

A educação, para Freire (2015), é um ato coletivo e político, que modifica todos os envolvidos, educador e educando, ao promover seu posicionamento e reflexões sobre o mundo e sobre as pessoas, frente à diversidade de culturas e crenças. Pois a reflexão sobre a nossa prática, em decorrência da teoria, é o que possibilita a transformação da realidade.

Nesses conceitos estão a base de sua proposta, ao propor uma *práxis* que transforme as pessoas e as estruturas, como descrito em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, que propõe a libertação dos oprimidos, por meio da sua conscientização, do exercício democrático, da prática de liberdade e da humanização do homem.

### 3.2 CÍRCULO DE CULTURA

O círculo de cultura, desenvolvido pela proposta de Freire (2011), é um trabalho em grupo, centrado nas pessoas, é um símbolo e um grande marco das ações de alfabetização desenvolvidas na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, de forma intencional, com o propósito de colaborar para a construção individual e coletiva da criticidade de adultos analfabetos. Um projeto de pesquisa e ação social, com a intencionalidade de promover a conscientização e a responsabilidade ativa dos seus participantes, pelo seu processo de construção de conhecimento e autonomia.

A visão de liberdade tem na pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”. (WEFFORT, 1967, p. 4).

A proposta no círculo de cultura é possibilitar uma educação libertadora, com práticas de ensinar e aprender baseadas na horizontalidade das atividades pedagógicas, no diálogo, nas vivências e experiências de seus participantes, promovendo um exercício de participação ativa e de construção compartilhada de novos saberes, para a promoção de mudanças nos envolvidos.

O círculo se constitui assim em um grupo de trabalho e de debate. Seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social. (WEFFORT, 1967, p. 7).

O círculo de cultura organiza as pessoas em uma roda de conversa, em que ninguém ocupa o lugar de líder, apenas um dos integrantes é o monitor que se propõe a juntos partilharem as ideias. Todos ensinam e aprendem, com as experiências dos demais.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia no sentido humano da expressão. (FREIRE, 1967, p. 90).

É uma proposta de igualdade de participação, onde o fundamental é que os participantes se reconheçam como pessoas concretas e criadoras de cultura. Esse exercício possibilita o início da tomada de consciência, de que são seres concretos e que podem interferir intencionalmente na realidade.

[...] diálogo entre pessoas a quem se propõe construir juntas o saber solidário a partir do qual cada um ensina-e-aprende. Era ponto de partida a ideia de que apenas através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos e conscientes e solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si-mesmo como uma pessoa entre outras; a das relações interativas em e entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatoriamente político; a das estruturas da vida social. (BRANDÃO, 2010, p. 69).

O diálogo e a dimensão de liberdade são diretrizes de toda discussão, nos círculos de cultura. Essa compreensão comunga com a necessidade dos sujeitos se perceberem no contexto, como necessidade de libertação da situação de oprimidos a que são sentenciados. Essa prática de reflexão e denúncia, em que são incentivados a participar, tem alguns fundamentos, como segue:

1. Cada pessoa é uma fonte original e única de uma forma própria de saber, e qualquer que seja a qualidade deste saber, ele possui um valor em si por representar a representação de uma experiência individual de vida e de partilha na vida social.
2. Assim também cada cultura representa um modo de vida e uma forma original e autêntica de ser, de viver, de sentir e de pensar uma ou várias comunidades sociais. Cada cultura só se explica de seu interior para fora e os seus componentes “vividos-e-pensados” devem ser o fundamento de qualquer programa de educação ou transformação social.
3. Ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho, embora pessoas possam aprender e se instruir em algo por conta própria. As pessoas, como seres humanos, educam-se umas às outras e mutuamente se ensinam-e-aprendem, através de um diálogo mediatizado por mundos de vivência e de cultura entre os seres humanos, grupos e comunidades diferentes, mas nunca desiguais.
4. Alfabetizar-se, educar-se significa algo mais do que apenas aprender a ler palavras e desenvolver certas habilidades instrumentais. Significa aprender crítica e criativamente “o seu próprio mundo”. Significa aprender, a partir de um processo dialógico em que importa mais o próprio acontecer partilhado e participativo do processo do que os conteúdos com que se trabalha, a tomar consciência de si-mesmo; tomar consciência do outro e do mundo. (BRANDÃO, 2010, p. 70).

Nos círculos de cultura, os integrantes são motivados a verbalizarem o conhecimento de sua própria comunidade e, a partir dessa interação, elaborarem uma pesquisa do universo vocabular e temático de suas vivências. Por ser permeado de sentidos e com relações com o seu cotidiano, esse levantamento traz incentivo e entendimento para a construção da leitura do mundo e da palavra.

Com base no material coletado, a equipe de suporte dos círculos de cultura classifica e seleciona os conteúdos e palavras em comum, com carga emocional, para compor a base do trabalho para a aquisição de novos saberes e aprendizagens. Fichas e cartazes são confeccionados coletivamente, com recursos locais, visando a ser o mais conectado possível com o grupo que compõe o círculo de cultura. Assim, processam-se em seguida os debates, sempre relacionados às coletas realizadas anteriormente pela equipe de apoio.

Já no levantamento do vocabulário popular, isto é, nas preliminares do curso, busca-se um máximo de interferência do povo na estrutura do programa. Ao educador cabe apenas registrar fielmente este vocabulário e selecionar algumas palavras básicas em termos de frequência, relevância como significação vivida e tipo de complexidade fonêmica que apresentam. Estas palavras, de uso comum na linguagem do povo e carregadas de experiências vividas, são decisivas, pois a partir delas o alfabetizando irá descobrir as sílabas, as letras e as dificuldades silábicas específicas de seu idioma, além de que servirão de material inicial para descoberta de novas palavras. São as palavras geradoras, a partir de cuja discussão o alfabetismo irá tomando posse de seu idioma. (WEFFORT, 1967, p. 4).

A conduta do monitor é estimular a participação de todos, com base nas fichas e em seus desenhos, apresentando situações da realidade, para a discussão sobre o contexto, suas ideias, seus sentimentos, a partir de suas memórias.

Na verdade, posta uma situação existencial diante de um grupo, inicialmente a sua atitude é a de quem meramente descreve a situação, como simples observador. Logo depois, porém, começa a analisar a situação, substituindo a pura descrição pela problematização da situação. Nesse momento chega à crítica da própria existência. (FREIRE, 1967, p. 148).

Em seguida, inicia-se o processo de alfabetização, com as palavras geradoras derivadas das discussões. Por meio dos seus fonemas, desenvolve-se o processo de decodificação e construção de novas palavras, integradas ao contexto e a pequenas frases contextualizadas, que ao longo do processo se tornam mais complexas.

Nessa construção coletiva, não existe avaliação ou se mensura o desenvolvimento. O importante é o processo de conscientização e criticidade que os envolvidos desenvolvem, para conhecerem a si próprios e a sua realidade, dentro de contextos políticos maiores e mais amplos.

Ao discorrer sobre a importância dos círculos de cultura, Freire (1967, p. 142) relata:

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre a sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo do homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação.

A conscientização possibilita às pessoas expressar sua insatisfação, uma reflexão sobre o tempo e o espaço, de forma raciocinada, ao permitir que as experiências e a cultura se cruzem a novos saberes, construindo um conhecimento libertador, que aponte as origens da sua condição de exclusão e assim busquem formas de organização social e de representatividade. Essa reflexão possibilita a tomada de consciência e a sua percepção frente ao mundo.

Não podemos negligenciar que os educandos têm saberes, a ser agregados aos conteúdos discutidos, através de uma prática que se alicerce na realidade, no desafio, e na colaboração entre educador e educando. Um novo conhecimento se constrói à medida que a participação se faz na produção deste saber, à medida que se considere que todos são colaboradores e têm condições de aprender, de ressignificar conceitos e teorias. Porque o conhecimento científico e nossas vidas estão em constante construção.

Grande parte dos educandos da EJA são trabalhadores, portadores de experiências singulares do mundo do trabalho e das relações sociais, capacitados e aptos a contribuir com a

construção de um novo currículo, não pautado em um conteúdo reduzido, derivado do EF, pois é composto por pessoas com experiências profissionais e pessoais, que querem ser inseridas no mercado de trabalho e na sociedade, de forma mais competitiva e atuante, querem ser vistos e respeitados, com habilidade de leitura e escrita, do seu contexto e do mundo. Por isso os círculos de cultura e o currículo para a EJA são ações sociais e culturais, definidas pela concepção de mundo, de sociedade, de educação e de participação de cada integrante.

### 3.3 O PAPEL DA ESCOLA NA EJA

Pensar no cotidiano dos jovens e adultos que frequentam as escolas com EJA nos remete à reflexão e à responsabilidade de educadores desse público, a fim de propiciar momentos qualificados, com sentido social e cultural.

Nessa busca, os estudos e as práticas de Paulo Freire (2016a) nos conduzem a algumas respostas a respeito do papel da escola e das práticas educacionais, no atendimento aos educandos da EJA, que perpassam pela concepção de homem em permanente construção, que se constitui no ato das relações, criador e transformador de sua realidade. Como ele mesmo relata em depoimento:

[...] fui me fazendo, na prática, um educador. E fui aprendendo, desde aquela época, a exercer uma prática de que não me afastei até hoje: a de pensar sempre a prática. De fato, pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo... Qual poderia ter sido o primeiro caminho que trilhei na tentativa de estabelecer um encontro entre a escola ou as escolas e as famílias? Foi a palestra, foi a exposição oral, foi o discurso sobre temas que eu admitia que seriam importantes [...]. Então, veja: é claro que isso revela a própria formação que eu também recebera, e revelava o peso de um passado profundamente autoritário, que é o passado brasileiro, que é o presente brasileiro. Isso revelava uma postura elitista, também, segundo a qual o que mais sabe, o que tem um certo tipo de saber considerado exato, rigoroso, pensa que só ele sabe. E que os outros, a quem ele quer falar, são exatamente aqueles que, não sabendo, precisam escutá-lo para aprender [...] aí estava o grande equívoco. Eu deveria ir ao concreto e discutir concretamente. (FREIRE, 1985, p. 8-10).

Nessa premissa, a prática e o currículo da EJA precisam ser construídos, respeitando os valores, as vivências dos educandos e o contexto, de forma a propiciar o desafio de pensar, perceber e refletir sobre as suas relações com o campo da cultura, do trabalho, das questões socioeconômicas e da justiça social, entendendo e exercitando ações individuais e coletivas, que podem promover reflexões emancipatórias e críticas. Freire (1985, p. 12) descreve um pouco de sua prática e de seu entendimento de escola no trecho a seguir:



[...] eu fazia meus estudos, minhas leituras no campo da Educação, já também no campo da Linguagem, porque me interessava muito. O que me fez chegar a isso foi a prática mesmo, foi meu dia-a-dia, foi vendo como é que as crianças funcionavam na escola e como os pais funcionavam com as crianças, através de pesquisas como aquelas a que já me referi, além de leituras teóricas. O meu equívoco não estava, evidentemente, em pretender discutir aquela temática que eu discutia. Mas é que, primeiro, eu deveria ter ouvido as famílias sobre o que lhes interessava discutir mais diretamente. Segundo, deveria inventar um outro caminho de aproximação aos temas e tratamento dos temas.

O exercício de construir conhecimentos, envolvendo educador e educando dentro do contexto social, fomenta a dimensão política do cidadão. A diversidade dentro do processo educativo precisa avançar para além da diferença e da desigualdade, como processo de partilha de experiências e conteúdo a serem entendidos, discutidos e absorvidos.

Freire (2015) defende o direito à diversidade, por meio das leituras que realiza do mundo, defendendo o percurso histórico de cada cidadão e as especificidades do contexto, por meio do respeito, da tolerância e de temas que façam parte da vida concreta das pessoas.

Toda leitura da palavra pressupõe uma leitura anterior do mundo, e toda leitura da palavra implica a volta sobre a leitura do mundo, de tal maneira que “ler mundo” e “ler palavra” se constituam um movimento em que não há ruptura, em que você vai e volta. E “ler mundo” e “ler palavra”, no fundo, para mim, implicam “reescrever” o mundo. Reescrever com aspas, quer dizer, transformá-lo. A leitura da palavra deve ser inserida na compreensão da transformação do mundo, que provoca a leitura dele e deve remeter-nos, sempre, à leitura de novo do mundo. (FREIRE, 1985, p. 15).

A escola é o espaço mais propício e privilegiado para a construção de conhecimento, desenvolvimento de valores humanos e leitura do mundo, para propiciarmos o desenvolvimento das pessoas e alcançarmos uma transformação social e democrática, por ter a premissa de ser um espaço precioso de construção de novos conceitos e experiências, que vão contribuir para uma nova percepção da vida.

A diversidade da escola e da sala de aula também é foco de estudo de Schwartz (2012), que discorre sobre o perfil do educando da EJA, cada vez mais ampliado pela faixa etária, níveis culturais e educacionais diferenciados. As salas de aula se revelam como um universo singular, rico e marcado pela diversidade. Em comum, grande parte desses educandos pertencem ao mundo do trabalho, com suas experiências, disputas e fragilidades, apresentando baixa autoestima, poucas motivações e fracassos repetidos.

Neste universo, aparentemente desfavorável para ações educativas, a diversidade é o ponto de partida para a construção de saberes individuais e coletivos. Se acreditamos em uma construção social, há de ser considerado o contexto e todas as variáveis sociais, as culturas locais e pessoais, para a reflexão, problematização e definição dos novos sujeitos.

A educação de jovens e adultos, por isso, deve ser orientada no sentido de despertar no aluno a consciência da importância de alfabetizar-se, de instruir-se, e essa necessidade será despertada também a partir da compreensão crítica da sua realidade e da sociedade em que está inserido. Por isso, precisa partir dos elementos que compõem a realidade do alfabetizando, seu mundo do trabalho, suas relações sociais, suas crenças e valores. (SCHWARTZ, 2012, p. 74).

Nesse sentido, a proposta de Freire converge e oportuniza o exercício do diálogo, a construção libertadora e humanista do cidadão, por ser propositiva e intencional, pois o diálogo, como categoria, impulsiona o pensamento reflexivo.

Ao falarmos sobre nós mesmos e nossa realidade, ampliamos a possibilidade de percepção da nossa condição de oprimidos. Sendo assim “[...] quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE, 2015, p. 54).

Essa conscientização tem na escola um espaço promissor para se desenvolver, por meio dos relatos de experiências, das histórias de vida, das dificuldades do cotidiano, das lembranças, dos desejos silenciados e das esperanças que se renovam a cada novo dia de aula.

O diálogo, como precursor de cada planejamento, de cada pesquisa, de cada prática a ser executada pelo educador, traz em si oportunidades inumeráveis de reflexão e conscientização humana.

A responsabilidade do professor, de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande. A natureza mesmo de sua prática, eminentemente formadora, sublinha a maneira como realiza [...] daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de seu engajamento na luta em defesa dos direitos, bem como na exigência das condições para o exercício dos deveres. (FREIRE, 2016a, p. 64).

A conscientização do educador, por meio de sua criticidade política é condutora de mudanças, pela competência que desenvolve e aplica em suas relações com o conhecimento, com a realidade e com os educandos, na certeza de que é possível mudar, mesmo que com dificuldades e entraves, pois o comprometimento com a diminuição das desigualdades é maior à medida que “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2016a, p. 96).

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já

não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar. (FREIRE, 2016a, p. 100).

A escola tem um objetivo primordial, que é fomentar o domínio do conhecimento e a prática da reflexão. Essas ações concomitantes possibilitam compreender que a escola está a serviço do capital, reproduzindo-se enquanto mercadoria e com uma falsa ideia de construção do cidadão crítico. Ela é capaz de transformar as relações sociais e a reflexão humana, na medida em que possibilita a formação da consciência crítica, permitindo o entendimento e a superação das contradições sociais.

É desta forma que Freire (2015) vislumbra a escola, como um meio de resistência ao modelo de sociedade capitalista, reagindo ao processo de alienação por meio de uma educação capaz de libertar as pessoas da opressão, porque a construção social nunca está completamente finalizada, por ser um processo fruto de relações permanentes e cotidianas.

Para Freire (2018), a escola é um espaço de relações sociais e humanas. Não é apenas na escola que as pessoas aprendem; a aprendizagem ocorre também na informalidade, na rua, no trabalho, na igreja e em momentos informais dentro da sala de aula, com significado.

Paulo Freire insistia que não é só na escola que a gente aprende. Como instituição social, ela tem tanto contribuído para a manutenção quanto para a transformação social. A escola, para Paulo Freire, não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesmo sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e para mudar-se depende também da relação que mantém com outras escolas, com a família, com a sociedade, com a população. (GADOTTI, 2010, p. 154).

Ele é um defensor da escola pública, por ser o espaço de encontro e de possíveis transformações, um espaço que abriga as classes menos favorecidas, e aponta como possibilidade de ser uma escola cidadã, que resgate a cultura, que propicie o conhecimento científico, que considere o contexto e que possibilite a organização política de classes como instrumento de luta social contra a hegemonia da classe dominante.

Dia 19 de março de 1997, nos Arquivos Paulo Freire, em São Paulo, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, ele falou de sua concepção da “escola cidadã”:  
A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam, eles mesmos. E, como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma

escola de comunidade, de companheirismos. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (GADOTTI, 2010, p. 155).

Para Freire (2018), a escola se compõe além das suas paredes, ela se soma e se concretiza em todas as relações de aprendizagem e construção coletiva de saberes e descobertas do contexto e de si própria. Nessa perspectiva, a escola se amplia para todos os espaços de formação humana, na comunidade, na cidade e no mundo e perpassa por ambientes digitais, sonoros e visuais, um grande e imenso universo de possibilidades e experiências.

A escola necessita mudar os conteúdos abordados, necessita de mudanças políticas e pedagógicas, como reflexo da crítica que a civilização contemporânea também recebe, como afirma Gadotti (2010).

Por ser a escola um espaço de relações, de construção, de esperança, de luta e de possibilidades, ela precisa ser de qualidade e para todos, forjada diariamente. A esperança faz parte da vida de Freire, vai muito além dos registros em seus estudos, é mais que alento, é condição de vida desse educador nordestino, que luta pelas massas, pela diminuição das desigualdades sociais, fruto de sua consciência e de sua escolha política, pela humanização do homem.

### 3.4 A PRÁTICA EDUCATIVA

Ao educador cabe grande responsabilidade ética, política e profissional sobre seu ofício, pois necessita estar preparado e capacitado para dar início a sua atividade, dada a relevância e expansão da sua ação educativa. Sua formação acadêmica é permanente e fundamental, para promover mudanças em si próprio e nos educandos.

A natureza formadora da docência, que não poderia reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, enfatiza a exigência ético-democrática do respeito ao pensamento, aos gostos, aos receios, aos desejos, à curiosidade dos educandos. Respeito, contudo, que não pode eximir o educador, enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever e de estabelecer limites, de propor tarefas, de cobrar a execução das mesmas. Limites sem os quais as liberdades correm o risco de perder-se em licenciosidade, da mesma forma como, sem limites, a autoridade se extravia e vira autoritarismo. (FREIRE, 2001, p. 22).

O ofício de ensinar não é automático, exige envolvimento e reflexões singulares, visto ser cada educando um indivíduo único, com experiências e expectativas próprias.

Ler é uma ação inteligente, que exige atenção e esforço, porque é mais que decodificar, é acima de tudo associar o que se sabe com algo novo, a ponto de reconstruir as ideias e os desafios da vida. É compreender para melhor se comunicar.

A leitura da palavra, fazendo-se também a busca da compreensão do objeto se faz no domínio da cotidianidade. A leitura da palavra, fazendo-se também em busca da compreensão do texto e, portanto, dos objetos nele referidos, nos remete agora a leitura anterior do mundo. O que me parece fundamental deixar claro é que a leitura do mundo que é feita a partir da experiência sensorial não basta. Mas, por outro lado, não pode ser desprezada como inferior pela leitura feita a partir do mundo abstrato dos conceitos que vai da generalização ao tangível. (FREIRE, 2001, p. 261).

Para o autor, o estudo é a única forma de ganhar compreensão do objeto, das circunstâncias e das relações. É preciso arriscar-se, porque a passividade não fará transformações. Por isso que ensinar não é transferir o que se sabe, é muito mais que isso, em função das experiências únicas de cada pessoa; assim sendo, o que um aprende não é necessariamente igual ao que o outro aprende.

O estudo crítico caminha ao lado de um ensino crítico, que exige uma forma crítica de compreender e ler o mundo, do contexto e da palavra. Nesse percurso, o educador não pode menosprezar a leitura inicialmente tímida e ingênua do educando; isso seria não ser crítico como educador, porque a desvalorização do saber do educando propicia o reforço da ideia de que ele não é capaz de aprender e de se transformar. Sabemos não ser uma verdade, mas uma condição momentânea em função das suas experiências anteriores, que podem ser alteradas, permitindo que o educando se perceba no contexto como oprimido. Eles precisam de instrumentos que propiciem suas inserções em outro patamar, o da reflexão, da escolha assertiva e intencional, da transformação pessoal e coletiva. Por isso, ler é uma ação paciente, humilde e desafiadora.

Nas sociedades letradas, não se pode estudar se não souber ler e escrever. Este é um equívoco, porque conhecer e situar-se no mundo é conteúdo que se estuda, que se experiencia, que faz sentido na prática crítica de ler o mundo e suas relações.

A questão anteriormente citada revela o quão indispensável é a formação do educador, pois “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 2016a, p. 24). Sendo assim, não pode haver educador sem educando, um não pode ser o objeto do outro. Juntos se redescobrem, constroem conhecimento e participação ativa, num exercício de curiosidade e respeito aos saberes populares e à pesquisa. O ofício do educador crítico é a prática de desafiar o educando a dialogar e a refletir sobre sua condição de oprimido, sobre suas relações com as pessoas e com o contexto onde se encontra,

para superar sua ingenuidade, sua aceitação tímida e passiva de que a vida está posta de forma intransponível.

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 2016a, p. 40).

Com a mesma consciência de que somos seres inacabados e em constante transformação, o educador visualiza o seu educando, e essa conduta é determinante, para não cairmos no fatalismo de que nada pode ser feito, de que eles estão fadados à exclusão social e política. Mais que se adaptar ao mundo, nossa busca é a de sermos inseridos e considerados pelo mundo.

Participar do processo de ensinar e aprender exige esperança, exige a crença de que podemos fazer mais e melhor, que não estamos destinados a presenciar e viver as desigualdades sociais.

Há uma relação entre a alegria necessária a prática educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podem aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a partir de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança. (FREIRE, 2016a, p. 70).

A curiosidade domesticada leva à acomodação e não é essa a conduta do educador crítico, que não se satisfaz com a mesmice, o mesmo conteúdo, a mesma prática. Como educadores em processo de aprimoramento, a busca de dinamismo e movimento é algo inerente ao ofício. O mundo e as pessoas estão em constantes questionamentos e mudanças, por isso mudar é estar com eles, lutar por eles. É exercer seu papel de cidadão crítico, que visualiza na educação a melhor forma de transformação das pessoas e do mundo.

O diálogo não exclui a validade e a importância de momentos explicativos e reflexivos, onde o educador expõe fatos e descreve situações. O importante e primordial é que essa explicação estimule a pergunta, a dúvida, os questionamentos, num movimento dialético, de busca e construção coletiva. A aula é um desafio, um indicativo de que muito há de se estudar e refletir, de que não estamos prontos.

No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Me movo como educador porque, primeiro me movo como gente. [...] por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros. (FREIRE, 2016a, p. 92).

A prática educativa exige dos educadores responsabilidade e compromisso político, por entender o lugar do outro e se colocar nesse lugar, sem preconceitos e melindres, propondo uma reflexão da sua realidade, propiciando a mudança da ingenuidade à criticidade.

A consciência do educador crítico o impede se ser omissos, faz dele um sujeito com opinião e opções, faz com que verbalize suas análises, comparações e avaliações, a favor da liberdade, dos menos favorecidos, da democracia, da prática emancipatória e da esperança.

Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço na escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. (FREIRE, 2001, p. 25).

O conhecimento é uma produção social, decorrente da reflexão e da ação. É um processo de construção contínuo, direcionado pela curiosidade, pelo querer saber mais, de entender a si e ao cotidiano. Essa vocação humana não está fadada ao acaso, ela se compõe em um determinado tempo e espaço, exigindo o envolvimento e a ação política das pessoas.

A possibilidade de escolha, de tomada de decisão não se dá de forma aleatória; ela é decorrente do entendimento que é construído de si próprio, da conscientização das relações, das forças políticas intrínsecas em cada circunstância. Por isso, a imensa necessidade de conscientização, da leitura do mundo e de posicionamento crítico.

A nossa experiência, que envolve condicionamentos, mas não determinismos, implica decisões, rupturas, opções, riscos. Vem se fazendo na afirmação ora da autoridade do educador que, exacerbada, anula a liberdade do educando, caso em que este é quase objeto, ora na afirmação de ambos, respeitando-se em suas diferenças, caso em que são, um e outro, sujeitos e objetos do processo, ora pela anulação da autoridade, o que implica um clima de irresponsabilidade. No primeiro caso, temos o autoritarismo; no segundo, o ensaio democrático, no terceiro, o espontaneísmo licencioso. No fundo, conceitos – autoritarismo, ensaio democrático e espontaneísmo – que só fomos capazes de inventar, porque, primeiro fomos seres programados, condicionados e não determinados; segundo, porque, antes de inventá-los, experimentamos a prática abstralizada por eles. (FREIRE, 2001, p. 9).

Sendo assim, a educação é prática educativa permanente e indispensável para a construção de si próprio, com influência direta na construção e reformulação dos contextos onde a pessoa está inserida. Nossa prática vai se constituindo e reformulando, por meio de tudo o que recebemos e construímos, como processo de conhecimento. Ela é formativa porque não tem finalização, é um processo contínuo de mudança de sua natureza inconclusa.

Nas cidades, a ação educativa se apresenta por meio do tratamento de sua memória, por meio do trabalho de manutenção de seu acervo histórico e da associação à realidade atual, promovida por meio de destaque e contato com o passado, comunicando-se com as novas gerações. Pois o passado tem interface com o presente e com o futuro e os espaços como museus e centros culturais são reveladores desse intercâmbio, dessa ponte com a história. Afinal, somos reflexo e consequência da história, das opções das gerações que nos antecederam.

Por meio de uma ação educativa que permita ampliar valores, incorporar sentido político às ações, senso de justiça, com menos desigualdades sociais e discriminações, a sociedade tem a chance de caminhar em busca de uma efetiva construção de democracia. As experiências e as práticas educativas, por serem históricas, culturais e políticas, não podem ser destacadas de um contexto e inseridas em outro; são únicas e determinantes de suas possíveis mudanças. A realidade de cada contexto é determinante para as suas ações educativas e devem ser consideradas.

As práticas educativas coesas e fundantes perpassam pela necessidade e busca de uma escola pública de qualidade, com clareza política e competência científica. Por isso que o papel do educador exige coragem de olhar, entender o contexto e propor novos modos de ensinar. Sua competência e formação permanente são alicerces de sua prática, possibilitando a sua própria transformação, enquanto pessoa consciente e ativa na sociedade. Sua conduta tem limitações e a conscientização desse processo reafirma que muito há de se fazer e que não está destinado ao fatalismo, tampouco à manutenção das contrariedades da sociedade e da escola.

Cabe nesta reflexão listar alguns obstáculos que Freire (2001) menciona a respeito da prática educativa do educador, como: a incoerência entre seu discurso e sua prática, afirmando que é progressista, mas na verdade se apresenta com postura e prática autoritária e retrógrada, em aulas expositivas, depositando conteúdos e exigindo que seus educandos sejam ouvintes passivos e obedientes; a licenciosidade, onde o educador é permissivo, deixando de atuar como desafiador de seus educandos; a linguagem como meio de exclusão social, onde o educador promove a discriminação e o distanciamento entre ele e o educando, que em função da sua linguagem simples e popular verbaliza os fatos com pequeno repertório e metáforas e o educador, ao invés de aproximar-se de modo a entender esse



contexto e se comunicar, opta em não ouvir e desconsiderar seus saberes; e a abstração do pensamento científico que o educador utiliza nas aulas, desconsiderando os fatos concretos como ponto de partida, porque para os educandos o conceito está distante do seu entendimento e de sua reflexão, fazendo-se necessária a discussão e a reflexão inicialmente do objeto, para depois a discussão do conceito abstrato, única forma eficiente de promover a apropriação por parte dos educandos.

Uma educação que, usando termos caros a Paulo Freire, vá além de ensinar pessoas a apenas lerem e repetirem palavras, as coesinem a lerem criticamente o seu mundo. Para tornar educandos populares sujeitos críticos e criativos, por meio de uma prática de crescente reflexão conscientizada e conscientizadora, o papel do educador erudito e comprometido consiste em assessorar homens e mulheres das classes populares na tarefa de ajudar – de dentro para fora e de baixo para cima – a se tornarem capazes de serem os construtores de uma nova cultura popular, a partir de novas práticas coletivas. (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 96).

Esses obstáculos presentes nas práticas educativas revelam que a conscientização das classes populares perpassa pela conscientização dos educadores, que vão a áreas populares, com suas aulas prontas, sem se preocupar com o contexto local, com as pessoas, seu modo de viver e falar, suas experiências e expectativas de vida. Grande e imensa presunção acreditarem que são progressistas, que são educadores a favor das mudanças sociais. Como descreve nosso teórico,

Do ponto de vista coerentemente progressista, portanto democrático, as coisas são diferentes. A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença de pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida mas pouco assumida. (FREIRE, 2001, p. 37).

A maior contribuição dos educadores numa sociedade que precisa de conscientização e transformação é explicitar as verdades ocultas da nossa condição de oprimidos. É possibilitar que todos entendam os mecanismos de manutenção da ideologia da classe dominante, que se fortalecesse e dissemina por meio das escolas, das demais instituições, dos meios de comunicação e dos conteúdos de massificação, aos quais somos diariamente expostos.

O ato de ler-escrever-ler criticamente é uma ação fundamental, pouco exercitada em nossas escolas e essa negação constrói um cidadão que não consegue escrever, sentindo-se bloqueado neste exercício de produção. Porque escrever necessariamente exige reflexão sobre a leitura, interpretando e reescrevendo com seu olhar, com sua análise, e a escola não executa essa tarefa fundamental na sua rotina.

Esse distanciamento entre ler-escrever-ler vai produzindo uma classe elitizada de escritores, de produtores de conhecimento em detrimento de uma grande massa de consumidores, com pequeno repertório. Porque o ato de escrever explicita o conhecimento adquirido, por meio de um exercício sistematizado e disciplinado. Ao escrever, a pessoa agrega suas vivências aos conhecimentos, porque o conhecimento não está acabado, mas em constante construção e modificação.

Esse exercício vai construindo a conscientização de cada indivíduo, por meio da leitura do mundo e da sua reescrita. É um percurso em constante movimento, onde a reflexão tem papel fundante. A conscientização permite à pessoa decidir, fazer escolhas e saber por que as realizou, exercendo sua autonomia, sua liderança sobre si mesmo e sobre sua participação nas decisões coletivas.

Uma educação de perguntas é, ao mesmo tempo, criativa e crítica, porque estimula a capacidade humana de refletir sobre si, sobre o outro e sobre sua realidade. Permite ajustar-se com a realidade, confrontar o que se sabe, problematizar e buscar novos conhecimentos. A capacidade de questionamento e reflexão deve ser exercitada na escola, porque sua ausência ou negação conduz ao exercício da passividade e da ingenuidade das pessoas.

Quanto mais praticamos o exercício de um processo educativo democrático e participativo nas escolas, mais estamos engajados em ações fora dela, tornando-se uma opção e ação natural de pensar, questionar e optar criticamente, sobretudo ao redor, com uma participação política real.

Assim sendo, partir do senso comum para o conhecimento científico exige ler-escrever-ler, exige querer ser mais, conforme Freire (2015). Porque o entrelaçamento da teoria com a prática pode construir um saber científico pertinente e necessário para transposição de nossa condição de oprimidos.

O distanciamento entre o saber popular e o saber científico precisa ser superado, em função da globalização do mundo, da necessidade de transformação da realidade, da superação de um histórico de conhecimento científico distanciado das escolas e da sociedade, que precisa ser reformulado.

A realidade precisa ser reescrita e implica a conexão desses dois saberes, em prol da mudança dos fazeres e de novas ações, que mediatizem o saber popular e o saber científico, posto ser a realidade o ponto de partida das reflexões e dos questionamentos e não o inverso, como o vemos, onde o conceito é o ponto de partida das reflexões sobre a realidade, o que promove uma imensa descontextualização. Pois quanto mais nos aproximamos da realidade mais temos consciência e clareza das suas verdades desafiadoras.

### 3.5 DIÁLOGO E PROBLEMATIZAÇÃO

O diálogo e a problematização são elementos que impulsionam o oprimido em sua busca de transformação e de consciência de classe. É o conteúdo mais decisivo para a sua libertação.

O modelo de sociedade burguesa que dispomos tem como característica a intenção de apagar a história, como mecanismo de manutenção e controle das massas. Como se cotidianamente a história se iniciasse, por não ser boa o suficiente, sem considerar os fatos e as experiências anteriores, criando um vazio, uma ausência de continuidade. Por isso, o trabalho do educador é político e pedagógico, concomitantemente. Impossível um ser sem o outro, porque educar é um ato político e para ser político se é pedagógico.

Uma educação verdadeira tem que ser vinculada à realidade da escola e do seu contexto, por isso as propostas organizadas nos gabinetes não trazem elementos suficientes para o desenvolvimento e a emancipação das escolas, por desconsiderar o perfil e as características dos educandos, com suas especificidades e expectativas.

Uma educação problematizadora, como propõe Freire (1995), considera que a proposta de educação leve em conta e proponha um amplo debate com a participação dos pais, educandos, comunidade, educadores, equipe gestora, políticos, enfim, toda a sociedade, repensando e redesenhando a história.

Autonomia não significa isolamento, autossuficiência. A emancipação não é um ato isolado. Precisamos do outro para nos completar. Daí a necessidade do diálogo. Não se pode entender o conceito de autonomia em Freire desvinculado do conceito de diálogo. Sua concepção de diálogo foi particularmente desenvolvida no capítulo terceiro do seu livro *Pedagogia do oprimido*. Aí ele estabelece cinco condições para o diálogo: o amor, a humildade, a fé nos homens, a esperança e o pensar crítico. Para Paulo Freire o diálogo se identifica com o próprio ato de educar. (GADOTTI, 2017, p. 12).

Não podemos ser ingênuos e reduzir a educação apenas a questões pedagógicas, porque isso seria negar a necessidade de entender e participar da vida criticamente, de entender as perspectivas dos educandos e da sociedade. Cabe ao educador considerar todas as questões, todas as dúvidas dos educandos, mesmo que ingênuas ou superficiais, considerando que elas revelam o que nossos educandos pensam sobre o tema, sendo este o ponto de partida da problematização da vida de cada integrante desse contexto, de forma que eles descubram verdades veladas e que o educador aprenda mais do que já sabia, construindo juntos novos saberes.

Tento uma análise das relações dialéticas e não mecânicas entre o sistema educacional enquanto subsistema e o sistema global da sociedade para mostrar que, se do ponto de vista das classes dominantes a tarefa fundamental da escola não pode ser outra senão a de reproduzir sua ideologia, a de preservar o status quo, esta tarefa não esgota o que fazer da escola. É que há outra a ser cumprida por educadores cujo sonho é a transformação da sociedade burguesa: a de desocultar o real. (GADOTTI, 1995, p. 30).

O elo entre o diálogo e a problematização é a pergunta. Assim se inicia a participação. Inicialmente tímida, ingênua, vai se processando e ampliando as possibilidades. Cenário que exige um trabalho de conscientização, para aprender e ensinar, de forma a entrelaçar o conteúdo e a participação no contexto.

A vivência do educando como integrante ativo de uma sociedade precisa ser rediscutida, porque nossa prática de educador é consensual com a sociedade de que primeiramente se forma e depois se atua. Mas, como cidadão, esse processo é concomitante, ao observarmos a realidade, refletirmos e buscarmos respostas na teoria, problematizando e dialogando sobre as intercorrências, as consequências do momento, num tempo e espaço específico.

Assim sendo, a formação é processual e permanente, à medida que o mundo exige posicionamento político, porque nossa ação não é neutra; exige uma tomada de decisão, de vir a ser mais; exige uma participação real em seu contexto, para propor soluções às necessidades postas pela realidade.

O diálogo e a problematização abrem caminho para o conhecimento científico e para a experiência política, porque participar é um exercício que se aprende fazendo, como a democracia, aprende-se exercitando. Como afirma Gadotti (1995, p. 39), “O aumento do saber político se expressa numa consciência mais lúdica, mais crítica da sua participação necessária enquanto cidadão para transformar uma sociedade injusta como essa”.

O conhecimento é transitório, porque à medida que a ciência e a história vão se construindo, vão interferindo na construção do conhecimento, de forma a justificar e compor os novos saberes, que são respostas provisórias sobre a realidade. Não é possível exigir um rigor, uma permanência estável de conhecimento, da mesma maneira que não podemos exigir um rigor na participação democrática, porque ela também se constitui em decorrência das tomadas de decisão, que se impõem para o momento, com tempo e local determinado.

O compromisso político que os educadores têm com a sociedade e com o educando se operacionaliza, quanto mais consciente ele for, propondo um caminho de reflexão e conscientização, problematizando tudo ao redor, discutindo o conhecimento e sua forma de aprender, não como depositário de informações, mas como desafios, questionamentos e contraposições entre o conhecimento e o contexto.

Quanto mais o diálogo e a problematização fazem parte do contexto escolar, mais a escola é democrática e amplia a oportunidade de acesso e permanência dos educandos. Porque democratizar a educação exige a permanência do educando nos bancos escolares, nas rodas de conversa, no entendimento da sua realidade, por meio da sua instrumentalização, por meio do desenvolvimento da sua capacidade de ser e estar inserido no contexto conscientemente. Como descreve Freire, o educador precisa

[...] fazer a crítica do sistema educacional enquanto subsistema, isto é, criticá-lo de modo a que se alcance o sistema social global. Ficar ao nível da crítica apenas do subsistema educacional seria fazer uma crítica liberal. Não tenho nada contra os liberais, ao contrário, não tenho nenhuma vergonha, nenhum medo de enfatizar a positividade de várias posturas liberais. Mas a crítica ao subsistema educacional deve ultrapassar o horizonte e a profundidade da crítica liberal e, cortando o subsistema, penetrar lucidamente também na análise crítica do sistema capitalista. Uma crítica que se limite ao subsistema educacional é ela mesma limitada. (GADOTTI, 1995, p. 59).

A questão posta é que devemos ampliar a nossa análise e crítica ao sistema educacional, porque somos ingênuos e superficiais em nossas discussões. Observamos e discorremos de reflexões sobre as consequências e não sobre as causas e os mecanismos de manutenção da sociedade, que incidem nas práticas e ideologias educacionais.

Mais uma vez, fica explicitada a imensa necessidade de diálogo e problematização no campo da educação e no contexto social, para entendermos a lógica do capital e as suas influências conceituais. Pois em todas as sociedades a educação está diretamente vinculada ao sistema global e econômico, reafirmando as regras de manutenção do *status quo*, enquanto a grande massa absorve ingenuamente essa realidade.

Existem talvez situações concretas que levam as pessoas a assumir historicamente a mudança, talvez pela própria evolução das contradições internas do capitalismo, como o Marx demonstrou. É a contradição gerada no interior do próprio capitalismo que leva a uma mudança nas relações de produção da sociedade e estas são determinantes em relação à própria consciência [...] a consciência é um produto das estruturas novas que são geradas pela evolução da própria sociedade. (GADOTTI, 1995, p. 61).

O autor discute que a mudança de consciência propiciada por mudanças materiais e de infraestrutura da sociedade vão compondo o bojo da participação individual e da tomada de posicionamento, por uma sociedade diferente.

Enquanto nossa estrutura educacional não for modificada, por meio da participação coletiva de educadores, governo e sociedade, do compartilhamento das responsabilidades, da democratização dos saberes, da ampliação dos recursos e da autonomia dos espaços, nossa escola tende a continuar a mesma. Reprodutora de uma sociedade desigual e alienante. Porque

a participação e a construção da autonomia dependem do desenvolvimento da sociedade, na perspectiva cultural e política.

### 3.6 HUMANIZAÇÃO DO HOMEM

O homem, suas escolhas e ações não são neutros, são reveladores do seu entendimento do mundo ou não. Por isso, a grande importância de o processo educativo humanizar, politizar, produzir condições e meios para que os percursos sejam experienciados com criticidade e protagonismo, a favor da humanidade, do desenvolvimento de todos os envolvidos.

Nesse sentido, a prática nos permite perceber a “[...] impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política” (FREIRE, 2011, p. 35). Por este olhar, não existe neutralidade na educação e em todos os seus desdobramentos, como nas questões de poder, econômicas e sociais.

Como claramente explicita Freire (2015), no percurso de suas obras, é preciso entender e ler o mundo, antes de entender e ler as palavras, por ser uma condição básica para a humanização do homem. A linguagem e o contexto que permeiam o homem estão ligados intrinsecamente, pelo fato de um traduzir o outro, pois, ao ver e sentir, o homem verbaliza, e ao falar revela o que o cerca. A percepção dessa fusão propicia a ampliação da capacidade de entendimento do homem, como cidadão crítico, consciente da sua existência e das suas necessidades. Assim, o ato de ler, como condição de humanização, “[...] não esgota na decodificação pura da palavra escrita ou na linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga, na inteligência do mundo” (FREIRE, 2011, p. 19).

Nesse contexto, a humanização do homem exige o diálogo e uma prática coerente com a democracia, como descreve Freire (2011). A Educação é a única possibilidade de mudança social, pois, ao conhecer-se, o homem pode se transformar.

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres incluídos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta de oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 2015, p. 40).

A libertação, explicitada por Freire (2015) em sua obra, exige sua humanização, podendo ser alcançada por meio da sua *práxis*, ou seja, da reflexão e ação da sua realidade, na tentativa de poder transformá-la. “Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis*

de sua busca: pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 2015, p. 43).

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores desta realidade e se esta, na inversão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2015, p. 51).

A participação como núcleo do trabalho a ser desenvolvido pela EJA, na perspectiva de Freire, proporciona a análise crítica da realidade social, por meio da reflexão e discussão entre os sujeitos, onde o educando não é apenas um receptor de informações, mas sim o disparador de temas a serem tratados, que foram gerados em suas experiências de trabalho e vida, em uma construção educativa, participativa e solidária, em uma educação dialógica, que possibilita a sua conscientização, humanização e libertação.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2015, p. 98).

Assim sendo, construir um currículo que contemple as necessidades dos educandos, em seus contextos socioeconômicos e culturais, é um ato de amor, uma opção em humanizar-se por meio do outro, fazendo-se necessária a clareza de qual concepção se tem de educação e de sujeito. O papel de todos os integrantes da escola é de dialogar, analisar e refletir sobre as práticas educacionais, visualizando o conhecimento como uma construção forjada nas trocas sociais, na vivência entre as pessoas, com experiências diferentes, com riscos, contradições e desafios.

Aos educadores “[...] quanto mais tolerantes, quanto mais transparentes, quanto mais críticos, quanto mais curiosos e humildes, tanto mais assumem autenticamente a prática docente” (FREIRE, 2016a, p. 12). Por isso, dialogar é um ato de criação crítica e de humanização.

Significa democratizar o poder da escolha sobre os conteúdos a que se estende, necessariamente, o debate sobre a maneira mais democrática de tratá-los, de propô-los à apreensão dos educandos, em lugar da pura transferência deles do educador para os educandos. (FREIRE, 2016, p. 153).

A participação é um exercício permanente de democracia, possibilitando o pensamento crítico em todas as circunstâncias, porque refletir e dialogar é interagir e sentir-se vivo. Sendo

assim, pode-se vencer a situação de desumanização do homem, por meio do processo de educação, da tomada de consciência da sua condição de seres desumanizados, em busca de mudança, de criticidade e de politização.

Por meio do processo educativo consciente e crítico, o homem poderá deixar de ser tratado como coisa, transformando-se em pessoa consciente de si, do seu contexto, da sua ação histórica no mundo, numa construção coletiva, representada nos papéis do educador e do educando.

Eu sonho com essa sociedade, com suas ruas e suas praças sempre cheias de gente, sempre cheias de povo [...] eu sonho com uma sociedade reinventando-se debaixo para cima, em que as massas populares tenham, na verdade, o direito de ter voz e não dever apenas de escutar. Esse é um sonho que acho possível, mas que demanda esforço fantástico de criá-lo. Quer dizer: para isso, é preciso que a gente antontem já tivesse descruzado os braços para reinventar essa sociedade. (FREIRE, 1985, p. 94).

A humanização se faz por meio de uma educação emancipadora e da conscientização da realidade, para a defesa dos direitos e da cidadania, como amorosamente discorre nosso patrono Paulo Freire.

Essa seção busca, por meio dos estudos críticos do educador Paulo Freire sobre uma educação emancipadora e autônoma, contribuir para uma reflexão sobre o protagonismo dos envolvidos e a relevância de suas histórias de vida, como produtores de cultura e com possibilidades de ampliar sua conscientização, aprimorando sua participação na sociedade, com responsabilidade social, num processo educativo permanente. Na sequência, abordaremos o percurso da EJA na cidade de Santo André, seus avanços e desafios, para sua efetivação, atendimento e ampliação da modalidade, por meio de pesquisa histórica e empírica, com educandos e educadores da EJA.



## 4 CONSTRUÇÃO DA EJA EM SANTO ANDRÉ

Nesta seção discorreremos sobre o percurso de construção da EJA e sua institucionalização na Rede Municipal de Santo André, com sua organização estrutural e curricular dos últimos 30 anos, a consolidação do Plano Municipal de Educação (PME), o caminho metodológico para a realização da pesquisa empírica, o contexto da cidade, da comunidade e da escola, objeto de nosso estudo, a análise de seus protagonistas, por meio de entrevista semiestruturada, visando responder as questões sobre a evasão escolar, as necessidades da modalidade e os desafios para a permanência e finalização da EF, integrante da Educação Básica.

A EJA é uma modalidade de ensino que procura restituir uma dívida social a todos que não puderam estudar na idade prevista. Essa carência apresenta níveis variáveis, perpassando pela falta de alfabetização, analfabetismo funcional e a incompleta alfabetização. Essa condição humana reforça a exclusão social, o mundo do trabalho informal e a pequena participação democrática de milhares de jovens e adultos brasileiros.

A EJA se constitui em um percurso descontínuo, reflexo de escolhas governamentais, que nem sempre optam em resgatar uma dívida historicamente construída de exclusão social, descaso e negação de direitos. De acordo com os textos legais, a Educação é dever do Estado e não se limita ao acesso. Gadotti e Romão (2011) relatam que, na história da educação mundial, os países que atingem o sucesso na universalização da Educação Básica são os que entendem que acesso e conclusão são complementares e se compõem como partes integrantes do processo educacional.

Nessa reflexão, o currículo escolar não pode limitar-se a conteúdo e a ser ministrados, mas a um conjunto de processos que propiciem pensar sua realidade, fazer relações e questionamentos, para desencadear novas formas de agir, com base nas necessidades e interesses, desde as iniciativas cotidianas simples até as mais relevantes e complexas, especialmente com os educandos da EJA, socialmente excluídos dos processos educacionais.

### 4.1 PERCURSO DA EJA EM SANTO ANDRÉ

Neste registro apresentamos um recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos em Santo André a partir de uma perspectiva cronológica, no sentido de refletir sobre os avanços e estagnações da EJA. Pretende-se, assim, buscar respostas para o objeto desta pesquisa, que consiste em saber quais as razões da evasão escolar dos jovens e adultos.

A Prefeitura de Santo André (PSA) por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em 1989, implanta uma proposta educacional para os jovens e adultos não alfabetizados, na perspectiva de superação das desigualdades sociais e econômicas, visando à aquisição do conhecimento, à formação integral de homens e mulheres, de todas as idades, através da valorização e resgate de saberes e da cultura local.

Esse compromisso é formalizado por Lei Orgânica do município e por meio de debates e discussões sobre a necessidade de sensibilização da realidade local, que aponta grande número de analfabetos na cidade, com os diferentes segmentos da sociedade civil, como: representantes dos sindicatos, de movimentos sociais e de associações de moradores de bairros.

Nesse percurso de 1989 a 1992, o governo apresenta propostas para o exercício da cidadania, por meio de ações e planejamentos com a participação de movimentos sociais<sup>20</sup>, dialogando e refletindo em uma gestão pública, através da democratização de decisões e do compromisso ético para o desenvolvimento de justiça social. Pela primeira vez na história da cidade, um governo oportuniza espaço para o diálogo, buscando o equilíbrio entre o interesse coletivo e a gestão pública.

O Plano de Educação proposto resulta no compromisso de melhoria da Educação Pública, através de ações, como: ampliação de vagas, contratação de educadores, sendo realizado o primeiro concurso público para provimento de cargos de professor da rede municipal, formação continuada, reorganização dos espaços escolares e reorganização da EJA, como direito do cidadão.

A concepção de base, adotada para a EJA, é a crítica da sociedade e a busca de alternativas que promovam a mudança das trajetórias de vida. A cidade assume uma perspectiva de cidade inclusiva, com diretrizes para a democratização do acesso, da gestão e a construção da qualidade social da educação; enfim, uma cidade educadora, por acreditar que processos formais e não formais são componentes do desenvolvimento humano.

Inicialmente, o funcionalismo municipal é valorizado com a campanha de alfabetização intitulada “Chegou a sua vez”, onde os funcionários não alfabetizados ou com baixa escolarização têm a oportunidade de retornar ao estudo. Essa ação ocorre de forma integrada com a Secretaria de Inclusão Social, para promover a melhoria da qualidade de vida, através de servidores, que não são necessariamente educadores, mas dispõem de escolaridade mínima de Ensino Médio completo e com possibilidade de colaborar com a ação, que prevê uma hora de

---

<sup>20</sup> Movimento social é uma “expressão técnica” que designa a ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa ou promoção, no âmbito das relações de classes, de certos objetivos ou interesses, tanto de transformação quanto de preservação da ordem estabelecida na sociedade.

atendimento diário, com início em maio de 1989. Nesse mesmo período é realizado um concurso público para o provimento de cargos de educadores, que iniciam suas atividades no segundo semestre, do mesmo ano, substituindo gradativamente os voluntários e iniciando atuação em núcleos já existentes.

No ano de 1990, o Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA) define critérios para a instalação de novos núcleos de atendimentos aos municípios, com a iniciativa de incluir os educandos que apresentam deficiências.

Neste ano, é realizado o primeiro concurso público para ingresso de educadores da EJA e alguns núcleos de alfabetização são transferidos para as escolas municipais. Em pouco tempo, os espaços de alfabetização são ampliados e disponibilizados em escolas municipais, igrejas, sindicatos e espaços comunitários. A Associação de Moradores do Cata Preta disponibiliza uma sala para a alfabetização da população, o que demonstra que há trinta anos os jovens e adultos desta região, onde se localiza nosso objeto de estudo, têm a primeira oportunidade institucionalizada de frequentar uma sala de aula, numa tentativa de mudança social.

Nesse exercício de cidadania, as associações se constituem cada vez mais fortalecidas, com pautas pertinentes às necessidades locais, discutidas em sala de aula e, dessa forma, cabe ao governo dar encaminhamentos às questões sociais emergentes, como: educação, habitação, violência, transporte, infraestrutura, saúde e trabalho.

Os educadores participam de formações nas diversas áreas do conhecimento, mas o foco central é a alfabetização; nesse processo junto à assessoria é construído o esboço do primeiro currículo para a EJA em Santo André.

Em 1990, inicia-se o processo de regulamentação da modalidade e o Conselho Estadual de Educação (CEE), no Parecer nº 312/91, regulamenta a EJA I, correspondente ao EF I, com salas do 1º ao 4º ano; dessa forma, os educandos podem dar continuidade aos estudos, por meio de um serviço institucional ofertado pela PSA. A EJA I é formatada com duração anual e em dois ciclos, denominados Alfabetização e Pós-alfabetização, com a previsão de dias letivos e carga horária a ser cumprida. Como instrumento de consolidação de participação popular, inicia-se a implantação dos Conselhos de Escola e do Conselho Municipal de Educação, instrumentos imprescindíveis para o acompanhamento e democratização das decisões.

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos, Cidadania e Ensino Regular, organizado pela Secretaria de Educação do município, pauta diversas discussões, que culminam na proposta curricular da EJA, editada no mesmo ano, com o título “Democratização do Ensino, a busca necessária”. Nesse percurso de construção e formação, destaca-se a necessidade de propostas

pedagógicas adequadas às diferentes idades e níveis da EJA, melhores instalações e materiais pedagógicos.

A proposta curricular da EJA prevê metas, formação de educadores no início do ano letivo, acompanhamento quinzenal com a coordenação do programa e com as Assistentes Pedagógicas (AP). O projeto desenvolvido nos quatro anos contribui significativamente para a transformação social dos envolvidos: educandos, educadores e comunidade local, por possibilitar o diálogo, o acesso ao conhecimento e à reflexão da realidade. Essa sistematização propicia a construção de uma Proposta Curricular do SEJA.

No período de 1993 a 1996, a Secretaria de Educação Cultura e Esportes foca suas ações para o EF e a EJA, mantendo o atendimento em algumas localidades e redução em outras. Nesse momento, a modalidade se compôs com característica de suplência e pouca participação da sociedade civil. A proposta curricular interpreta a EJA como supletivo, com temas e ações organizados de forma a compensar as defasagens de aprendizagem.

Em decorrência da nova administração e da 5ª Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos, 1997, a Secretaria de Educação, no período de 1997 a 2000, alicerçada na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, retoma as propostas emancipatórias da EJA, com a incorporação da Educação Profissionalizante, discutindo com a sociedade civil, numa tentativa de democratização do ensino e busca de qualidade.

Nesse período, adota-se os desafios do acesso, permanência e gestão democrática e o tema diversidade é pauta de formações de educadores, por possibilitar a articulação entre os saberes universais, por ressignificar o indivíduo e a sociedade, por meio da criticidade.

Em 1997, o governo reorganiza a estrutura administrativa, originando a Secretaria de Educação e Formação Profissional (SEFP), incluindo a EJA no Departamento de Educação do Trabalhador (DET), com foco na Educação Profissional.

As medidas iniciais são adotadas para a ampliação do atendimento por meio do Mova, que atua na inclusão social, na cidade de Santo André, de forma independente, com voluntários em diferentes espaços cedidos pela sociedade civil. Em 1998, de forma oficial é aprovado o Projeto Mova pela Câmara Municipal, com a possibilidade de parceria com a Secretaria de Educação, ampliando as formas de participação da comunidade e a diminuição do analfabetismo.

A SEFP, regulamentada por lei municipal, inicia repasse de verba, para o Mova ampliar o seu atendimento, por meio de credenciamento e convênios com as entidades assistenciais, sediadas na cidade, para atuar com jovens e adultos não alfabetizados com idade mínima de 15 anos de idade, por meio de educadores populares, indicados pelas instituições e com o ensino

médio concluído. Nessa gestão, o eixo orientador das ações da SEFP é a educação inclusiva, com a concepção política de inclusão social.

No ano 2000, consolidam-se os cursos profissionalizantes, aplicados pelos educadores da EJA e demais parceiros conveniados, oferecidos nos Centros Públicos de Formação Profissional (CPFP), assumindo a educação como um direito e o ensino profissionalizante como uma ação de inclusão social, por meio de uma proposta de elevação da escolaridade e um itinerário formativo, que prevê a continuidade de estudo dentro da mesma formação profissional.

A proposta política pedagógica conspira para articular a formação e o desenvolvimento da cidadania, por meio do diálogo, do estímulo à participação e o reconhecimento cultural e cognitivo dos educandos da EJA, como ponto de partida para novas possibilidades.

Na sequência da gestão da cidade, mantém-se os dirigentes do executivo, com alteração de alguns secretários municipais, dentre eles o correspondente a Secretária de Educação, no período de 2001 a 2004. Nesse momento, a Educação Profissional é ampliada com a instalação de novos CPFP e oferta de cursos profissionalizantes nas EMEIEF, com a expansão para as áreas periféricas da cidade.

Os cursos profissionalizantes são concebidos de modo a possibilitar condições reais de aprendizagem e formação profissional, tornando-se essenciais na EJA e na construção de uma nova identidade para os educandos.

No ano de 2002, devido ao falecimento do prefeito, assume o posto do executivo o vice-prefeito, que prossegue a gestão dando continuidade às ações planejadas no plano de governo. Em 2003, os CPFP são organizados por áreas de atuação e a SEFP disponibiliza transporte gratuito para a locomoção dos educandos, de toda a cidade, numa tentativa de permanência de atendimento, com maior organização e foco de trabalho.

Nos anos de 2005 a 2008, o mesmo partido se mantém na gestão, com a continuidade da Secretária de Educação. O governo efetiva a proposta de elevação da escolaridade, por meio do Programa Integrado de Qualificação (PIQ), cuja prioridade eram os jovens de 18 a 26 anos de idade, em parceria com a Rede Estadual, por meio da Suplência I e II. Neste modelo, oportuniza-se a ampliação da carga horária dedicada à formação profissional e à elevação de escolaridade. Para os educandos da EJA I e Mova é ampliado o programa por meio da sua inclusão digital, na realização de aulas de informática. A mudança foi significativa, pois os educandos da EJA I, do 1º ao 4º ano, são atendidos pelo PIQ I, educandos da EJA II, do 5º ao 8º ano, pelo PIQ II e os educandos do Ensino Médio pelo PIQ III, por 1 ano e com certificação.

No período de 2009 a 2012, o DET se torna Departamento de Educação de Jovens e Adultos (Deja), com duas reestruturações curriculares, em decorrência das opções do governo vigente. Alguns cursos profissionalizantes são reorganizados e alguns são extintos. A EJA nesse período apresenta descontinuidade na Educação Profissional dos educandos e há o fechamento de algumas salas de aula.

No período de 2013 a 2016, o Deja retoma os princípios filosóficos e pedagógicos, integrando o ensino profissionalizante à EJA, em decorrência de a cidade possuir, nas regiões periféricas, grande número de jovens sem concluírem o EF, segregados espacial, econômica e culturalmente, com necessidade emergencial de empregos.

Integram-se às ações do município para a EJA os serviços prestados pelos educadores do Mova e do Brasil Alfabetizado, para ampliar a eficácia e o alcance das propostas e medidas de atendimento. Em paralelo se organiza o Movimento de Orientação e Reorientação Curricular da EJA, a Educação de Jovens e Adultos com Formação Inicial e Continuada (EJA FIC), propiciando a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a construção do PME.

A partir de 2017, inicia-se o processo de construção do Currículo Integrado<sup>21</sup> da EJA na rede de Santo André, pensado para os sujeitos que a compõem, considerando os conhecimentos prévios, as necessidades, as capacidades de articulação e comunicação em suas comunidades, as identidades peculiares e as experiências de trabalho. Dessa forma, a EJA se define pelos seus sujeitos de direito e conhecê-los é primordial para a discussão e ressignificação dessa modalidade.

O Currículo Integrado é um grande desafio em nível de rede, por ser um trabalho a ser desenvolvido a partir de temas, conceitos ou eixo integrador, pois em cada escola se compõe de uma forma, com flexibilização da grade curricular e participação efetiva do educando dentro do conceito de gestão democrática<sup>22</sup>.

Os educandos são sensibilizados a participar de reuniões no início dos semestres para exporem seus desejos, necessidades, realidades, desafios e frustrações, através de encontros coletivos, para levantamento de temáticas e conteúdos a serem abordados ao longo do semestre. A equipe docente e gestora sistematiza as discussões para o levantamento de temas geradores, para a consolidação de uma educação problematizadora, que considere o perfil dos educandos.

---

<sup>21</sup> O Currículo Integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar e compreender.

<sup>22</sup> A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

Esse processo de escuta e a mediação da coleta de dados são planejados e seguem um roteiro, pois a escuta e o registro são intencionais e procuram captar, através das verbalizações e subjetividades do momento, os temas para compor o currículo da escola, pois a EJA não se reduz à escolarização e à transmissão de conteúdo, mas diz respeito a processos educativos mais amplos, relacionados à formação de pessoas, com histórias individuais e coletivas.

Conforme Freire (2015), a educação problematizadora proporciona a superação da contradição entre o educador e o educando, tornando-os sujeitos do processo educativo, protagonistas de suas vidas, conscientemente. Justifica-se o Ensino Integrado por ser uma construção curricular alicerçada na necessidade apontada pelo grupo de educandos, em decorrência da caracterização da EJA e de seu atendimento específico.

Os desafios para esta atual proposta estão presentes no dia a dia da escola, como em toda proposta educativa, sendo possível destacar neste momento as ações de: oportunizar e organizar momentos de fala e escuta, problematizar os registros, refletir e selecionar as metodologias a serem utilizadas e a reflexão sobre o processo e o protagonismo, considerando as desigualdades socioeconômicas, com vista a possibilitar a equidade e permanência dos educandos.

Atualmente, em dezenove EMEIEF há atendimento para a EJA I, e em cinco CPF, onde existe a possibilidade de o educando cursar a EJA I junto com a Formação Inicial Continuada (FIC). Os estudantes podem optar por uma das cinco áreas de atuação, chamadas de arcos ocupacionais: construção civil, alimentação, imagem pessoal, informática e multimídia.

As mesmas opções de área de atuação estão disponíveis para quem deseja cursar a EJA II FIC. Nesse caso, além dos cinco CPF, cada um com sua área de atuação específica, há cinco EMEIEF que oferecem a formação profissional, mas apenas na área de administração, sendo a EMEIEF Carolina Maria de Jesus uma delas.

O educando que deseja concluir o EF cursando apenas as matérias do curso regular pode se matricular em uma das catorze EMEIEF com salas de EJA II. As inscrições para a EJA são contínuas; dessa forma, a secretaria organiza um cadastro, para contato posterior, no período de matrícula oficial.

A oferta é de quase 30 cursos realizados nos turnos da manhã, tarde e noite nos CPF e nas EMEIEF no período noturno. Os cursos são promovidos por meio da integração entre as Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município e instituições parceiras, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul (FAUSCS). Os cursos

apresentados no quadro 1 são destinados aos alunos da EJA I FIC e os cursos apresentados no quadro 2 são para os alunos da EJA II FIC.

Quadro 1 – Arco ocupacional EJA I FIC

CPFP	ARCO OCUPACIONAL
Armando Mazzo	Informática e Construção Civil
Governador Miguel Arraes	Alimentação
João Amazonas	Alimentação e Imagem Pessoal
Julio de Grammont	Alimentação
Valdemar Mattei	Informática e Multimídia

Fonte: Site Prefeitura de Santo André, 2020.

Quadro 2 – Arco ocupacional EJA II FIC

CPFP	ARCO OCUPACIONAL
Armando Mazzo	Informática e Construção Civil
Governador Miguel Arraes	Alimentação
João Amazonas	Alimentação e Imagem Pessoal
Julio de Grammont	Alimentação
Valdemar Mattei	Informática e Multimídia
Carolina Maria de Jesus	Administração
Cândido Portinari	Administração
Dom Jorge Marcos de Oliveira	Administração
Cora Coralina	Administração
João de Barros Pinto	Administração

Fonte: Site Prefeitura de Santo André, 2020.

A organização dos cursos apresentados nos quadros 1 e 2 é estabelecida com base na infraestrutura das unidades, pois alguns cursos profissionalizantes exigem equipamentos e espaços adequados para o seu desenvolvimento. Nas escolas, como dispomos de laboratórios de informática, é possível oferecer o curso de Administração associado às aulas da EJA.

#### 4.2 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A concepção de educação como direito universal básico e como bem-estar social baliza a elaboração do PME do município de Santo André, mobilizando educadores de todos os setores da rede, sociedade civil e governo, para estabelecer as metas para a efetivação e garantia desse direito, resguardando o princípio da continuidade administrativa, por meio da Lei nº 9.723/2015, sancionada pelo prefeito, que estabelece o Plano para o período de 2015 a 2025.



O PME é um instrumento de cidadania, monitorado e avaliado pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho de Escola, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação, com representantes de diferentes segmentos, inclusive da sociedade civil.

Por ser um plano para a cidade de Santo André, exige a colaboração dos entes federativos: município, Estado e União, abarcando todo o atendimento educacional, em seu território. Com esse intuito é criado o Comitê de Articulação Inter Federativo, instância composta por representantes dos poderes executivos municipais e estaduais, Universidade Federal do ABC, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

As metas incluem ações para a cidade, como: a superação do analfabetismo, a redução das desigualdades sociais e discriminatórias, qualificação da educação, formação para o trabalho, cidadania, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e princípios éticos. Em destaque, a EJA está vinculada especificamente a duas metas:

Meta nº 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 98,6% até 2020 e, até o final da vigência deste PME, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. (SANTO ANDRÉ, 2016, p. 68).

Meta nº 10:

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, garantindo o aumento progressivo de 5% ao ano até o último ano de vigência deste Plano, não ultrapassando a 30% das matrículas do ensino fundamental integrado. (SANTO ANDRÉ, 2016, p. 75).

Para o desenvolvimento da meta nº 9, vinte e uma estratégias são estabelecidas, que compreendem ações a curto, médio e longo prazo, dentro da década do plano, que buscam assegurar o acesso, a permanência e a continuidade educativa de qualidade, criação de cadastro para levantamento de demanda, divulgação e estímulo dos serviços ofertados pelo município, alimentação balanceada, ações preventivas de saúde, parcerias de atendimento oftalmológico e odontológico, transporte escolar gratuito, apoio a projetos populares de alfabetização e parceria com segmentos empregadores.

Para o desenvolvimento da meta nº 10, treze estratégias são estabelecidas, sendo a adesão e implantação de programa de qualificação para o trabalho, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oferta de cursos profissionalizantes associados a EJA, construção de novas unidades de CPFP, aquisição de equipamentos voltados a EJA

integrados à Educação Profissional, implantação de Currículo Integrado, produção de material didático e acompanhamento de Programas de Assistência Estudantil.

A EJA está organizada com o seguinte atendimento: EJA I, correspondente ao Ensino Fundamental I, com períodos anuais para a alfabetização e pós-alfabetização, com paridade com os primeiros anos de escolarização regular, do 1º ao 5º ano do EF, e a EJA II, correspondente ao EF II, com períodos semestrais, com paridade com os anos de escolarização regular do 6º ao 9º ano do EF II.

Os desafios se fazem cotidianamente na EJA e são temas de discussões em diversas instâncias, para o levantamento de futuras ações propositivas, dentre eles: a evasão escolar, o baixo nível de escolarização da população, baixo atendimento, pessoas com deficiências e idosos. A construção da qualidade e de novos conceitos para a EJA perpassa pelo financiamento, mas de forma imprescindível por outras dimensões, que incidem nos processos educacionais e em seus resultados.

Se a escola tem por finalidade a apropriação dos saberes sistematizados e o desenvolvimento de capacidades intelectuais, sua atenção deve voltar-se para a aprendizagem dos alunos, a qual depende não apenas da mediação do ensino, mas também da consideração do contexto socioeconômico-cultural dos estudantes, das expectativas sociais das famílias, dos processos de organização e gestão da escola, da participação efetiva da comunidade, das práticas curriculares e processos pedagógico-didáticos, das formas de avaliação tanto do funcionamento da escola como das aprendizagens dos alunos. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 251).

Nesse sentido, a EJA tem como processo fundamental a reconstrução de um trabalho, que compreenda as diferentes dimensões da educação, superando a concepção compensatória, sem negar as desigualdades educativas e sociais, os contextos locais e o papel do currículo, numa proposta emancipatória e participativa.

A experiência internacional recomenda flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de aprendizagem informais e formais, combinando meios de ensino presencial e a distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente mediante diferentes trajetórias formativas. Isso implica:

- Descentralizar o sistema de ensino e conceder autonomia aos centros educativos.
- Flexibilizar a organização curricular e assegurar certificação equivalente.
- Promover múltiplas ofertas e meios de ensino-aprendizagem, presencial ou a distância.
- Aperfeiçoar os mecanismos de avaliação.
- Incorporar no currículo do ensino fundamental de jovens e adultos a formação política para a cidadania moderna. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 71-73).

Na EJA, as temáticas sociais são reveladas nas experiências do cotidiano dos educandos, por isso a necessidade de valorizar e incluir essas questões, de forma contextualizada e interdisciplinar.

É que, para haver desenvolvimento, é necessário: que haja um movimento de busca, de criticidade, que tenha, no ser mesmo que o faz, o seu ponto de decisão; que esse movimento se dê não só no espaço, mas no tempo próprio do ser, do qual tenha consciência. Daí que, se todo desenvolvimento é transformação, nem toda transformação é desenvolvimento. (FREIRE, 2015, p. 217).

O PME tem imensa relevância ao estabelecer metas, estratégias e mecanismos que acompanhem e garantam o exercício da prática educativa nas escolas da rede municipal de Santo André, com atendimento a EJA, como resposta à sociedade e a esta parcela em especial de cidadãos que têm seus direitos forjados em algum momento de sua vida, uma dívida social ainda não reparada.

Nessa perspectiva, o governo municipal, junto a todos os participantes, promove ações para o cumprimento do seu papel social e educacional de elaborar documentos e propostas, buscando garantir o direito à educação de qualidade, na perspectiva de avanço e crescimento da Educação Municipal.

Anualmente, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho de Escola, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, por meio de levantamento de dados, análises e avaliações com seus pares, monitoram o avanço ou não das metas, estratégias e ações previstas no PME, com vista a acompanhar e contribuir para a efetivação do plano decenal, que vigora até 2025.

#### 4.3 CIDADE, COMUNIDADE E CONTEXTO ESCOLAR

O município de Santo André remonta à antiga vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho em 1553. Em 1910, é criado o Distrito de Santo André às margens da São Paulo Railway ou Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e, em 1938, o interventor federal Ademar de Barros determina, pelo Decreto nº 9.775 de 30/11/38, a criação do município. Atualmente, com base nos dados apontados pelo IBGE 2018, tem população estimada de 716.109 habitantes e faz divisa com os municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Mauá, estando a 26 km da cidade de São Paulo.

Santo André se situa a uma altitude média de 760 metros acima do nível do mar; seu relevo é acidentado, principalmente nas regiões periféricas e está inserido na região dos

Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste, com 175 km<sup>2</sup> de área. A vegetação predominante no município é a Mata Atlântica, concentrada principalmente nos quatro grandes parques, Parque Prefeito Celso Daniel, Parque “Palhaço Estremilique”, Parque do Pedroso e Parque Central, e em áreas de preservação ambiental.

O município de Santo André se desenvolve com histórico econômico determinado pelas indústrias de autopeças, de componentes para refrigeração, eletroeletrônicos e produtos de borracha, mas a partir da segunda metade dos anos de 1980 começa a enfrentar outra realidade com a mudança de várias indústrias para outras cidades do interior paulista, em decorrência de vantagens econômicas oferecidas, por meio de menores impostos e tributos.

A partir dos anos de 1990, o setor de comércio e serviços começa a crescer e ser opção para o crescente desemprego na região e vários galpões de fábricas se transformam em *shopping centers*, lojas de automóveis, depósitos e templos de igrejas evangélicas.

Santo André possui misto sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal. A rede de linhas municipais é operada por empresas particulares e gerenciadas pela SA Trans, autarquia do município. As linhas intermunicipais são operadas por empresas particulares e gerenciadas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo. O Corredor de trólebus conecta os terminais Santo André Oeste no primeiro subdistrito e Santo André Leste, no segundo subdistrito, à Zona Leste, São Mateus, à Zona Sul, Jabaquara e Santo Amaro, da capital paulista, e às cidades de São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Os trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos operam a linha 10, Turquesa, com interligação com a linha 2, Verde, do Metrô na Estação Tamanduateí. O município possui três estações de trem em atividade, sendo Estação Utinga, Prefeito Saladino e Prefeito Celso Daniel, e o Terminal Rodoviário atende à demanda de ônibus intermunicipais e interestaduais, para todas as regiões brasileiras.

A Rede de Saúde do município é composta por hospitais, clínicas e postos de atendimento médico públicos e particulares. Em relação ao sistema público de saúde, destacam-se: o Hospital Estadual Mário Covas, o Hospital e Pronto Socorro Municipal, a Faculdade de Medicina da Fundação do ABC e o Hospital da Mulher; como particulares, destacam-se o Hospital e Maternidade Beneficência Portuguesa, o Hospital e Maternidade Brasil, o Hospital e Maternidade Dr. Cristóvão da Gama, a Rede Santa Helena de Saúde e a Casa da Esperança.

A Rede de Educação do município é composta por creches, escolas, faculdades e universidades públicas e particulares. A Secretaria de Educação (SE) regulamenta, fiscaliza e administra a rede de Santo André no que se refere à organização, ampliação e acompanhamento das creches municipais, creches conveniadas, centros públicos, escolas municipais e

particulares. Atualmente, a rede própria do município se compõe por 38 creches, 50 escolas e cinco centros públicos, com atendimento à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, com a divisão das ações sobre o comando de dois Departamentos: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

O Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) tem foco principal no atendimento aos jovens e adultos que não concluíram o EF na idade prevista, por meio de dois cursos, sendo a EJA I com correspondência ao EF I e a EJA II com correspondência ao EF II, nos Centros Públicos ou nas escolas selecionadas, a partir da necessidade da localidade.

O Departamento de Gestão de Recursos e Projetos Especiais da Secretaria de Educação supervisiona outras gerências, projetos e espaços que corroboram com a educação no município, como a Gerência de Educação Inclusiva que realiza um trabalho transversal junto aos Departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental (DEIF) e ao DEJA, com serviços e ações desenvolvidas junto aos educandos com deficiência.

O Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar tem foco na inclusão educacional, com o principal objetivo de potencializar o desenvolvimento do educando com deficiência por meio de uma equipe técnica multidisciplinar, desempenhando ações e serviços junto aos educandos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, os quais são encaminhados pelas escolas onde estudam para acompanhamento especializado. Os serviços oferecidos são a avaliação diagnóstica, a intervenção terapêutica e a estimulação precoce aos educandos da Educação Infantil, os quais apresentam característica de atraso no desenvolvimento global.

O Polo Bilíngue é um espaço destinado aos educandos com surdez da rede municipal, com o objetivo de desenvolver um atendimento específico e de qualidade, com o aporte de profissionais e intérpretes de Libras.

A Sabina Escola Parque do Conhecimento é o principal centro de ciências do município, com atendimento a todas as instituições de ensino públicas e particulares, durante a semana, e nos finais de semana e feriados ao público em geral. Instalada em uma área de 24 mil m<sup>2</sup> e com 14 mil m<sup>2</sup> de área construída, o pavilhão abriga, em seus dois pavimentos, simuladores, experimentos, exposições temporárias, fósseis, pinguins, serpentes e peixes. O espaço dispõe de planetário, observatório, laboratório musical, biblioteca, auditório e salas de aula.

O Centro Educacional de Santo André se constitui em um complexo educacional, que envolve a EMEIEF (Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental) Creche, Centro Comunitário e Biblioteca, em diversas regiões da cidade, em parceria com diversas Secretarias da Prefeitura, entre elas: Secretaria de Esportes, Secretaria de Cultura e Lazer,

Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, oportunizando práticas esportivas, promoção de saúde, ações e formações culturais e artísticas.

A Vila João Ramalho, local onde se localiza a escola objeto deste estudo, origina-se na década de 1960; situa-se em uma área urbana, na periferia do município, e faz limite com os bairros Jardim Irene, Jardim Guarará, Jardim Santo André, Jardim Cipreste, Vila Luzita, Vila Rica e Sítio dos Vianas, e é rodeada pelas comunidades Cata Preta, Missionários, Eucaliptos e Toledana. Sua constituição se deu por migrantes do interior do estado de São Paulo e de outros estados da região Nordeste do Brasil. Atualmente, a população é oriunda de estados das regiões Nordeste e do próprio município.

Do ponto de vista de serviços, a Vila João Ramalho possui diversos estabelecimentos comerciais. A Estrada da Cata Preta, endereço da unidade escolar, apresenta casas, sobrados, conjuntos residenciais, edifícios, comércios, creches, biblioteca, centro comunitário e associação filantrópica. Na região, há associação de moradores do bairro com uma história de organização importante, que decorre do início da consolidação do bairro. Importantes referenciais urbanos estão presentes nos arredores, como o terminal de transporte público municipal, igrejas, escolas públicas, creches municipais e conveniadas, Unidade Básica de Saúde (UBS), supermercados e comércio diversificado.

A situação socioeconômica predominante nesta região é de classe baixa, conforme dados coletados por meio das caracterizações do perfil dos educandos da escola ou de seus responsáveis, com 35% de trabalhadores assalariados, 27% de trabalhadores com renda proveniente de trabalhos informais e os demais se declaram desempregados, realizando trabalhos esporádicos ou sem renda.

No entorno da escola muitas moradias são localizadas em lugares impróprios e em áreas de risco, em morros íngremes e sem pavimentação, dificultando a circulação e acesso à escola nos dias de chuva. A realidade de várias famílias é de grande carência, face a muitos de nossos educandos residirem em comunidades sem infraestrutura, rodeados por situações de violência familiar e urbana. A região possui baixo nível de escolarização, muitos dos seus habitantes abandonam os estudos antes de concluir a Educação Básica e uma parcela dos analfabetos são de novos moradores que chegam de outros estados da região Nordeste.

O transporte público é acessível à população e o terminal de transporte público coletivo está situado na Vila Luzita, abrangendo vários bairros do entorno. A UBS está localizada na mesma rua da escola, mas o Pronto Atendimento (PA) mais utilizado pela comunidade se situa também na Vila Luzita, com maior estrutura e leitos para internação. A região dispõe de uma

delegacia da Polícia Militar, atendendo ao 6º Distrito de Santo André e um Posto da Guarda Civil Municipal (GCM), que fica nas proximidades da Unidade Escolar.

A característica da região aponta um desafio à comunidade escolar, que discute e tenta propor ações que ultrapassem os muros da escola e contemplem esta comunidade de forma efetiva. Como destaque dessa intencionalidade, destaca-se a criação de vínculo, parceria e comprometimento com a comunidade, para melhor otimizar o uso do espaço no entorno da Unidade Escolar, pois se observa que constantemente, nos períodos da tarde e da noite, há grande circulação nas quadras e área de lazer, por jovens que comercializam e utilizam entorpecentes, dificultando o uso desses ambientes pelos educandos, no período de aula.

A escola, originalmente construída há 35 anos, dispunha de oito salas de aula, mas, devido à imensa demanda de vaga, a prefeitura construiu o prédio atual, com aproximadamente 20 anos, com dois andares e acessibilidade em todos os espaços. Dispõe de 24 salas de aula, pátio amplo, biblioteca, anfiteatro, laboratório de informática, depósitos, parque externo, área de alimentação e estacionamento.

Desde 2017, a escola está com manutenções, inicialmente no telhado, devido a vazamentos em diversos espaços e principalmente nas salas de aula; em 2018, reparos para sanar diversas necessidades; no primeiro semestre de 2019, há a pintura interna e externa do prédio, substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, revitalização da quadra e do entorno.

As salas de aula são padronizadas, com 36 m<sup>2</sup>, arejadas e com excelente iluminação, pois uma das paredes possui janelas em toda a sua extensão. Para os dias de sol intenso, as salas possuem cortinas novas, adquiridas em 2018 e película nos vidros.

A área administrativa é composta pela secretaria em uma grande sala com 42 m<sup>2</sup>, com mobiliário adequado para os funcionários, atendimentos e armazenamento dos arquivos. Ao lado, encontra-se a sala da equipe gestora, utilizada pela diretora, vice-diretoras e assistentes pedagógicas, e na sequência temos a sala dos educadores e o depósito pedagógico, atendendo as necessidades para o planejamento de atividades e ações da rotina escolar.

A biblioteca, com 50 m<sup>2</sup>, é um espaço privilegiado, onde realizamos as Reuniões Pedagógicas Semanais (RPS), com todos os educadores, em seus respectivos horários, com acervo de livros diversificado para crianças, jovens e adultos, com mais de 4.000 títulos, jogos variados e mesas para uso coletivo, que comportam uma turma com 30 educandos, para o desenvolvimento de atividades diversas.

Em frente à biblioteca há um espaço de integração, com mesa de *Ping Pong*, *Pebolim*, bancos, *puffs* e brinquedos, para serem utilizados pelos educandos, como recreação ou com direcionamento do educador.

A área da merenda é grande e aberta, com mesas e bancos recentemente reformados e coloridos; em frente, temos um jardim, vasos e pneus coloridos, com flores plantadas, que estão fixados na parede, mesas e bancos de concreto. Um espaço colorido, acolhedor e agradável. A merenda é oferecida e monitorada pela equipe da Cozinha Central, responsável pelo cardápio, que é servido duas vezes por período, atendendo aos padrões sanitários exigidos por lei e com visitas periódicas de nutricionistas.

A escola possui banheiros em quantidade suficiente para a demanda, adaptados e com sabonete líquido à disposição dos educandos. No lado externo estão os bebedouros com filtros. O anfiteatro tem capacidade para 80 pessoas, com poltronas plásticas, dispostas em grandes degraus, para boa visibilidade do palco, com ventiladores e cortinas que diminuem a entrada de iluminação durante a exibição de vídeos. Esse espaço é muito utilizado pelos educadores, para ensaios, apresentações, desenvolvimento de projetos e atividades coletivas.

Os dois laboratórios de informática estão em funcionamento com novos equipamentos, sendo um deles com quinze computadores e mobiliário para atendimento a trinta educandos, o que exige que os educandos utilizem o equipamento em duplas, e no outro temos duas bancadas instaladas sob medida, devido a área ser menor, com quinze computadores e mobiliário para quinze educandos.

A escola possui carência de áreas externas para atividades corporais, sejam elas dirigidas pelos educadores de educação física ou pelos educadores da sala regular, pois as quadras estão fora dos muros da escola e são compartilhadas com a comunidade, o que gera conflitos e perdas para os educandos, em diversas ocasiões. Uma quadra pequena está sendo finalizada para uso exclusivo dos educandos, localizada ao lado do parque externo, que atende aos educandos da EI e EF, com tanque de areia e brinquedos de *playground*. Dessa forma, as atividades de educação física são realizadas em diferentes espaços, como: pátio da escola e quadras externas, coberta e descoberta, alternadamente, conforme disponibilidade.

A escola está equipada com mobiliários adequados e em bom estado para os educandos da EI, no piso inferior e EF e EJA no piso superior. Nesses espaços temos prateleiras de concreto, armários, mesas, cadeiras, lousa e murais em quantidades suficientes. Os equipamentos eletrônicos ficam armazenados no depósito pedagógico, localizado ao lado da sala dos educadores, em pequena quantidade frente ao número de salas e educandos.



A unidade escolar dispõe de duas verbas, sendo uma municipal, disponibilizada por meio de um Convênio com a Prefeitura de Santo André e o Conselho de Escola, destinada à manutenção de pequenos reparos, conserto de mobiliários e equipamentos, aquisição de materiais de papelaria, utensílios domésticos, materiais de construção, suprimentos de informática, livros, brinquedos, jogos, materiais esportivos e primeiros socorros. A verba do governo federal está vinculada entre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Conselho de Escola, que recebe duas parcelas anuais, para aquisição de bens de capital, como eletrônicos, equipamentos e mobiliários.

Para a utilização das duas verbas, o Conselho de Escola se reúne e planeja conforme as indicações coletadas com os segmentos que o compõem, organizando Planos de Trabalho específicos para cada verba, tentando viabilizar a eficiência na utilização, atendendo as necessidades por prioridade. Os planos são avaliados por uma equipe da Secretaria de Educação, que tem as informações sobre as aquisições em andamento por meio das licitações, sendo possível, em caso de duplicidade de intenção de compra, a reorganização da aplicabilidade das verbas.

A escola atende, em 2019, a 1.431 educandos, sendo 594 educandos na modalidade da Educação Infantil, 600 educandos na modalidade do Ensino Fundamental e 237 educandos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O EF atende aos educandos do 1º ao 4º ano, sendo que os educandos do 5º ano são transferidos para as escolas estaduais do entorno, devido à falta de espaço para atender a todos os educandos do EF I. Dessa forma, com a cooperação existente entre a rede estadual e a rede municipal na divisão de demanda do EF, possibilita-se o atendimento e a continuidade educativa destes educandos em outras unidades escolares.

A escola possui 76 educadores, sendo três com magistério, 73 com graduação em licenciatura ou pedagogia, 55 possuem especialização na área da educação e 28 possuem duas especializações; também dispomos de três educadores com mestrado, quatro educadores cursando mestrado e duas cursando doutorado.

A gestão escolar é constituída por uma equipe de seis integrantes, responsáveis pela formação, organização e orientação administrativa e pedagógica da escola; compõe-se por uma diretora, duas vice-diretoras e três assistentes pedagógicas. A maioria da equipe apresenta experiência anterior em diferentes funções de gerenciamento e liderança, que, em certa medida, fortalece a equipe com saberes, no que se refere à gestão de pessoas e recursos. Dentro deste cenário, as gestoras assumem o papel de articuladoras dos segmentos, que integram a escola, na busca de ações efetivas para melhoria das ações pedagógicas e no atendimento aos educandos, aos pais e à comunidade. Os diversos segmentos da escola passam por formações e

orientações constantes, dirigidas pela equipe, de forma individual ou coletiva. Algumas ações têm maior liderança de algumas profissionais, como por exemplo as Assistentes Pedagógicas (AP), que concentram seus esforços na formação dos educadores, no levantamento das necessidades dos educandos, na distribuição de livros, jogos, materiais, planejamentos e desenvolvimento de projetos junto aos educadores e educandos. As vice-diretoras junto à diretora se dividem nas ações estruturais e administrativas da escola, como levantamento de materiais para todas as áreas, compras, prestação de contas, documentações, atendimento ao público, organização dos espaços, reformas, manutenções, vida funcional dos integrantes da escola, Conselho de Escola, Conselho Mirim, Grêmio Estudantil e parceria com o Centro Comunitário e demais instituições do entorno.

No atendimento administrativo temos uma secretária e três auxiliares, organizados em três períodos de trabalho, possibilitando que a comunidade seja atendida durante todo o funcionamento da escola, que é das 7h00 às 22h30. Na limpeza dos espaços dispomos de cinco serventes gerais, que são funcionários estatutários da prefeitura e dez funcionários terceirizados, de empresa contratada.

Na organização, preparo e distribuição da merenda temos sete funcionárias; para o atendimento às crianças com necessidades especiais, no auxílio à alimentação e cuidados com higiene pessoal, temos três funcionários e duas estagiárias. No atendimento aos educandos da EJA, temos três inspetores; nos laboratórios de informática, dispomos de um monitor em cada espaço, para dar suporte ao educador e aos educandos no desenvolvimento e aplicação das atividades.

Na biblioteca, dispomos de um profissional, que realiza atendimentos aos educandos da manhã e da tarde, e de quatro agentes de transporte, que auxiliam na organização, embarque e desembarque dos alunos atendidos, pois temos educandos que provêm de área de risco, com distância superior a 1 km da escola a suas casas e são atendidos pelo transporte escolar gratuito.

A escola possui regimento escolar para alinhar as ações e as rotinas dos educandos e familiares, que é entregue na primeira reunião com as famílias. Na EJA, os educandos também recebem, mas com especificações da própria modalidade. Ambos são discutidos pelos educadores em sala de aula, para alinhamento dos direitos e deveres.

A unidade procura exercitar a gestão participativa entre os segmentos, através dos Conselhos de Escola, Conselho Mirim e Grêmio Estudantil, por considerar que os saberes e as habilidades de cada integrante são fundamentais para a coesão da escola e para o desenvolvimento de ações mais pertinentes com as reais necessidades do contexto, de forma a atender aos educandos, seus familiares, funcionários, educadores e demais integrantes de forma

global, acolhedora e ativa. A escola é um espaço rico de interações, descobertas e construções para todos os envolvidos, adultos ou crianças, comunidade usuária ou poder público.

Na escola atendemos aos jovens e adultos que se encontram em fase de alfabetização e são matriculados na EJA I, nomeada em duas etapas: Alfabetização e Pós-alfabetização, correspondência ao Ensino Fundamental I. Os educandos da EJA II, que se encontram em suplência correspondente do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, são matriculados na EJA II, do 1º ao 4º Termo. Nessa tipificação nomeamos o 1º Termo da EJA II em correlação ao 6º ano do EF II e assim sequencialmente.

Todo início de ano letivo, a escola retoma o Projeto Político-Pedagógico<sup>23</sup> (PPP) do ano anterior, em reunião específica e com a participação dos segmentos e do Conselho de Escola, fazendo leituras, ajustes e escritas de novas metas e projetos para a unidade escolar. Essa ação integra os educadores e são aprimoradas posteriormente nas Reuniões Pedagógicas Semanais (RPS), no decorrer do ano.

O provimento das salas e das vagas disponibilizadas para os educandos e educadores da escola são decorrentes da capacidade de atendimento e da organização que é deliberada pela Secretaria de Educação, anualmente, em decorrência da demanda levantada e das diretrizes do governo estadual, por meio da Diretoria de Ensino do município.

No final de cada ano letivo, os educadores realizam o preenchimento de uma ficha de pontuação, com base em títulos e tempo de serviço em docência na rede de Santo André e dessa forma são classificados de forma decrescente. As salas do ano seguinte são disponibilizadas e os educadores realizam as suas escolhas em uma reunião com todo o coletivo da escola.

A avaliação em todas as modalidades é parte integrante e ponto de partida para aprendizagem e necessita de um levantamento cuidadoso e sistemático dos saberes e das necessidades educativas de cada educando, através da observação contínua, do registro e da reflexão sobre as produções, para que a prática possa ser processual e planejada com qualidade para a continuidade educativa. Na EJA é periódica e elaborada de acordo com os objetivos destacados pelos educadores. Esses objetivos são sistematizados numa ficha de avaliação, na qual são atribuídos os conceitos que validam o aprendizado, classificado em SA (Sem Avaliação), I (Insatisfatório), PS (Parcialmente Satisfatório), S (Satisfatório) e PLS (Plenamente Satisfatório).

---

<sup>23</sup> O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

O semanário faz parte da documentação pedagógica da escola e da rede municipal. É um registro realizado pelos educadores, que possibilita a organização, de forma mais detalhada, das ações docentes a serem desencadeadas após o planejamento nas diferentes modalidades, dando ênfase às características de cada turma e especificidades dos educandos, em curtos períodos de tempo, promovendo a reflexão após o desenvolvimento das propostas, oportunizando o encaminhamento das novas ações seguintes.

Os educandos com necessidades especiais participam da rotina da sala de aula como os demais, em todas as modalidades e, em casos de deficiências que limitam a locomoção, alimentação e condições motoras e cognitivas graves, o educando possui um agente de atividades educacionais que o auxilia neste suporte. Em alguns casos, os educandos são indicados a participarem da Sala de Recurso Multifuncional (SRM), que fica na própria escola, em horário alternativo, onde são atendidos por uma educadora especialista para auxiliá-los no desenvolvimento de habilidades, atendidos em um grupo pequeno e às vezes até individualmente. A implantação das SRM nas escolas da rede pública de ensino atende prerrogativa da legislação brasileira, sendo também medida que consolida a Educação Inclusiva. O trabalho desenvolvido nas SRM promove a equiparação de oportunidades para o educando com deficiência e transtorno global do desenvolvimento.

#### 4.4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico tem grande relevância na pesquisa, por ordenar as fases e a forma de coleta de dados com intencionalidade e coerência, possibilitando a reflexão sobre o objeto de estudo, que é a evasão da Educação de Jovens e Adultos. Essa problemática está presente na trajetória histórica da educação brasileira desde a colonização do país, apresentando-se como secundária e com pouco destaque, para a minimização e superação das desigualdades sociais. A pesquisa da realidade revela um grande desafio a ser superado nessa modalidade de ensino, em especial em uma escola pública de Santo André, estado de São Paulo, cujo objetivo é verificar o porquê da evasão escolar da Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender os motivos que levam os educandos à evasão escolar e as necessidades e sugestões que apresentam para a qualificação da modalidade. Partimos da hipótese de que a evasão escolar está associada à estrutura e organização da modalidade e a questões pessoais.

A metodologia optada para este estudo é de cunho qualitativo e os instrumentos de coleta de dados são a entrevista semiestruturada com educandos e educadores do 1º termo da EJA II,

a observação do contexto e a análise documental (matrículas, diário de classe, histórico escolar e ata de conselho de ciclo).

Como instrumento de análise do contexto, a observação permite definir a configuração do espaço, possibilitando um contato do pesquisador com o fenômeno pesquisado, contribuindo com a descrição dos sujeitos, do local, das atividades e dos comportamentos presenciados, revelando as suas relações.

A análise documental permite uma valiosa abordagem dos dados, complementando as informações obtidas nas observações e entrevista semiestruturada, no decorrer do ano letivo de 2019, comprovando as hipóteses elencadas ou desvelando novos aspectos do objeto de pesquisa, não considerados ou previstos no projeto de pesquisa, conforme Ludke e André, (1996).

A entrevista semiestruturada, selecionada para este estudo, é uma técnica que possibilita a interação entre o objeto e o entrevistador por meio de um diálogo. À medida que as respostas são apresentadas é possível interagir e reformular questões, considerando novas hipóteses, não apontadas no momento da organização do roteiro de entrevista, que podem ser relevantes para o melhor entendimento do contexto e da história de vida dos participantes. O contato direto entre entrevistador e entrevistado possibilita uma interlocução clara e flexível, por ser um diálogo que vai se constituindo, respeitando o tempo e as lembranças individuais.

O roteiro estabelecido para a entrevista semiestruturada elenca categorias que podem contribuir para evidenciar um perfil desses conjuntos, de forma a revelar suas fragilidades, valores, necessidades e perspectivas, numa tentativa de caracterizar os educadores e educandos do 1º termo da EJA.

As categorias de análise escolhidas são o perfil socioeconômico, o protagonismo e a criticidade, dos educadores e dos educandos, com destaque às observáveis a seguir.

Pontos a serem observados quanto à instituição escola: Em que medida ela é significativa e positiva? Ela atende às necessidades da comunidade? Ela atende às necessidades dos educandos? Qual a sensação que a sua estrutura física gera? As experiências de aprendizagem são prazerosas? Como são compostas as regras de convivência e as relações de poder?

Pontos a serem observados quanto ao educando: Todos os integrantes da família têm oportunidade de frequentar a escola? Há liberdade de escolha nas atividades propostas em sala de aula? Como ocorre o percurso dos estudos? Quais as consequências da não escolarização no dia a dia? Ele está motivado? Apresenta sugestões? Apresenta criticidade em sua fala e conduta?

Tem desejo de interromper os estudos ou finalizá-los? Almeja ascensão econômica e social? Qual a relação entre a escola e o trabalho?

Pontos a serem observados quanto ao educador: Como são ministradas as aulas? Como o conhecimento é transmitido e avaliado? Como é a postura e o relacionamento do educador com o educando? Como a dificuldade do educando é interpretada pelo educador? Qual sua formação inicial, continuada e o percurso profissional? Qual a concepção de educação e da EJA? Considera-se agente de mudança social? Analisa sua prática educativa? Sua formação continuada é opcional? Por que optou em trabalhar na EJA? A EJA representa uma complementação salarial? Conhece a comunidade e o seu educando?

Essas reflexões visam a ampliar o estudo teórico sobre o tema da evasão escolar e a confirmar ou não a hipótese na EMEIEF Carolina Maria de Jesus.

A fim de conduzir o processo, realizamos um planejamento prévio junto à assistente pedagógica da escola, pois as entrevistas acontecem no espaço escolar, durante o período de aula, em diferentes dias.

O entrevistador, inicialmente, se dirige a sala de aula do 1º termo da EJA II e socializa sua pesquisa e intenção aos educandos presentes, fazendo um convite para que todos participem, colaborando para o estudo e para reflexões sobre a unidade escolar.

A turma se apresenta bastante interessada e muitos se dispõem a colaborar. Nos dias seguintes as entrevistas são realizadas, sendo convidado um educando para participar antes e um depois do intervalo da merenda, com o consentimento do educador que ministra aula no momento. Não houve a determinação do número de participantes, de gênero ou de idade. Voluntariamente, oito participam, agregando sentido e vida à pesquisa.

No início da entrevista é apresentado o projeto de pesquisa com mais detalhes, para cada entrevistado, como forma de acolher e contextualizar o momento. Os educandos que aceitam a proposta se ausentam por um momento da aula, sendo dirigidos a outra sala reservada e são entrevistados com privacidade. O entrevistador e o educando se sentam de frente e se inicia a conversa, com o registro realizado pelo entrevistador.

Os educadores dispõem de momentos destinados ao planejamento de suas aulas e preenchimento de documentação pedagógica, denominados horas atividades, na ocasião também utilizadas para a realização das entrevistas, conforme acordado anteriormente com a assistente pedagógica da escola.

A equipe docente, desde o primeiro semestre de 2019, tem o conhecimento de que a diretora da unidade está realizando mestrado profissional e tem como foco o estudo dos motivos

da evasão dos educandos da EJA; sendo assim, ao serem convidados a participar das entrevistas, apresentam-se de forma solícita.

A conduta estabelecida com os educadores para a participação é a mesma utilizada com os educandos, sem determinação prévia de quantidade, gênero ou idade. Para o estudo, cinco educadores são entrevistados em dias diferentes, o que representa 31,25% dos docentes da EJA.

O entrevistador e o educador se sentam de frente, em sala reservada para garantir a privacidade, dando início ao roteiro organizado da entrevista, sendo as respostas registradas pelo entrevistador, o que propicia uma conversa prazerosa e produtiva, onde os entrevistados respondem as questões, com clareza e disponibilidade de contribuir com a pesquisa, destacando a relevância do estudo, pois observam o grande número de evasões no decorrer do ano letivo, com maior incidência no segundo semestre.

O número de participações de educandos e educadores revela que em torno de um terço do objeto de estudo é entrevistado, compondo material significativo para a análise dos dados.

A observação do espaço escolar, dos educandos e dos educadores se realiza no decorrer do segundo semestre de 2019, com alguns focos de observação. O espaço é analisado sobre alguns aspectos, como organização, exposição de atividades realizadas pela EJA e o uso dos espaços pelos docentes e educandos.

Os educandos e educadores são observados e analisados no que se refere aos seus relacionamentos, às posturas e às relações de poder, nos diversos espaços da escola, como nas salas de aula, na secretaria, na biblioteca, no laboratório de informática, no anfiteatro, na merenda e na sala dos educadores.

Os documentos pertinentes à EJA, como as matrículas, os diários de classe, as atas de conselho de ciclo e os históricos escolares, são pertinentes para análise, por serem reveladores de informações dos educandos, por meio do seu uso regular, da sua forma de organização e disponibilidade de acesso para toda a equipe escolar.

Esse conjunto de ações e procedimentos citados no percurso metodológico tem por finalidade contribuir com o levantamento de dados e percepções com a modalidade da EJA, na tentativa de buscar resposta para o entendimento das razões da grande evasão escolar da modalidade.

#### 4.5 ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise de resultados da pesquisa, neste estudo qualitativo e documental, tem relevância à medida que problematiza a realidade da escola e a emergente necessidade de

reflexão de toda equipe escolar, a necessidade de conscientização e de práticas educacionais inclusivas e libertadoras, que propiciem uma melhoria na colocação social dos alunos da EJA, a fim de possibilitar a permanência na escola aos que não puderam exercer esse direito na idade prevista, o desenvolvimento humano e a diminuição das desigualdades sociais.

#### 4.5.1 Educandos

O 1º Termo no segundo semestre de 2019 apresenta trinta e nove matrículas, sendo três menores de dezoito anos e a maioria com idade superior a trinta anos. A quantidade de homens e mulheres é equivalente, são assíduos e comprometidos com os estudos, demonstram-se interessados, participativos e solidários com os colegas que apresentam maior dificuldade nos estudos. Voluntariamente, oito educandos participam das entrevistas, o que representa 34,7% dos 23 educandos que concluem o semestre, uma participação significativa, que reafirma o interesse pelas ações promovidas pela escola.

Após o levantamento de dados dos educandos do 1º Termo da EJA II na EMEIEF Carolina Maria de Jesus dos últimos três anos, de 2017 a 2019, é possível observar uma constância numérica na porcentagem de evasão entre os primeiros e segundos semestres, como demonstrado a seguir na tabela 4:

Tabela 4 – Matrículas e evasões do 1º Termo da EJA

Semestre/Ano	Educandos	Evasão	Concluintes	Transferidos
1ºS /2017	26	34,61%	65,39%	-
2ºS/2017	24	54,16%	45,84%	-
1ºS /2018	39	28,20%	71,80%	-
2ºS/2018	29	58,62%	41,38%	-
1ºS /2019	39	35,89%	58,99%	5,12%
2ºS/2019	39	58,97%	41,03%	-

Fonte: O autor.

A tabela 4, por elencar a porcentagem de evasão, permite a análise dos últimos três anos, e destaca que os segundos semestres apresentam a maior evasão, com mais de 50% dos educandos matriculados no 1º Termo da EJA II, enquanto nos primeiros semestres a evasão orbita em torno de 30%. Nota-se que a evasão no segundo semestre é em torno de 20% maior, comparada ao 1º semestre do mesmo ano, nos anos pesquisados. Dessa forma, verificamos uma ampliação significativa das evasões no decorrer do ano letivo, culminando no segundo semestre com um alto índice de desistências.



Quanto às matrículas, observa-se que elas apresentam crescimento, ampliando o atendimento a partir de 2018 e se mantendo estáveis em 2019, próximo a quarenta educandos por sala. Esses dados apontam para um aumento no interesse em retornar aos estudos, mas a permanência e a conclusão não apresentam a mesma relação numérica de ampliação, como demonstrado na tabela.

Nesta pesquisa, uma amostragem de oito educandos é utilizada para caracterizar o perfil socioeconômico, o percurso educacional pessoal e familiar, a motivação, a criticidade, a relação entre estudo e trabalho, as expectativas e as sugestões para a EJA, sendo entrevistados quatro mulheres e quatro homens. Desse conjunto, dois nasceram na década de 2000 e são menores, dois pertencem à década de 1970 e quatro deles pertencem à década de 1960, o que revela a diversidade da faixa etária dos entrevistados, que varia de 16 a 59 anos de idade. Atualmente, esta variável de faixa etária vem sendo consolidada como característica da EJA.

Desse grupo, cinco deles são originários do Nordeste, de municípios do interior de seus respectivos estados, com descrição de regiões assoladas pela seca e falta de trabalho remunerado e os três mais jovens são originários da região metropolitana de São Paulo, mais especificamente do ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).

Quatro são solteiros, três casados e um viúvo. Seis possuem filhos e os dois jovens menores de idade não. Nas informações coletadas, observa-se que dois moram sozinhos e os demais com familiares, variando de dois a oito integrantes numa mesma residência.

Quanto à moradia, dois verbalizaram que pagam aluguel, mas decorrente de repasse de auxílio moradia recebidos pelo governo municipal, em decorrência de residirem em áreas de alta vulnerabilidade e que aguardam a entrega de suas novas casas, através de programas habitacionais; os demais são moradores de áreas invadidas, sendo que dois deles classificam suas residências como próprias. Independentemente de as construções serem de madeira ou alvenaria, todos possuem água e luz. Na análise percebemos que algumas invasões de áreas públicas e particulares, nas proximidades da escola, são recentes e outras antigas, datadas de quase trinta anos.

Ao falarem dos históricos escolares de seus genitores, pudemos perceber que cinco pais e cinco mães são analfabetos e os demais com baixa escolarização, reproduzindo-se nos educandos da EJA os contextos vividos por seus familiares, em decorrência da pobreza, da falta de oportunidades e da ausência do poder público.

Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Me lembro de faltar muito, porque eu morava no local onde trabalhava e de nunca fazer o dever de casa. Meu primeiro emprego foi em uma oficina mecânica, com 8 anos, se tinha serviço eu ajudava o dono e por isso faltava da escola. Ele me deixava morar na oficina, porque minha casa era longe. Depois fui trabalhar na feira e o horário não dava certo de ir para a escola. Porque a feira começa bem cedo e vai até tarde, eu chegava em casa depois das 15 horas. Eu praticamente não estudei, não tive essa oportunidade. Por isso que estou aqui na EJA e não vou desistir. (Relato do aluno D, da EJA II, 2019).

A renda familiar do grupo varia de um a dois salários mínimos, decorrentes de trabalho e auxílio assistencial. Apenas um tem contrato com registro funcional; três trabalham de forma autônoma, sendo um por meio de prestação de serviços de pedreiro e três como vendedores, sendo que os dois menores fazem “bico”<sup>24</sup>, vendendo balas em semáforos da cidade e um desempregado. Essa situação relatada denota que esses educandos possuem baixa renda e são desprovidos de condições básicas, cabendo destacar que há famílias com até nove integrantes, sobrevivendo com até dois salários mínimos, moradores de área invadida de alta vulnerabilidade social.

Os dados revelam que, da amostra analisada, na fase da infância: 12,5% interromperam os estudos por falta de interesse, 12,5% por discriminação, 37,5% por dificuldade de aprender e 37,5% por ausência de escolas nas proximidades de suas casas.

Na totalidade, eles iniciam seus percursos de trabalho antes dos quatorze anos de idade, para ajudar nas despesas de suas casas, porque o sustento dos familiares é prioritário, em detrimento do desejo de frequentar a escola. Na maioria dos relatos, a jornada de trabalho é superior a 40 horas semanais, que associada ao cansaço são dificultadores para que o educando estude na EJA, tenha um bom empenho, permaneça e conclua os estudos, ficando condicionado ao horário de trabalho e às suas intercorrências. Da amostra citada, cinco deles já frequentaram a EJA, mas em função do trabalho foram levados a desistir de uma necessidade e de um sonho.

Hoje, refletindo sobre os motivos que influenciam o retorno aos estudos, os entrevistados relatam que 25% o fizeram para conseguir um emprego, 37,5% pela necessidade de conseguir um emprego melhor e 37,5% devido a um desejo pessoal. “Qual seu sonho? Ter um diploma da escola. Não consegui de pequena, mas nunca é tarde. Minha filha já tem diploma e eu vou ter também” (Relato da aluna H, da EJA II, 2019).

Nesse contexto, 62,5% dos educandos associam a possibilidade de melhorias de condições de vida, por meio da ampliação de sua escolarização e, por consequência, têm

---

<sup>24</sup> “Bico” é um termo popular que representa o trabalho temporário, sem registro trabalhista.

expectativas de serem absorvidos pelo mercado de trabalho, de terem um emprego melhor, que possibilite a diminuição de suas dificuldades financeiras e a aquisição de bens de consumo.

Ao serem questionados quanto às dificuldades encontradas na EJA, a maioria verbaliza que não há problemas na escola, que tudo está ótimo, que a escola é limpa, organizada e bonita, que eles recebem material escolar e são respeitados. Eles assumem totalmente o fracasso escolar, como fruto de suas escolhas, de suas fraquezas e não das circunstâncias geradas pela divisão de classes, pelas desigualdades sociais, pela omissão do poder público de oferecer escolas, educadores e condições básicas mínimas para todas as pessoas. “Não tenho dificuldades, eu gosto muito de tudo. Eu me acostumo com tudo” (Relato da aluna F, da EJA II, 2019).

Quanto aos educadores, os educandos relatam que são atenciosos e ótimos, que também não há motivos para considerações negativas ou queixas, porque eles conversam, ouvem suas colocações, tentam ensinar, corrigem as atividades, explicam muitas vezes e não faltam às aulas. Os educandos pouco verbalizam de forma crítica sobre a escola e as aulas, são meros ouvintes passivos do processo e se satisfazem em realizar exercícios descontextualizados, com pouca leitura e reflexão sobre a vida, com pequena participação na construção de um currículo que perpassasse pelas suas vivências e necessidades de aprendizagem, continuando com baixa autoestima, sem autonomia e sem se perceber como agente de mudança, fruto de uma educação bancária, da qual sempre fizeram parte, como meros receptores de informações e conteúdo.

Os educandos apresentam desvalorização pessoal e dificuldades em aprender, por isso a organização das aulas, que possuem quarenta e cinco minutos e são divididas entre as disciplinas, não contribuem para a sua aprendizagem. Na maioria dos dias eles estão cansados, decorrente de uma jornada exaustiva de trabalho. A duração das aulas e a diversidade de disciplinas na mesma noite dificultam a concentração e o entendimento dos conteúdos, até mesmo para os que não trabalham, porque exige uma condição de atenção de que os educandos nem sempre dispõem, face a tantas particularidades e dificuldades, decorrentes das condições socioeconômicas.

A escola é composta por um grupo social que produz conhecimento, mas essa função passa despercebida pela maioria das pessoas que nela se encontram. Por isso, ao perguntar quais as sugestões para a escola, foi necessário intervir na entrevista e levá-los a refletir que tudo pode ser diferente, que sempre há possibilidades de melhoria, em todos os espaços e ações que a escola promove, e que eles tinham que pensar em quais aspectos a EJA poderia ser melhor.

“Que sugestões você tem para a EJA? Está tudo ótimo desse jeito. Tudo é organizado, ganhamos material, tem merenda, os educadores são atenciosos e a escola é perto da minha casa” (Relato do aluno E, da EJA II, 2019).

Então, surgem algumas considerações tímidas, para melhor organizar a distribuição da merenda, adequação do mobiliário da merenda, que é apertado para eles e o pequeno tempo de duração das aulas, que não viabiliza a realização das atividades. Quanto às sugestões de novos fazeres na escola, eles sugerem que os educandos sejam agrupados pelo interesse, que haja jantar ao invés de lanche, mais utilização do laboratório de informática e da biblioteca, com a possibilidade de empréstimos de livros, participação em palestras, com diversos temas sobre saúde, trabalho, doenças sexualmente transmissíveis e ações culturais com música e karaokê.

O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Eu gosto de tudo, a escola é muito boa. Aqui a gente recebe material escolar, tem livros, tem merenda, a escola é limpa, tem inspetor de aluno, que cuida dos jovens, tem diretora que trabalha de noite. Não tem do que reclamar. (Relato da aluna C, da EJA II, 2019).

Para estes educandos, a escola é um espaço singular e a EJA é significativa, por promover o acolhimento, o respeito às diferenças, por transmitir segurança e conhecimento para esse público marcado por vivências de extrema dificuldade e segregação socioeconômica.

Surpreendente perceber que, para os educandos menores de idade, a escola é agradável e eles gostam de estar ali, controlam o horário das vendas no semáforo, para não perderem a aula. Surpreendente perceber a alegria de homens e mulheres, ao refletirem sobre suas trajetórias de ausência de escola, de desejos negados e hoje satisfeitos por estarem matriculados, recebendo material escolar, superando suas lutas pessoais, por meio da oportunidade de estudar, mesmo com fragilidades e dificuldades.

Temos a hipótese de que os educandos têm poucas oportunidades para exporem suas opiniões, ao longo das suas vidas e na escola; dessa forma se tornam conformados e resilientes face às desigualdades sociais e às violações de seus direitos, não recebendo a formação necessária para o pleno desenvolvimento da consciência crítica, da percepção das contradições desse modelo de sociedade, que cerceia possibilidades socioeconômicas, restando para a sua sobrevivência apenas trabalhos precários e com baixos salários, recebendo, na maioria dos casos, não mais que dois salários mínimos e repasses de Programas de Transferência de Renda do governo, que completam minimamente suas necessidades.

Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?  
 Não. Gosto de cuidar da minha casa e da minha família. Essas coisas só dão confusão. Cada um tem que fazer o que sabe e isso não é para mim. (Relato da aluna C, da EJA II, 2019).

Nesta perspectiva, a escola está exercendo o papel que o capital lhe atribuiu, de moldar os educandos às regras e às necessidades da sociedade capitalista, não contribuindo para a reflexão das contrariedades desta sociedade e tão pouco para o desenvolvimento pessoal e coletivo, dificultando sua análise crítica, sua emancipação e a busca por melhores condições de vida e de trabalho. Na maioria dos casos, propiciamos a construção de novos analfabetos funcionais, destinados a subempregos e serviços precários, exercendo funções desvalorizadas e sem capacidade de compreensão da realidade.

Você se avalia como boa aluna? Explique.  
 Eu acho que sou boa aluna, porque faço as atividades na sala e faço em casa, quando a professora manda. Presto atenção em todas as aulas e cumpro minhas obrigações. Converso bastante, mas quando pode, na merenda, antes de começar a aula e na saída. (Relato da aluna F, da EJA II, 2019).

A educação bancária aplicada aos alunos da EJA é uma característica evidenciada nas posturas e falas verbalizadas durante as entrevistas semiestruturadas, por isso, torna-se imprescindível a adequação curricular para a promoção da educação dialógica e problematizadora, tendo como objetivo a equiparação de oportunidades aos nossos educandos, que, devido às condições socioeconômicas, culturais, étnicas ou intelectuais, foram e ainda continuam sendo segregados de oportunidades reais e de empregabilidade na sociedade.

O silêncio e a aceitação dos alunos, para as propostas de aula e de organização da escola, revelam um histórico de pouca participação, para expressar suas ideias, necessidades e desejos durante seus percursos escolares, criando um sentimento de conformidade e resiliência, pois eles verbalizam que o fracasso escolar pessoal é decorrente do seu pequeno esforço, de sua dificuldade em aprender ou mesmo do percurso casual de sua vida. Esse triste perfil e autodeclaração dos educandos precisa ser desconstruído, por meio de ações de conscientização e de busca de reparação de direitos, pelos educadores e pela escola. Porque apenas oportunizar o acesso não significa efetivar o direito à educação; exige-se conscientização, a permanência e a continuidade educativa dos excluídos inúmeras vezes dos bancos escolares.

Você se avalia como bom aluno? Explique.  
 Eu me acho um bom aluno. A vida foi dura comigo e com toda minha família. Não tinha escola perto da minha casa, por isso estudei pouco. Quando criança ajudava meu pai no plantio de milho e feijão. Quando fiquei moço vim pra São Paulo para trabalhar e depois voltei a estudar. Eu sou esforçado e quero aprender. Não me importo com

diploma, mas com o meu conhecimento. Saber falar, ler, escrever e fazer contas é muito importante. Eu sou autônomo e preciso ser esperto, tem gente malandra por aí, que tenta enganar os trabalhadores. Por isso que tenho que estudar. (Relato do aluno E, da EJA II, 2019).

Nesse sentido é preciso dar voz aos educandos da EJA e mudar a proposta de uma educação bancária para uma educação problematizadora e libertadora. A escola precisa, urgentemente, avançar e superar essa fragilidade, que permite consolidar a ideia de que é natural os altos índices de evasão da EJA. Não basta sermos sensíveis a essas questões, precisamos avançar para outro patamar, o da conscientização e o da tomada de decisão, a favor da politização e das minorias.

As entrevistas realizadas com os educandos superaram as expectativas, pelo interesse e disponibilidade em socializar suas histórias de vida, de poucas possibilidades estudantis, de decepções e de sonhos, uma mistura de resiliência e esperança, porque, mesmo com toda dificuldade verbalizada, ainda consideram a escola um espaço seguro e de possibilidades de aprendizagem.

#### **4.5.2 Educadores**

Na escola, a EJA está atualmente composta por dezesseis educadores, dos quais um terço é entrevistado como amostragem, para melhor caracterizar o perfil desse profissional, através do levantamento da sua formação acadêmica e continuada, do seu percurso profissional, da sua concepção de educação e de EJA, sua postura e conduta com os educandos, como interpreta o erro, o cansaço e as dificuldades do educando trabalhador, como planeja sua prática, se conhece o contexto da comunidade onde trabalha, os desafios, as perspectivas e as sugestões para a modalidade em destaque.

Para o levantamento de dados referentes aos educadores que ministram aula para o 1º Termo da EJA II, são entrevistados cinco profissionais, sendo três educadoras e dois educadores, dos quais três deles nasceram na década de 1980, um na década de 1970 e um na década de 1950.

Em comum, todos nasceram no estado de São Paulo, são casados, graduaram-se em faculdades privadas e trabalham mais de quarenta horas semanais, em diferentes redes públicas de ensino. Três dos entrevistados possuem filhos e atuam há dez anos na docência e dois atuam há quinze anos.

Quanto à docência na EJA, a maioria possui experiências anteriores na modalidade e declaram uma identificação com esse público específico. Os educadores possuem licenciaturas e mais de uma especialização; uma das entrevistadas possui mestrado.

Nas entrevistas, os profissionais relatam condutas que desempenham ao receberem um novo educando na EJA, que revelam preocupação e acolhimento ao novo integrante, através de apresentação do educador e dos integrantes da sala, explicação da rotina das aulas e da escola, indicando um colega de sala para acompanhá-lo nos primeiros dias de aula, verbalmente desejando boas-vindas e elogiando pelo retorno aos estudos.

Como você age ao receber um novo educando?

Eu converso bastante e procuro acolher os alunos. Procuro ter uma relação mais íntima com os adultos do que com as crianças, para construir um elo de confiança, porque eles são muito carentes de atenção. (Relato da educadora C, da EJA II, 2019).

Os desafios verbalizados pelos educadores são similares, indicam que a faixa etária diversificada é um entrave para o bom andamento das aulas, pois os educandos possuem ritmos, interesses, necessidades e expectativas diferentes, gerando conflito de gerações em sala de aula, pela rigidez dos mais velhos, os quais têm construída uma ideia de que a aula se caracteriza apenas na realização de atividades escritas e explicações orais; apontam que, para esses educandos, as leituras, as discussões, os relatos de vida, os vídeos e as visitas a locais externos não são entendidos e aceitos como aula, remetendo-se à ideia de aula das experiências da infância.

Quais os desafios de atuar na EJA?

A seriação, a desvalorização dos próprios alunos e da sua condição de vida, eles têm baixa autoestima o que dificulta muito o nosso trabalho, são carentes e inseguros, têm medo de tentar e serem reprimidos nas respostas. Pouco perguntam, e não se expõem, alguns têm dificuldade de memorização e de verbalizar o que entenderam. (Relato da educadora C, da EJA II, 2019).

Os educadores unanimemente apontam que, ao ouvirem o relato da intenção dos educandos de desistirem de estudar, tentam promover a reflexão, fazendo relações ao cotidiano, que as conquistas são pessoais e intransferíveis, a novas chances que podemos nos dar cotidianamente, porque a vida é conjunto de alegrias e dificuldades para serem vivenciadas; enfim, buscam incentivar a permanência na escola, conversando também com a equipe gestora, numa busca de possibilidades de auxiliar em sua rotina escolar.

O que vocêalaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu conversaria e tentaria descobrir o motivo, para poder auxiliar e convencê-lo a não desanimar, mostrando que sempre há saídas, conversaria com os outros professores, para fazerem o mesmo e para dar incentivo, proporcionando outras estratégias de estudo com esse aluno. (Relato do educador D, da EJA II, 2019).

Eles acreditam contribuir para o processo de conscientização de seus educandos, através da reflexão, por meio das aulas e das discussões, pelo entendimento dos acontecimentos da sociedade, pela ampliação do repertório, pelo contato com outras pessoas, pela criação de vínculos de confiança, por possibilitar o acesso a informações, contribuindo com a criação de argumentos e posicionamentos a favor ou contra os temas atuais, por estimular o pensamento e o conhecimento da sociedade.

Mas, na rotina, é possível verificar que a maioria dos educadores ministra aulas expositivas, propõem exercícios e atividades individuais, atendendo aos objetivos indicados para o 1º Termo da EJA II, demonstrando preocupação e sistematização dos conteúdos indicados previamente nos planejamentos com base na seriação, que tem relação direta com os mesmos conteúdos apresentados em anos anteriores, o que revela a pouca preocupação em ajustar novos conteúdos às novas turmas, de forma a ter o educando como protagonista, associando seus conhecimentos prévios e experiências culturais aos conhecimentos científicos e escolares, dando voz, por meio das suas vivências, como ponto de partida para novos processos de aprendizagem.

Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Eu disponibilizo muitos exercícios para os alunos realizarem na aula e em casa. Utilizo xerox para dar aos alunos mais tempo de resolução, permito que eles se auxiliem e realizem as atividades em grupo, explico na lousa e individualmente. (Relato do educador E da EJA II, 2019).

A defesa do direito à educação aos nossos jovens e adultos perpassa pela desconstrução de uma educação bancária, presente na escola, que não considera as experiências de vida, as necessidades e os contextos. Percebe-se a emergencial necessidade dos educadores e da escola ter um olhar para as especificidades da EJA, que apontem para uma nova forma de organizar as aulas, de promover o diálogo e a problematização das relações, da escola, do trabalho, da política, enfim, da vida, com origem em seu contexto, para de fato qualificar o ensino.

Como sugestões para a ampliação e qualificação da EJA, os educadores sugerem mudanças na organização do atendimento na escola e na rede, possibilitando que os educandos possam se alimentar no início das aulas, pois muitos vêm de suas jornadas de



trabalho sem alimentação e atualmente o lanche é oferecido na metade do período de aula; fornecimento de uma refeição equilibrada; fornecimento de material didático produzido pelo município, como livros, apostilas e revistas, pois desde 2016 a escola não recebe livros didáticos do MEC para a EJA; desenvolver um novo formato de atendimento, que possibilite ao educando estudar com flexibilidade de horários: manhã, tarde e noite, na mesma escola, em decorrência das necessidades pessoais e trabalhistas; avançar nos estudos por meio de módulos interdisciplinares e não por disciplinas, valorizando as experiências e os percursos escolares; redução do número de educandos, para propiciar um atendimento mais qualificado, pois apresentam dificuldades de aprendizagem e desvalorização pessoal; desburocratização dos registros pedagógicos; projetos integradores que aproximem da realidade; sala ambiente, para melhor acolhimento dos educandos; anterior à implantação de cursos profissionalizantes, promover pesquisa e estudo de interesse dos educandos; mapeamento das áreas com necessidade de atendimento da EJA, com possibilidade de ampliação de salas a qualquer tempo; criação de projetos sociais que contribuam para a permanência dos educandos em situação de risco e vulnerabilidade; promoção de ações culturais, aos finais de semana; isenção de pagamento de ingressos para peças teatrais, *shows* e eventos promovidos pela Secretaria de Cultura da cidade e parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social para propiciar atendimento aos educandos com vulnerabilidade social.

Quais sugestões você tem para a EJA?

Uma melhor alimentação para os alunos, pois muitos vêm para a escola direto do trabalho, flexibilização do horário das aulas, mais pesquisas para indicar os interesses e necessidades dos alunos, maior interação com o mercado de trabalho, flexibilização do horário de aula, organizar as aulas em módulos, pois a seriação limita as ações, e pesquisa que indique os resultados práticos do curso profissionalizante oportunizado aos alunos. (Relato do educador E, da EJA II, 2019).

Como exposto anteriormente, o primeiro desafio verbalizado pelos docentes da EJA é a questão da diferença etária e cultural em uma mesma turma, em decorrência dos objetivos individuais: alguns querem prosseguir nos estudos, aos quais outrora não tiveram oportunidade, para a satisfação pessoal, enquanto que outros buscam uma certificação, devido às exigências do mercado de trabalho, a fim de conquistarem um diploma e obterem mudança em sua condição econômica. Em comum, todos apontam que necessitam de certificação e cabe à escola e aos educadores refletir sobre possibilidades, além das aulas expositivas, que propiciem que todos atuem e aprendam, mesmo com suas diferenças geracionais.

Quais os desafios de atuar na EJA?

A faixa etária dos alunos, porque são muito diferentes os interesses dos jovens em relação aos interesses dos alunos mais velhos. Muito conflito de gerações em sala de aula, o que dificulta a aula, porque enquanto uns querem aprender outros querem conversar. Todo barulho a mais do normal atrapalha os mais velhos a desenvolver as atividades propostas. (Relato da educadora B, da EJA II, 2019).

Os educandos apresentam baixa autoestima e pouca concentração, que se intensifica pelo formato das aulas, que são fracionadas em disciplinas, com pouco tempo de duração. Em meio às indicações de como melhorar este quadro, os próprios educadores apontam possibilidades, ao indicar uma nova organização de atendimento, flexível e interdisciplinar, com a valorização dos percursos escolares e experiências de vida, que podem, se intencionais e alicerçadas na dialogicidade de Freire (2015), promover a criticidade, o conhecimento da realidade e a construção de novos saberes, para o incentivo e estímulo da permanência.

Os dados revelam que os educadores têm prazer em ministrar aulas na modalidade, o que propicia a realização de especialização na modalidade EJA, por três educadores dos cinco entrevistados, mas para a maior parte deles, a opção pela EJA é decorrente da necessidade de ampliação da sua jornada de trabalho, para poder ter melhores condições financeiras; sendo assim, a EJA é consequência de uma necessidade e de uma segunda escolha, não sendo a prioridade inicial para os educadores, como também não é para a maioria das administrações públicas.

As formações continuadas de que os educadores participam ocorrem na maioria das vezes em horário de trabalho, oportunizadas pelas redes de ensino público, por meio de congressos, trocas de experiências e cursos, visto que, com jornadas semanais de mais de 40 horas, pouco tempo há disponível para formação e estudo opcional. Merece destaque, nessa análise, que os educadores trabalham em redes distintas e distantes, realizando longos percursos entre as escolas em que ministram aulas, o que é um dificultador e um ponto a se considerar, o tempo de locomoção, pois diminui o tempo livre do educador em sua rotina diária.

Como na graduação, a EJA não se apresenta como relevante nas discussões. A modalidade é discutida sem profundidade. Ela surge como tema, quando as aulas se referem ao educador e teórico Paulo Freire e a experiência educativa ocorrida no município de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte, quando Freire coloca em prática seu projeto pedagógico de alfabetização de adultos.

A discussão sobre a EJA e suas perspectivas apenas são destaque nas especializações da modalidade e em alguns momentos da formação continuada, que ocorre na maioria das vezes em horário de trabalho, de forma obrigatória, por compor a carga horária de trabalho regular.

Com essas considerações resultantes das respostas da pesquisa, podemos destacar a necessidade de ampliar a reflexão dos educadores, de romper com as propostas tradicionais que fizeram parte de seus percursos escolares e assim promover a mudança na prática educativa, por meio do diálogo, como ferramenta de problematização e conscientização. A prática, como ponto de partida e de chegada nos estudos de Paulo Freire, para a emancipação de todos, precisa ser cotidianamente avaliada e ajustada ao contexto e às necessidades de todos, para a promoção do desenvolvimento.

#### **4.5.3 Escola**

A escola como espaço de convívio é organizada de forma a aproximar as salas de EJA da área administrativa e do acesso de entrada e saída da escola, contribuindo para a agilidade de ações e o controle da circulação das pessoas. A escola possui vinte e três salas de aula, em dois pavimentos, sendo que dez delas no segundo piso, que fica no nível da rua e onde as salas da EJA estão distribuídas. Nesse andar, também temos a sala dos educadores, diretoria, banheiros e biblioteca. Com essa organização, os três inspetores conseguem monitorar as áreas externas, os corredores que dão acesso às salas, a entrada de educandos e educadores e a área administrativa.

As observações das posturas e das relações entre educadores e educandos revelam que existe uma relação de poder vertical, que se estabelece nos relacionamentos e nas diversas ações da rotina escolar, por meio de controle de circulação dos jovens e adultos pelos corredores, controle e impedimento de entrada dos educandos no decorrer das aulas, na distribuição da merenda, que é organizada em horários, separando as turmas, e no planejamento das aulas, que é realizado somente pelos educadores. É possível presenciar educadores e educandos conversando de forma amigável e descontraída nas salas de aula e demais espaços coletivos da escola, evidenciando que há respeito e simpatia mútua.

As aulas desenvolvidas na EJA, na maioria das vezes, apresentam-se como expositivas, com a indicação de atividades individuais em sala e com trabalhos para serem realizados pelos educandos em suas casas, com poucas propostas de trabalho coletivo, poucas discussões de temas atuais e culturais, quase ausência de utilização da internet no laboratório de informática e pouco uso da biblioteca. No decorrer do segundo semestre de 2019, desenvolveu-se um

projeto para todas as turmas da EJA I e II, com o objetivo de discutir o consumismo, decorrente de um projeto anterior de 2018, com objetivo de discutir os caminhos do lixo na cidade, por meio de reflexões e ações que esclarecessem e problematizassem a coleta do lixo orgânico e a coleta seletiva de resíduos sólidos. Em função deste projeto de 2019, as turmas produziram cartazes e pesquisas que foram fixadas nos murais da escola e que culminaram em uma apresentação de teatro, ao final do ano letivo, por alguns educandos da escola. Essa ação proposta é a única observada que possibilitou ações diferenciadas em contraposição às aulas expositivas, pois propôs pesquisa, produção artística e discussões no contexto escolar, aproximando a experiência de vida à prática educativa, promovendo cultura e apropriação de novos saberes.

O acervo documental que compõe a modalidade fica à disposição na secretaria da escola, sendo de fácil acesso à equipe administrativa, docente e gestora. Esses instrumentos são organizados em gavetas identificadas e podem ser utilizados na unidade escolar, sendo vetada a sua retirada da escola, por compor a documentação comprobatória do educando.

As matrículas são organizadas em envelopes A4 dentro das gavetas, junto a cópias dos documentos pessoais, como Registro Geral, Certidões de Nascimento ou Casamento, comprovante de endereço e comprovação de escolaridade.

Os Diários de Classe são preenchidos diariamente pelo educador e a equipe administrativa acompanha e registra o levantamento das ausências dos educandos. Ao observar cinco faltas consecutivas, realiza-se o contato telefônico para o educando ou se encaminha correspondência pelo Correio, para a justificativa das ausências e orientação para o retorno às aulas.

As atas de Conselho de Ciclo são registros bimestrais preenchidos pelos educadores com as observações do rendimento escolar dos educandos, seus avanços, suas necessidades e plano de acompanhamento para a ampliação das aprendizagens. Esse instrumento é realizado coletivamente pelos educadores em reunião estabelecida previamente, com a dispensa das aulas e com a participação do educando líder de sala.

Por meio da participação de representante dos educandos na reunião do Conselho de Ciclo, amplia-se a possibilidade de comunicação e conscientização dos educandos que apresentam dificuldades nas aprendizagens, pois, além dos educadores, esses educandos representantes têm a incumbência de socializar os apontamentos, para dessa forma ampliar as possibilidades de aprendizagem.

O Histórico Escolar é um instrumento que acompanha todo o percurso escolar do educando, sendo inserido informações de todas as unidades escolares, nas quais ele tenha sido

matriculado, como: presenças, ausências, rendimentos, desistências, aprovações ou permanências na série ou ciclo. Esse é um documento importante, que contém informações de todo percurso escolar do educando; no caso de ausência de comprovação de escolaridade, a escola pode realizar uma avaliação para reclassificação e formalização do seu nível de conhecimento.

Esses instrumentos são pouco utilizados pelos docentes como suporte em seu planejamento das aulas e conhecimento dos seus educandos. Observa-se que eles compõem a parte burocrática da escola, com pouca relação com a prática educativa do educador em sala de aula.

No início do semestre é realizado o preenchimento de uma ficha de caracterização dos educandos que gera uma caracterização da turma, mas que pouco é mencionada no decorrer das ações propostas para o semestre. Há pouca conexão entre o percurso educacional, o contexto local e as práticas em sala de aula. As exceções são poucas, que se revelam por meio de atividades com foco no resgate de vida dos educandos e por meio de projeto interdisciplinar.

A metodologia adotada na EJA tem contribuído de forma pequena para a construção de um cidadão crítico e politizado, pouco incentivando e estimulando a sua permanência na escola, por não possibilitar uma ação mais ativa no seu contexto e no entendimento da sua realidade.

A seriação e as aulas expositivas são utilizadas de maneira excludente, pois restringem a educação à apreensão de conteúdo, compartimentando os saberes por meio de conteúdos homogêneos, centralizando a informação na figura do educador, por meio da autoridade e da dependência, dificultando a reflexão ampla da vida e do contexto onde estão inseridos.

O contexto é revelador da necessidade de maior reflexão por todos que compõem a equipe escolar e são agentes de mudança, porque a formação tem relação direta com a diminuição das desigualdades sociais, a promoção do desenvolvimento humano e a concretização dos direitos sociais. Enfim, a análise das respostas e a rotina escolar na unidade revelam que nossos educandos são, na maioria das vezes, apenas receptores de conhecimento, com pequena participação na construção de um currículo que considere suas vivências, necessidades e interesses; por essa razão, a ação-reflexão-ação se faz necessária na rotina dos educandos.

#### 4.6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Este estudo tem como contribuição apresentar uma proposta de intervenção que possibilite reflexões e avanços, propiciando a diminuição da evasão na EJA, em especial na EMEIEF Carolina Maria de Jesus.

A elaboração desta proposta de intervenção se justifica na medida em que participamos do Progepe, que apresenta como um dos objetivos do Mestrado Profissional em Educação a elaboração de uma ação participativa em consonância com a dissertação, possibilitando uma análise crítica sobre os fenômenos estudados, por meio da apresentação de subsídios teórico-práticos para melhor qualificar a ação educativa, problematizadora e emancipatória, pois, como menciona Freire (1985), somente por meio da prática é que percebemos a nossa natureza política e podemos nos reeducar, enquanto educadores conscientes.

Nessa perspectiva, decidimos por uma proposta de participação e reflexão dos educandos e educadores, considerando que nosso objeto de pesquisa é a diminuição da evasão escolar dos educandos da EJA. Por isso, a necessidade de compreender as especificidades e expectativas dos educandos em relação à vida, ao contexto e à educação, para promover profundas reflexões nos protagonistas e novas possibilidades de ação educativa, que incentivem e promovam a permanência e conclusão do EF com qualidade.

Sendo assim, propomos socializar o resultado da pesquisa para a equipe docente e discente da referida escola, propondo diálogo e problematização entre os sujeitos, em momentos distintos, para promover uma sensibilização da realidade e reflexões acerca das responsabilidades de cada integrante, pois o compromisso com a mudança precisa e deve ser compartilhado com os envolvidos.

Com o propósito de que os resultados e análises desta pesquisa possam dar suporte e contribuam para mudanças necessárias na modalidade da EJA do município de Santo André, forneceremos um exemplar da dissertação para a Secretaria de Educação, colocando-nos à disposição para juntos refletirmos sobre o levantamento de dados da unidade escolar e propormos possibilidades, com base nos relatos e estudos, apontando ações e propostas que possibilitem a diminuição da evasão escolar na EJA.

Um Guia de Serviços do município de Santo André será entregue para os docentes e discentes da unidade escolar, com o propósito de subsidiá-los com informações relevantes e imprescindíveis para a defesa dos direitos, oportunizando e otimizando o acesso e a utilização, pois há emergente necessidade de socializar e orientar, a respeito dos direitos adquiridos, a

todo e qualquer cidadão de nossa sociedade e em especial ao público da Educação de Jovens e Adultos.

Estas considerações nos ajudam a pensar a complexidade da EJA, da escola e o modo como essa modalidade de ensino vem discutindo essas questões do cotidiano e de como a realidade revela novos desafios. As reflexões e a construção de novas perspectivas de atendimento exigem de todos os envolvidos um olhar mais crítico sobre o contexto e sobre seus protagonistas, porque a razão deste estudo é acima de tudo a de colaborar na construção de uma Educação de Jovens e Adultos crítica e emancipatória.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propõe a investigar a evasão escolar dos educandos da EJA na EMEIEF Carolina Maria de Jesus, no município de Santo André, em decorrência do elevado número de desistências no percurso educacional, visando potencializar e aprimorar o atendimento aos jovens e adultos com vista à redução desse índice, por meio da reflexão, problematização e indicação de reorganização.

A hipótese apresentada no início deste estudo, sobre as razões da evasão escolar estar associada à estrutura da EJA e a questões pessoais dos educandos, foi confirmada no decorrer da pesquisa, mas destacou-se a pequena criticidade e protagonismo dos educandos, decorrentes de ações educativas que parecem não propiciar o desenvolvimento pessoal e uma educação libertadora. A pesquisa possibilita refletir sobre a necessidade emergencial de discutir a *práxis* do educador e da construção de um Projeto Político que priorize o cidadão, como sujeitos de direitos, que problematizem a vida.

Com base nas reflexões realizadas sobre o porquê da evasão escolar da EJA, objetivo deste estudo, concluímos que, desde o princípio de sua estruturação enquanto atendimento supletivo, em meados da década de 1940 e posteriormente como modalidade de ensino na década de 1980, encontrando seu ponto culminante na linha evolutiva constitucional, na vigente Carta Política, democraticamente aprovada em 1988, a EJA é interpretada como educação de segunda ordem, comparada às demais modalidades de ensino, implicando em políticas públicas descontínuas, precárias e frágeis, incapazes de garantir a continuidade educativa dos educandos, caracterizando a violação do direito à educação.

As políticas públicas instituídas para o cumprimento da responsabilidade social da educação não se efetivam em conformidade com as exigências e necessidades locais, para a promoção e efetivação de uma Educação Básica, pública e de qualidade, com a erradicação do analfabetismo. Embora a EJA se constitua como direito assegurado pela LDB, ainda enfrenta contradições, decorrentes da incompreensão da sociedade e da própria escola. Esse cenário, desfavorável para a consolidação da EJA como reparadora de uma dívida social, está associado, recentemente, à crise econômica, mas principalmente às escolhas governamentais realizadas ao longo de nossa história, pois poucos governos optam por diminuir as desigualdades sociais, contribuindo para a violação de direitos.

Numa tentativa de busca de desenvolvimento educacional e redistribuição de recursos para os entes federados, o Ministério da Educação cria o Fundef, que não promove a equiparação entre as modalidades, por apresentar lacunas em sua aplicabilidade em relação à



EJA, que não é contemplada para o repasse de verba durante sua vigência, o que gera restrições aos municípios, que são conduzidos a se autogerirem, com limitações e riscos à qualidade do ensino, em função da disparidade de recursos.

A partir de 2006, a EJA é inserida no Fundeb, mas é interpretada como de menor relevância, dentro das modalidades que compõem a Educação Básica, o que fica demonstrado através dos fatores de ponderação, indicados para as diferentes modalidades, que são utilizados como base de cálculo para os custos e valores de repasse, que são menores para a modalidade. O fato de os fundos serem transitórios, com período prévio estabelecido de existência, leva-nos a uma interpretação de fragilidade do financiamento da educação, não se consolidando como prática permanente e coadunando com a lógica do capital, que é produzir desigualdades e diminuir a ação do Estado nas questões educativas, propiciando o aumento da segregação social, em especial neste momento de minimização das políticas públicas de caráter social.

Atualmente, em nível federal, não há departamento ou diretoria específica para EJA, que integre os entes federados, que contribua para otimizar, articular, cooperar e concretizar ações de desenvolvimento. O MEC transfere aos municípios e aos Estados a exclusiva responsabilidade dessa modalidade de ensino, com recursos insuficientes. A fragilidade da EJA e a evasão escolar são decorrentes da pequena intencionalidade política de governos sucessivos, da inadequada distribuição de recursos financeiros e da pequena intencionalidade crítica nas ações desenvolvidas pela escola e pelos seus educadores.

As políticas públicas para a EJA terão maiores condições de sucesso se associadas a um projeto bem fundamentado, que considere o sistema econômico e as pessoas em sua integralidade, que propicie a qualidade almejada da escola pública, que reconheça as necessidades e especificidades da modalidade, que amplie os investimentos em proporcionalidade de condições com as demais modalidades, que associe a EJA a programas de emprego e formação por meio da Educação Profissional, que incentive a cultura e a convivência coletiva e que possibilite o acesso à tecnologia e à informação.

Com base nas pesquisas, são urgentes a necessidade de conscientização de educadores e educandos e a ampliação da escolaridade dos jovens e adultos. Faz-se necessário reformular o currículo, com uma metodologia específica para a EJA, permitindo aos educandos visualizarem-se no contexto, para maximizar e flexibilizar o processo de aprendizagem, as tomadas de decisões e ressignificar as aprendizagens, visando a sua permanência e conclusão da Educação Básica, como protagonistas, por meio de uma educação problematizadora, que reconheça que as experiências vividas no grupo social enriquecem e potencializam o saber

escolar, a criticidade e as discussões coletivas, possibilitando uma evolução formativa, descentralizada e emancipadora.

Os novos saberes dos educandos precisam ser alicerçados em elementos que compõem a sua realidade, como o mundo do trabalho, suas relações pessoais, seus valores, seu modo de falar, suas crenças e sua regionalidade. O homem é um ser que busca ser mais e por isso precisa ver-se como ser inacabado, em constante transformação e aprendizado, sujeito de sua própria educação e não objeto dela, porque somente com o conhecimento da realidade o educando e o educador podem levantar hipóteses e procurar soluções para as necessidades.

A educação é uma das possibilidades de superação do contexto e nesse sentido a EJA precisa ser percebida como uma construção pessoal e coletiva, em determinado momento histórico. A conscientização faz-se necessária porque a maioria dos educandos não tem clareza de que seus direitos sociais são negados e nem das causas e manutenção da sua pobreza. Os aspectos socioeconômicos precisam ser considerados como repertório de sala de aula, para que os educandos possam, por meio da leitura do mundo e da escrita, ter acesso a uma visão mais ampla de si mesmo e do que o cerca, por meio de uma maior participação social. As instituições escolares são alvos de críticas e ataques, porque são humanizadoras, posicionam-se contra as desigualdades e em defesa das minorias, porque educar é politizar, é tomar partido, é formar pessoas.

A prática educativa desenvolvida com responsabilidade crítica, que promova a diminuição das desigualdades, que invista nos processos de educação para a formação humana, criando possibilidades de produção de conhecimentos, pode ser um dos caminhos para a diminuição da evasão escolar da EJA, ao possibilitar aos educandos uma transformação da sua percepção de vida, que busca, no retorno ao estudo, a superação de sua condição social, relacionada à não conclusão dos estudos e ao analfabetismo. Por essas considerações, temos esperança de que educadores e educandos inquietos pelas condições em que vivem e presenciam, podem se politizar e se transformar pela consciência crítica na percepção das contradições desse modelo de sociedade que cerceia possibilidades, porque mudar é possível e imprescindível.

No início deste estudo destacamos o objetivo de verificar o porquê da evasão escolar da EJA. Hoje podemos perceber, em decorrência das reflexões, que questões econômicas, políticas e sociais distanciam e dificultam a continuidade educativa dos egressos do EF, interferindo em suas condutas e entendimentos sobre as razões do fracasso escolar. Vivemos em uma sociedade que colabora para a construção de uma falsa ideia de que a evasão escolar é decorrente das fragilidades unicamente dos educandos, eximindo do poder público e dos educadores a parcela

que lhes cabe de responsabilidade social, conservando o *status quo*. Faz-se emergencial a necessidade de desenvolver políticas públicas inclusivas e integradas para a EJA, consolidadas através do compromisso político contínuo, de legislações, de instituições e práticas eficazes, que exigem mobilizar e alocar recursos para esta modalidade, por meio de parcerias entre o governo, o setor privado e a sociedade, de forma eficaz, eficiente e responsável, garantindo o direito à Educação Básica, em qualquer idade e gratuitamente.

Surpreendente perceber que, mesmo com essa imensa problemática, que se repete no espaço escolar, ainda há esperança nas falas dos educandos, que verbalizam seu interesse e alegria em retornar aos estudos. Talvez o ambiente bem cuidado, as relações interpessoais respeitadas e, por vezes, afetuosas, o ouvir atento dos professores e a empatia colaborem para a construção desse sentimento. Mas muito mais se faz necessário, pois o pertencimento precisa se desenvolver de forma ativa nos educadores e nos educandos para fomentar uma nova prática educativa, inclusiva, conscientizadora e libertadora, para a consolidação de uma postura de luta por seus direitos, sem perder também a exigência do exercício de seus deveres.

Porque nosso desafio se faz no percurso e nas escolhas que realizamos ao longo da vida, por meio das nossas experiências, para entender e dar sentido ao mundo, aceitando os desafios, refletindo criticamente, problematizando e libertando a nós mesmos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Raimundo Luís Silva. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1215-1233, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a16v33n121.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- ARROYO, Miguel González. **Formar educadores e educadoras de jovens e adultos**. Seminário Nacional sobre formação de educador de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de cultura. *In*: STRECK, Danilo R.; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 69-70.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00089.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, [1998]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 maio 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Brasília, DF, 1996a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm). Acesso em: 16 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 1 maio 2019.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em: 1 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/manual.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_11494\\_20062007.pdf](http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei_11494_20062007.pdf). Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, dez. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 2 abr. 2020.

BUENO, Ederson Nunes; PERGHER, Calinca Jordânia. Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no Fundeb: 2007-2016. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 6, p. 1-18, mar. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/69472-305078-3-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/69472-305078-3-PB%20(1).pdf). Acesso em: 02 fev. 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 58-77, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Essa escola chamada vida:** depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 22).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016b.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 38. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, PAULO; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir. Escola. *In*: STRECK, Danilo R.; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 154-156.

GADOTTI, Moacir. Educação em direitos humanos: contrapondo ao ódio e à intolerância. **Revista UniFreire**, São Paulo, ano 5, n. 5, p. 5-21, dez. 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/download/pdf/Revista\\_Unifreire\\_122017.pdf](https://www.paulofreire.org/download/pdf/Revista_Unifreire_122017.pdf) . Acesso em: 20 abr. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GAULEJAC, Vicente. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

HARACEMIV, Sonia Maria Chaves; SOEK, Ana Maria; MILEK, Emanuelle. Diversidade e Multiculturalismo: formação docente necessária à Educação de jovens e Adultos. **Dialogia**, São Paulo, n. 31, p. 155-164, jan. abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia&page=article&op=view&path%5B%5D=8675>. Acesso em: 30 jun. 2019.

HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFITEA VI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 355-397, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a13.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacionais e internacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217,

maio/ago. 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622015000200197&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622015000200197&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 16 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA. MEC. **Censo Escolar 2018**. Notas Estatísticas. Brasília, DF, jan. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf). Acesso em: 8 abr. 2020.

IRELAND, Timothy Denis. Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos. **Revista UNEB**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 14-28, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/241>. Acesso em: 18 nov. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. **Pesquisa em educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MANDREDI, Silvia Maria. Educação profissional. *In*: STRECK, Danilo R.; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 141-143.

PERES, José Augusto. **Introdução ao direito educacional**. João Pessoa: Micrográfica, 1991.

PINTO, José Marcelino Rezende. O financiamento da educação na constituição federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v39n145/1678-4626-es-es0101-73302018203235.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Fundeb na perspectiva do custo aluno qualidade. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2523>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Universidade de São Paulo, 2018.

REPULHO, Cleuza. **Proposta Político-Pedagógica do Município de Santo André**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2005.

RODRIGUES, Marly (coord.). **Tecendo Vivências**: A Educação de Jovens e Adultos, 1989-2016. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2016.

ROMÃO, José Eustáquio. Compromissos do educador de jovens e adultos. *In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 71-92.

SANTO ANDRÉ. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. Secretaria de Cultura e Turismo. Secretaria de Inclusão Social e Assistência Social. **Transições negadas, transições possíveis: um estudo sobre jovens de Santo André.** Santo André: PSA, 2015.

SANTO ANDRÉ. **Lei nº 9.723, de 20 de julho de 2015.** Plano Municipal de Educação. Santo André: Secretaria de Educação, 2016.

SANTOS, Vitalina Santana; JARDIM, Antônio Gomes (coord.). **Estação Gente: Educação Inclusiva – Educação de Jovens e Adultos,** Santo André, 1997 - 2000. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2000.

SANTOS, Vitalina Santana; SOUZA, Salete de Souza (coord.). **Estação Gente: Educação Inclusiva – Profissionalizante,** Santo André, 1997 - 2000. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2000.

SÃO PAULO. **Parecer nº 312, de 17 de abril de 1991.** Parecer sobre autorização do curso de educação de jovens e adultos ao nível de Suplência. Conselho Estadual de Educação.

Disponível em:

[http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1991/par\\_312\\_91\\_pro\\_4424\\_90\\_s\\_mari\\_c\\_cath\\_w\\_cat\\_h.pdf](http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1991/par_312_91_pro_4424_90_s_mari_c_cath_w_cat_h.pdf). Acesso em: 12 jun. 2020.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. Mudar é difícil, mas é possível e urgente: Um novo sentido para o projeto político-pedagógico da escola. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 33, p. 102–120, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24367>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita Cássia Silva. A formação do professor da Educação de Jovens e Adultos. **Dialogia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-84, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia>. Acesso em: 30 jun. 2019.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à educação nas constituições brasileiras. **Revista do curso de Direito**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 146-168, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/464>. Acesso em: 24 jun. 2019.

UNESCO. Recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos, 2015. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/27163/recomendacao-sobre-aprendizagem-e-educacao-de-adultos/>

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.



Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/749/725>. Acesso em: 24 jun. 2019.

WEFFORT, Francisco Correia. Educação e Política. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 1-26.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo  
da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluno:

1. Idade:

2. Sexo:

( ) masculino

( ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu:\_\_\_\_\_

4. Bairro onde mora atualmente:\_\_\_\_\_

5. Estado civil:

( ) solteiro

( ) casado

( ) divorciado(a)/separado(a)

( ) viúvo

6. Tem Filhos:

( ) sim - Quantos?\_\_\_\_\_

( ) não

7. Quantas pessoas moram com você?

( ) moro sozinho

( ) 1 a 3

( ) 4 a 6

( ) 7 a 9

( ) acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

( ) nenhuma

( ) 1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos

entre 14 e 18 anos

após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

atrapalhou meus estudos

possibilitou meus estudos

possibilitou meu crescimento pessoal

não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

não, nunca

sim, uma vez

sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

sim

não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

adquirir um emprego

conseguir um emprego melhor que o atual

adquirir e atualizar conhecimentos

desejo pessoal

incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

inexistência de vaga em escola pública

ausência de escola perto de casa

falta de interesse em estudar

dificuldade na aprendizagem ou reprovação

discriminação

problemas de saúde

mudança de município ou estado

outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?
26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?
27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?
28. Você se avalia como bom aluno? Explique.
29. Qual seu sonho?
30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?
31. Por que você faz parte deste movimento?
32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?
33. Que sugestões você tem para a EJA?
34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?
35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da  
EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluno: A

1. Idade: 16 anos

2. Sexo:

masculino

feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Santo André, São Paulo

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro João Ramalho

5. Estado civil:

solteiro

casado

divorciado/separado

viúvo

6. Tem Filhos:

sim - Quantos?

não

7. Quantas pessoas moram com você?

moro sozinho

1 a 3

4 a 6

7 a 9

acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

nenhuma

1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimo



14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Em Santo André, no centro, vendendo balas em semáforos, durante toda a semana.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- ( x ) antes dos 14 anos
- ( ) entre 14 e 18 anos
- ( ) após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- ( x ) atrapalhou meus estudos
- ( ) possibilitou meus estudos
- ( ) possibilitou meu crescimento pessoal
- ( ) não atrapalhou meus estudos

Precisava estar no semáforo nos horários de maior movimento de carros, o que impedia que eu assistisse as aulas integralmente.

21. Você já reprovou alguma vez?

- ( x ) não, nunca
- ( ) sim, uma vez
- ( ) sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- ( ) sim
- ( x ) não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- ( x ) adquirir um emprego
- ( ) conseguir um emprego melhor que o atual
- ( ) adquirir e atualizar conhecimentos
- ( ) desejo pessoal
- ( ) incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- ( ) inexistência de vaga em escola pública
- ( ) ausência de escola perto de casa
- ( x ) falta de interesse em estudar
- ( ) dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- ( ) discriminação

- ( ) problemas de saúde
- ( ) mudança de município ou estado
- ( x ) outro: trabalho

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Das carteiras enfileiradas e das paredes pintadas de verde. Das aulas vagas, dos professores gritando com os alunos, sentados na mesa sem fazer nada, mandando a gente resolver os exercícios dos livros.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Das aulas de inglês, porque é legal falar outra língua. A aula é divertida, a professora é muito legal, traz letras de música para gente ler e cantar em conjunto. Eu gosto muito.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Gosto de tudo. Aqui os professores não faltam, explicam a matéria e tiram as dúvidas. A gente ganha material e é respeitado.

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Não. Porque parei de estudar. Agora estou tentando não desistir e prestar atenção nas aulas. Faço as atividades, não reclamo, procuro participar e fazer as coisas.

29. Qual seu sonho?

Mudar de vida e ter um emprego.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não participo. Não ligo para essas coisas.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

As aulas têm pouco tempo de duração, principalmente a última. O mobiliário da merenda é pequeno para os adultos se sentarem, são mesas para as crianças, que estudam de dia. Não gosto

das aulas do FIC, porque não tem sentido pra mim, não vou ser auxiliar administrativo. Eu quero aprender coisas que tenha sentido na minha vida.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Ser oferecida refeição, porque venho direto do serviço e fico com muita fome. A merenda oferecida não é suficiente. Seria legal ter na escola atividades culturais que envolvesse música. Assistirmos palestras com profissionais, que falasse de vários assuntos atuais.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Eu tenho vontade, só não sei se vou conseguir, depende se vou ter emprego para pagar.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Que são todos legais, conversam, explicam a matéria, corrigem as atividades na lousa. É tranquilo.

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluno: B

1. Idade: 17 anos

2. Sexo:

masculino

feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Santo André, São Paulo

4. Bairro onde mora atualmente: Comunidade Cipreste

5. Estado civil:

solteiro

casado

divorciado/separado

viúvo

6. Tem Filhos:

sim - Quantos? \_\_\_\_\_

não

7. Quantas pessoas moram com você?

moro sozinho

1 a 3

4 a 6

7 a 9

acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

nenhuma

1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

Com venda de doces em semáforo, um “bico” de forma esporádica, porque preciso de dinheiro para comprar mercadoria.

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos

acima de 5 salários mínimos

A família recebe transferência direta de renda, por meio do Programa Bolsa Família do governo Federal.

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

nenhuma renda.

até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)

até 2 salários mínimos

de 3 a 4 salários mínimos

acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Nos arredores da escola, “bico” esporádico, na Vila Luzita em Santo André, próximo ao Terminal Rodoviário.

16. Em que você trabalha?

na indústria

na construção civil

no comércio

como funcionário público

prestação de serviço (autônomo)

trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

ajudar nas despesas de casa

sustentar minha família

independência

adquirir experiência

outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

até 10 horas

até 20 horas

- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos
- entre 14 e 18 anos
- após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- atrapalhou meus estudos
- possibilitou meus estudos
- possibilitou meu crescimento pessoal
- não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- não, nunca
- sim, uma vez
- sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- sim
- não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- adquirir um emprego
- conseguir um emprego melhor que o atual
- adquirir e atualizar conhecimentos
- desejo pessoal
- incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- inexistência de vaga em escola pública
- ausência de escola perto de casa



- ( ) falta de interesse em estudar
- ( x ) dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- ( ) discriminação
- ( ) problemas de saúde
- ( ) mudança de município ou estado
- ( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Levar bronca, ficar de castigo e ir para a diretoria, quase todos os dias.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

De fazer exercícios de matemática e contas com dinheiro. Porque é disso que eu preciso.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

De ler textos e escrever.

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Não, porque não gosto de estudar.

29. Qual seu sonho?

Ter uma casa grande, que não seja na favela, dinheiro, carro e moto.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

O horário que começa a aula, porque coincide com o horário de melhor venda de doces no semáforo. A merenda, porque eu gostaria de comer alguma coisa quente e saudável, como comida. Tomar leite com bolacha de noite não sustenta.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Ter aula de informática toda semana e usar a biblioteca da escola. Ter passeios de final de semana, para lugares da cidade. Poder entrar a qualquer hora para assistir as aulas.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Não tenho.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Eles são de “boa”. São educados, ensinam e não faltam.

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluna: C

1. Idade: 47 anos

2. Sexo:

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Andaraí, Bahia

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro Cata Preta

5. Estado civil:

( ) solteira

( x ) casada

( ) divorciada/separada

( ) viúva

6. Tem Filhos:

( x ) sim - Quantos? 4 filhos

( ) não

7. Quantas pessoas moram com você?

( ) mora sozinha

( ) 1 a 3

( x ) 4 a 6

( ) 7 a 9

( ) acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

( ) nenhuma

( x ) 1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Não trabalho.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos
- entre 14 e 18 anos
- após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- atrapalhou meus estudos
- possibilitou meus estudos
- possibilitou meu crescimento pessoal
- não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- não, nunca
- sim, uma vez
- sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- sim
- não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- adquirir um emprego
- conseguir um emprego melhor que o atual
- adquirir e atualizar conhecimentos
- desejo pessoal
- incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- inexistência de vaga em escola pública
- ausência de escola perto de casa
- falta de interesse em estudar
- dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- discriminação
- problemas de saúde

( ) mudança de município ou estado

( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Me lembro da hora do lanche, porque eu não tinha o que levar. As vezes, um colega dividia comigo. Mas na maioria das vezes, eu voltava para casa com fome. A escola era de pau a pique, quando chovia, entrava água por tudo. O chão era de terra e respingava barro nas pernas. Se caísse o caderno no chão, manchava tudo. A professora era de pouco riso. O negócio era dar lição.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Gosto de aprender, porque é uma satisfação muito grande saber as coisas. Me sinto importante, em estudar.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Eu gosto de tudo, a escola é muito boa. Aqui a gente recebe material escolar, tem livros, tem merenda, a escola é limpa, tem inspetor de aluno, que cuida dos jovens, tem diretora que trabalha de noite. Não tem do que reclamar.

28. Você se avalia como boa aluna? Explique.

Sim, me avalio. Porque realizo as atividades, mesmo com dificuldade. O importante é tentar e se esforçar para fazer. Se não consigo peço ajuda e os professores, sempre me auxiliam. Tem também algumas colegas que me ajudam.

29. Qual seu sonho?

Ver meus filhos casados e bem sucedidos na vida. Eles são tudo para mim. Se eles forem felizes eu também serei.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não. Gosto de cuidar da minha casa e da minha família. Essas coisas só dão confusão. Cada um tem que fazer o que sabe e isso não é para mim.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

As aulas são muito curtas, é tudo muito corrido, nem dá quase tempo de fazer as atividades. Tenho dificuldade de ler rápido e isso dificulta um pouco.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Usar a biblioteca mais vezes, para treinar a leitura e levar livros para casa. Usar luvas para entregar a bolacha na merenda, que fica tudo solta em uma bandeja grande. Servir o leite em embalagem individual, para cada aluno. Poder repetir quantas vezes quiser a merenda. Espelho no banheiro dos alunos. Não gosto das aulas do FIC, acho que podia ser opcional.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Não tenho, apenas quero ler melhor. Assim poderei ler a bíblia que tanto gosto e participar do culto. Ler bem e entender as coisas é meu maior sonho.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Eles são boas pessoas, vem trabalhar aqui, que é uma região pobre, com disposição. Tem professora que mora em São Paulo e vem de trem. Eles são muito esforçados e atenciosos. Gosto de todos. Me sinto querida e respeitada por eles. Gosto de ouvir os professores explicarem, eles falam devagar e repetem muitas vezes, se for preciso. A cada dia aprendo um pouco mais, graças a eles e a prefeitura que cuida dessa escola.



**APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da  
EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluno: D

1. Idade: 47 anos

2. Sexo:

masculino

feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: São Caetano do Sul, São Paulo

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro João Ramalho

5. Estado civil:

solteiro

casado

divorciado/separado

viúvo

6. Tem Filhos:

sim - Quantos? 2

não

7. Quantas pessoas moram com você?

moro sozinho

1 a 3

4 a 6

7 a 9

acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

nenhuma

1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Jardim Guarará em Santo André.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público (faço parte de um Programa da Prefeitura de Santo André com um contrato por 2 anos)
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- ( x ) antes dos 14 anos
- ( ) entre 14 e 18 anos
- ( ) após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- ( x ) atrapalhou meus estudos
- ( ) possibilitou meus estudos
- ( ) possibilitou meu crescimento pessoal
- ( ) não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- ( x ) não, nunca
- ( ) sim, uma vez
- ( ) sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- ( ) sim
- ( x ) não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- ( ) adquirir um emprego
- ( x ) conseguir um emprego melhor que o atual
- ( ) adquirir e atualizar conhecimentos
- ( ) desejo pessoal
- ( ) incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- ( ) inexistência de vaga em escola pública
- ( ) ausência de escola perto de casa
- ( ) falta de interesse em estudar
- ( ) dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- ( x ) discriminação
- ( ) problemas de saúde

( ) mudança de município ou estado

( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Me lembro de faltar muito, porque eu morava no local onde trabalhava e de nunca fazer o dever de casa. Meu primeiro emprego foi em uma oficina mecânica, com 8 anos, se tinha serviço eu ajudava o dono e por isso faltava da escola. Ele me deixava morar na oficina, porque minha casa era longe. Depois fui trabalhar na feira e o horário não dava certo de ir para a escola. Porque a feira começa bem cedo e vai até tarde, eu chegava em casa depois das 15 horas. Eu praticamente não estudei, não tive essa oportunidade. Por isso, que estou aqui na EJA e não vou desistir.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Gosto de participar de peça de teatro, como participei da peça do Meio Ambiente, que falava sobre reciclagem. Eu sei falar bem em público, não tenho vergonha, e consigo decorar as minhas falas com facilidade. Para falar eu sou muito bom. Até me candidatei para ser líder de sala, mas não fui escolhido, acho que por ter dificuldade com as lições. A discriminação está em toda a parte.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Eu fico chateado por não acompanhar algumas matérias, eu tenho dificuldade de ler e escrever, por isso fico atrasado nas lições. A aula termina, mas eu não terminei a lição.

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Não sou bom aluno, apesar de conversar bem, saber muitas coisas, fico sempre com lição atrasada. Tenho dificuldade para copiar. Por isso, fico atrasado em quase todas as lições. Mas não vou desistir. Já desisti muitas vezes.

29. Qual seu sonho?

Ter uma família. Morar todos juntos, sem briga, em uma casa boa. Ter dinheiro para comprar tudo que preciso.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

Eu preciso de óculos, porque tenho dificuldade de enxergar na lousa. Já fiz o teste na escola e agora estou esperando para ir ao médico e ganhar o óculos. Tenho dificuldade de acompanhar as matérias da aula. Tem muita informação e não consigo copiar tudo.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Ter palestra para os alunos sobre vários temas. Ter mais peça de teatro e outras atividades diferentes. Mudar a merenda, porque o leite é ruim. Ter Karaokê na escola, para as pessoas se divertirem um pouco.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Não tenho, não sou capaz, tenho muita dificuldade na EJA. Não vou tentar, porque não vou conseguir tirar boas notas.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Gosto de todos, são legais comigo, tem paciência e são atenciosos. Nunca tive problemas.

**APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da  
EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluno: E

1. Idade: 50 anos

2. Sexo:

masculino

feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Santa Luzia de Itanhy, Sergipe

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro Cata Preta

5. Estado civil:

solteiro

casado

divorciado/separado

viúvo

6. Tem Filhos:

sim - Quantos? 3 filhos

não

7. Quantas pessoas moram com você?

moro sozinho

1 a 3

4 a 6

7 a 9

acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

nenhuma

1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos



14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Em qualquer lugar em Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, onde tiver serviço eu vou.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos
- entre 14 e 18 anos
- após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- atrapalhou meus estudos
- possibilitou meus estudos
- possibilitou meu crescimento pessoal
- não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- não, nunca
- sim, uma vez
- sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- sim
- não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- adquirir um emprego
- conseguir um emprego melhor que o atual
- adquirir e atualizar conhecimentos
- desejo pessoal
- incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- inexistência de vaga em escola pública
- ausência de escola perto de casa
- falta de interesse em estudar
- dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- discriminação
- problemas de saúde
- mudança de município ou estado

( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Na minha sala de aula os alunos eram de séries diferentes, a professora dava tarefas diferentes conforme o conhecimento de cada aluno. Era uma escola com apenas 1 sala de aula. Muito simples e pobre. Todos moravam longe da escola, uns vinham de carroça, outros a pé, era meu caso. A professora tentava fazer a gente aprender, mas a maioria não aprendia a ler e a escrever bem. Quase todos tinham dificuldades financeiras. Meus irmãos também foram para a escola, apenas um aprendeu rápido e as vezes ajudava um pouco os demais. Mas tinha que trabalhar na roça e ficava muito cansado. O calor judia do povo da roça.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Gosto de tudo! Da limpeza, da mobília, dos professores, do material que a gente ganha, das atividades, está tudo ótimo.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Não tenho reclamação, como disse está tudo ótimo. A escola da prefeitura é muito boa, não se compara com as escolas da rede estadual. Aqui não tem uma janela quebrada, é tudo em ordem. Reclamar do quê?

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Eu me acho um bom aluno. A vida foi dura comigo e com toda minha família. Não tinha escola perto da minha casa, por isso estudei pouco. Quando criança ajudava meu pai no plantio de milho e feijão. Quando fiquei moço vim pra São Paulo para trabalhar e depois voltei a estudar. Eu sou esforçado e quero aprender. Não me importo com diploma, mas com o meu conhecimento. Saber falar, ler, escrever e fazer contas é muito importante. Eu sou autônomo e preciso ser esperto, tem gente malandra por aí, que tenta enganar os trabalhadores. Por isso que tenho que estudar.

29. Qual seu sonho?

Ver meus filhos formados, com uma vida diferente da minha. A maior felicidade de um pai é ver seus filhos mais sabidos que ele. Com um bom trabalho, casa e carro.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não tenho tempo e nem interesse.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

Às vezes estou muito cansado, porque o serviço de pedreiro é pesado e se tem sol piora. Mas gosto da escola, me sinto bem.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Está tudo ótimo desse jeito. Tudo é organizado, ganhamos material, tem merenda, os professores são atenciosos e a escola é perto da minha casa.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Não sei, ainda.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Eles são ótimos, ouvem as nossas dúvidas com atenção, explicam quantas vezes for preciso, até o aluno aprender. Eles percebem quando você não está bem e conversam, oferecendo ajuda. Eles são ótimos.

**APÊNDICE G – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluna: F

1. Idade: 53 anos

2. Sexo:

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Baixa Grande, Bahia

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro João Ramalho

5. Estado civil:

( x ) solteira

( ) casada

( ) divorciada/separada

( ) viúva

6. Tem Filhos:

( x ) sim - Quantos? 1 filha

( ) não

7. Quantas pessoas moram com você?

( ) mora sozinha

( x ) 1 a 3

( ) 4 a 6

( ) 7 a 9

( ) acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

( ) nenhuma

( ) 1 pessoa

2 pessoas

3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

alugada

cedida

invadida

própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

EF I

EF II

EM

Ensino Superior

outros: analfabeto

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

EF I

EF II

EM

Ensino Superior

outros: analfabeto

12. Você trabalha atualmente?

sim

não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

nenhuma renda.

até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)

até 2 salários mínimos

de 3 a 4 salários mínimos

acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Na cidade de Santo André, no centro.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

Ela é diarista, trabalha 1 ou 2 dias na semana.

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- ( x ) antes dos 14 anos
- ( ) entre 14 e 18 anos
- ( ) após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- ( x ) atrapalhou meus estudos
- ( ) possibilitou meus estudos
- ( ) possibilitou meu crescimento pessoal
- ( ) não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- ( ) não, nunca
- ( ) sim, uma vez
- ( x ) sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- ( ) sim
- ( x ) não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- ( ) adquirir um emprego
- ( x ) conseguir um emprego melhor que o atual
- ( ) adquirir e atualizar conhecimentos
- ( ) desejo pessoal
- ( ) incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- ( ) inexistência de vaga em escola pública
- ( ) ausência de escola perto de casa
- ( ) falta de interesse em estudar
- ( x ) dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- ( ) discriminação



- ( ) problemas de saúde
- ( ) mudança de município ou estado
- ( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Me lembro de não ter material e a professora me dar um lápis e um caderno usado. Ela era boazinha, mas não lembro do nome dela. Eu me lembro que meu irmão me ajudava a fazer as lições de casa. Eu levava para casa, porque não conseguia terminar na escola. No meu caderno, as lições eram tudo misturado e eu tinha que economizar o lápis, porque só tinha um. A gente se sentava um atrás do outro, igual hoje.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Eu gosto de conversar com as pessoas, porque sou muito sozinha. Na minha casa sou eu e minha filha, que trabalha e estuda, então fico sem ter com quem conversar. Eu gosto de aprender coisas novas. Porque assim a cabeça fica ocupada.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Eu gosto de tudo. A escola é grande e bonita, tem painéis com atividades das crianças e dos adultos, da aula de Artes.

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Eu acho que sou boa aluna, porque faço as atividades na sala e faço em casa, quando a professora manda. Presto atenção em todas as aulas e cumpro minhas obrigações. Converso bastante, mas quando pode, na merenda, antes de começar a aula e na saída.

29. Qual seu sonho?

Ter uma casa e não pagar mais aluguel, ver minha filha casada e com casa própria. Nossa vida não é fácil, porque pagamos aluguel e sobra pouco dinheiro para comprar as coisas. Minha filha trabalha em loja e precisa se vestir bem, o que custa caro. Eu, às vezes, ganho roupa das minhas patroas, o que ajuda muito.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não. Não gosto dessas coisas.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

Não tenho dificuldades, eu gosto muito de tudo. Eu me acostumo com tudo.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Está tudo muito bom! Não tenho sugestões.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Eu tenho, gostaria de estudar até o Ensino Médio. Para minha idade já está bom. A faculdade é cara e não vou ter dinheiro para pagar.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Eles são maravilhosos, adoro todos, nunca discuti com nenhum professor. O que eles preparam de aula eu gosto e aprendo, porque sei poucas coisas. Estudar é bom e eu preciso.

**APÊNDICE H – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluna: G

1. Idade: 56 anos

2. Sexo:

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Jacaraci, Bahia

4. Bairro onde mora atualmente: Jardim Irene

5. Estado civil:

( ) solteira

( x ) casada

( ) divorciada/separada

( ) viúva

6. Tem Filhos:

( x ) sim - Quantos? 3 filhos

( ) não

7. Quantas pessoas moram com você?

( ) mora sozinha

( x ) 1 a 3

( ) 4 a 6

( ) 7 a 9

( ) acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

( ) nenhuma

( ) 1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeta

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Bairro Jardim Irene, na própria casa.

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo)
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- ( x ) antes dos 14 anos
- ( ) entre 14 e 18 anos
- ( ) após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- ( x ) atrapalhou meus estudos
- ( ) possibilitou meus estudos
- ( ) possibilitou meu crescimento pessoal
- ( ) não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- ( x ) não, nunca
- ( ) sim, uma vez
- ( ) sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- ( x ) sim
- ( ) não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- ( ) adquirir um emprego
- ( ) conseguir um emprego melhor que o atual
- ( ) adquirir e atualizar conhecimentos
- ( x ) desejo pessoal
- ( ) incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- ( ) inexistência de vaga em escola pública
- ( x ) ausência de escola perto de casa
- ( ) falta de interesse em estudar
- ( ) dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- ( ) discriminação
- ( ) problemas de saúde

( ) mudança de município ou estado

( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

A sala de aula era bem pequena com poucas carteiras, os alunos tinham que revezar para sentar. A professora era muito brava e rígida. O que ela falava era lei. Não tinha diretoria, sala dos professores, só tinha duas salas e um banheiro. A gente se sentava em duas pessoas por carteira. Era ruim, porque era a professora quem determina quem sentava e a companhia nem sempre era boa. Mas tinha que se sentar e ficar quieta. Os inteligentes da sala eram os queridinhos da professora.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Gosto dos professores, eles são muito legais. Atenciosos e alegres. Eu já fui aluna da EJA, em outra escola de Santo André, na época tinha uns professores que não dava para aguentar. Estavam sempre de cara feia, contra o mundo. Não tinham paciência com os alunos, aí fiquei desgostosa e acabei desistindo.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Não tenho nada para reclamar. Sempre sou muito bem tratada.

28. Você se avalia como bom aluno? Explique.

Eu sou boa aluna, sei ler e fazer contas. Sou batalhadora, junto com meu marido, nós construímos nosso sobrado, que é muito grande. Em baixo eu tenho a loja e moro em cima. Tenho carro e dirijo. Meu marido só trabalha, tudo sou eu que faço e dou conta.

29. Qual seu sonho?

Voltar para a minha cidade na Bahia. Lá eu tenho muitos parentes, é calor, o ar é melhor, não tem poluição, não tem bandidagem. Aqui a casa da gente é cheia de grade, não se pode nem conversar na calçada de noite.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não. Sou ocupada.

31. Por que você faz parte deste movimento?

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

Eu assumo muitas tarefas, cuidado da minha casa sozinha, do comércio, faço as compras para o abastecimento, ajudo a criar meus netos, vou no banco pagar as contas, vou na igreja, ajudo o pastor e estudo. Minha vida é bastante corrida e agitada. Por isso eu não tenho tempo de estudar em casa. As vezes os professores dão trabalho para nota e é difícil pra eu fazer e não tenho ninguém para pedir ajuda.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Separar os alunos por idade, porque tem uns jovens que não respeitam os mais velhos, falam demais e atrapalham a aula. Do resto está tudo bom, os professores dão as aulas e nos aprendemos.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Eu quero apenas me formar aqui. Depois vou parar. O barulho que esses jovens fazem me atrapalha a entender as coisas. Fica difícil.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Adoro todos, são atenciosos e bonzinhos. Tem alunos jovens que tem problema com os professores, mas eu não. Eu reconheço o bem que eles fazem pra gente. Porque ter uma oportunidade como essa é muito bom. É preciso ser grata, pelas coisas da vida. Esses jovens que vem para a escola só para bagunçar, ainda vão se arrepender. Porque emprego não está fácil, para ninguém, até para quem tem estudo, imagina para eles amanhã.



**APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educandos do 1º termo da  
EJA II, no 2º semestre de 2019**

Aluna: H

1. Idade: 59 anos

2. Sexo:

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: União dos Palmares, Alagoas

4. Bairro onde mora atualmente: Bairro João Ramalho

5. Estado civil:

( ) solteira

( ) casada

( ) divorciada/separada

( x ) viúva

6. Tem Filhos:

( x ) sim - Quantos? 3 filhos

( ) não

7. Quantas pessoas moram com você?

( x ) mora sozinha

( ) 1 a 3

( ) 4 a 6

( ) 7 a 9

( ) acima de 10

8. Quantas pessoas tem renda na sua casa?

( ) nenhuma

( x ) 1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas ou mais

9. A casa onde você mora é:

- alugada
- cedida
- invadida
- própria

10. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

11. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- EF I
- EF II
- EM
- Ensino Superior
- outros: analfabeto

12. Você trabalha atualmente?

- sim
- não

13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- nenhuma renda.
- até 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- até 2 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- acima de 5 salários mínimos

15. Em que cidade/bairro você trabalha?

Na própria casa, no bairro João Ramalho

16. Em que você trabalha?

- na indústria
- na construção civil
- no comércio
- como funcionário público
- prestação de serviço (autônomo) Faço salgados, doces, bolos, costuro e vendo algumas coisas.
- trabalho informal (bico)

17. Qual o motivo que te levou a trabalhar?

- ajudar nas despesas de casa
- sustentar minha família
- independência
- adquirir experiência
- outro motivo: \_\_\_\_\_

18. Quantas horas semanais você trabalha?

- até 10 horas
- até 20 horas
- até 30 horas
- até 40 horas
- mais de 40 horas

19. Com que idade você começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos
- entre 14 e 18 anos
- após 18 anos

20. Como você avalia estudar e trabalhar?

- atrapalhou meus estudos
- possibilitou meus estudos
- possibilitou meu crescimento pessoal
- não atrapalhou meus estudos

21. Você já reprovou alguma vez?

- não, nunca
- sim, uma vez
- sim, mais de uma vez

22. Você já estudou na EJA em algum momento?

- sim
- não

23. Qual principal motivo que te levou a voltar aos estudos?

- adquirir um emprego
- conseguir um emprego melhor que o atual
- adquirir e atualizar conhecimentos
- desejo pessoal
- incentivo de familiares

24. Qual o maior motivo que te levou a interromper os estudos?

- inexistência de vaga em escola pública
- ausência de escola perto de casa
- falta de interesse em estudar
- dificuldade na aprendizagem ou reprovação
- discriminação

- ( ) problemas de saúde
- ( ) mudança de município ou estado
- ( ) outro: \_\_\_\_\_

25. Qual sua lembrança mais marcante da escola?

Minha professora era muito rigorosa e batia nos alunos que não conseguiam fazer a lição, com uma régua de madeira. A escola era pequena, tinha um banheiro para todos e a hora do lanche nós ficávamos do lado de fora, não tinha pátio. A lousa era bem pequena, por isso mal dava tempo de copiar a lição, que a professora logo apagava. Na minha sala tinha menos de 20 alunos. Eu nunca usei livro na escola, a professora que escrevia tudo na lousa.

26. O que você mais gosta na escola, atualmente? Por quê?

Gosto de aprender e conversar com as pessoas. Porque é muito bom, fico feliz. Acho o estudo uma coisa muita importante, que todas as pessoas deveriam ter.

27. O que você não gosta da escola, atualmente? Por quê?

Gosto de tudo. Já estudei em outra escola de EJA em São Paulo, mas essa é melhor, as pessoas são educadas e tudo é organizado e limpinho. Eu adoro aqui, sinto falta de vir pra escola nos finais de semana e nas férias.

28. Você se avalia como boa aluna? Explique.

Sim, acho que sou, porque me esforço, mas tenho dificuldade. Quando eu era pequena era muito tímida, não conversava na escola, também nem podia. Tinha muitas dúvidas, mas não tinha coragem de perguntar. Eu fui a primeira da minha casa a ir para a escola. Era um pouco longe, mas dava para ir andando. Meus pais tinham orgulho de eu frequentar a escola, mas era difícil. Em casa ninguém podia me ajudar, porque ninguém sabia. Com o tempo desisti.

29. Qual seu sonho?

Ter um diploma da escola. Não consegui de pequena, mas nunca é tarde. Minha filha já tem diploma e eu vou ter também.

30. Você participa de alguma Associação, Conselho ou Sindicato? De que forma?

Não. Não tenho tempo, essas coisas exigem dedicação e eu não posso. Faço muitas coisas pra ganhar dinheiro e pagar as contas. Isso vem em primeiro lugar.

31. Por que você faz parte deste movimento?

-

32. Quais as dificuldades que você percebe em estudar na EJA?

Os jovens na sala falam demais e não respeitam os mais velhos.  
As conversas avulsas atrapalham.

33. Que sugestões você tem para a EJA?

Separar os jovens dos mais velhos.

Trabalho em grupo em sala de aula, para um ajudar o outro.

Mais aulas.

34. Você tem interesse em cursar o EM e uma faculdade?

Não tenho, mas quero um diploma desta escola. Já pensei sobre isso, as escolas que têm EM são longe da minha casa, se eu for estudar, vou chegar em casa muito tarde da noite. Melhor não, porque onde eu moro é perigoso.

35. O que você tem a dizer sobre os educadores da EJA?

Eles têm carinho pelos alunos e escutam nossas dúvidas. Não faltam, nem quando chove. Acho que dão pouca prova. Na maioria das vezes são trabalhos, que fica difícil eu fazer, porque trabalho muito. Conversam muito com os jovens, isso é dar “mole” para eles. Tinham que ser mais bravos, enérgicos com esses meninos, que não querem saber de responsabilidade.

**APÊNDICE J – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educador:

1. Idade:

2. Sexo

( ) masculino

( ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu:

4. Estado civil

( ) casado

( ) solteiro

( ) divorciado/separado

( ) viúvo

5. Tem Filhos

( ) sim Quantos? \_\_\_\_\_

( ) não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

( ) até 10 horas

( ) até 20 horas

( ) até 30 horas

( ) até 40 horas

( ) mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

( ) sim – privada ( ) pública ( )

( ) não

Em qual modalidade? \_\_\_\_\_

8. Quanto tempo atua como educador?

- até de 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

11. Qual o papel da EJA?

12. Qual foi a sua primeira experiência como educador?

13. Sua formação acadêmica:

- magistério
- pedagogia
- licenciatura: \_\_\_\_\_
- especialização: \_\_\_\_\_
- outros \_\_\_\_\_

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública
- privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

16. Como você age ao receber um novo educando?

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?



18. Como você avalia seu educando?
19. Como você atualiza seus conhecimentos?
20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?
21. O que vocêalaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?
22. Quais os desafios de atuar na EJA?
23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?
24. Quais sugestões você tem para a EJA?

**APÊNDICE K – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educadora: A

1. Idade: 60 anos

2. Sexo

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: São Paulo, São Paulo

4. Estado civil

( x ) casada

( ) solteira

( ) divorciada/separada

( ) viúva

5. Tem Filhos

( x ) sim Quantos? 3

( ) não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

( ) até 10 horas

( ) até 20 horas

( ) até 30 horas

( ) até 40 horas

( x ) mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

( x ) sim – privada ( ) pública ( x )

( ) não

Em qual modalidade? Ensino Médio

8. Quanto tempo atua como educador?

- até de 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo? 6 anos
- não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

Porque gosto de trabalhar com jovens e adultos, me identifico com essa parcela. Sinto prazer em estar com esse público.

11. Qual o papel da EJA?

Acredito que seja minimizar as perdas que eles sofreram e sofrem até os dias de hoje, por não terem estudado na idade certa. É muito difícil e duro viver em uma sociedade que valoriza o conhecimento formal. Eles necessitam muito de conhecimentos e de oportunidades de trabalho.

12. Qual foi a sua primeira experiência como educador?

Eu iniciei na rede pública estadual como professora do EF II e percebi minha preferência para trabalhar com os mais velhos.

13. Sua formação acadêmica:

- magistério
- pedagogia
- licenciatura: Letras
- especialização: Literatura e EJA
- outros \_\_\_\_\_

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública
- privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

Tenho muitas. Mas a que mais tenho saudade era dos uniformes que usávamos, que era uma saia plissada, camisa, meias e sapato. A escola tinha um perfil mais sério e que valorizava mais o conhecimento. As tarefas eram feitas por todos, os professores eram muito respeitados e tinham um bom salário. Uma outra época.

16. Como você age ao receber um novo educando?

Procuo ser gentil, faço brincadeiras para quebrar a dificuldade e a vergonha de quem chega, procuro ser extrovertida e o mais agradável possível, para ele gostar e ter uma primeira impressão agradável.

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Eu proponho a leitura de diversos portadores textuais, a interpretação e a escrita. Também fazemos algumas pesquisas quando o assunto é a regionalidade e a cultura brasileira, que é muito rica e diversificada.

18. Como você avalia seu educando?

Avalio pela participação em sala de aula e se ele realiza as atividades propostas. Quanto as dificuldades procuro sempre ajudar para que eles superem essa fragilidade.

19. Como você atualiza seus conhecimentos?

Participo de congressos realizados pela PSA e leio alguns temas que são importantes para meu trabalho.

20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?

Que ele precisa voltar, a escola é muito importante para eles.

21. O que você falaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu o incentivaria a continuar, porque todos temos problemas e precisamos superá-los, as vezes é de ordem de saúde, familiar, financeira e de estudo, independente de qual seja, precisamos continuar tentando.

22. Quais os desafios de atuar na EJA?

Não tenho dificuldades com a EJA, mas tenho questões de saúde que me levam a faltar em algumas ocasiões, para tratamento, pois tenho baixa imunidade.

23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?

Tudo que aprendemos na vida é válido. É uma oportunidade de conhecer pessoas, de aprender e de se atualizar. Assim, aqueles que precisam de trabalho terão mais chances.

24. Quais sugestões você tem para a EJA?

A diminuição do trabalho burocrático, nós preenchemos muita documentação pedagógica. E quando precisamos entregar comprovantes para a PSA é muito fragmentado e trabalhoso, o que, a meu ver prejudica o funcionalismo público.

**APÊNDICE L – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educadora: B

1. Idade: 38 anos

2. Sexo

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: São Bernardo do Campo, São Paulo

4. Estado civil

( x ) casada

( ) solteira

( ) divorciada/separada

( ) viúva

5. Tem Filhos

( x ) sim Quantos? 1 filho

( ) não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

( ) até 10 horas

( ) até 20 horas

( ) até 30 horas

( ) até 40 horas

( x ) mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

( x ) sim – privada ( x ) pública ( x )

( ) não

Em qual modalidade? EF II

8. Quanto tempo atua como educadora?

- até de 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo?
- não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

Para ampliar minha carga horária e completar a necessidade financeira.

11. Qual o papel da EJA?

Possibilitar que os alunos terminem seus estudos, para satisfação pessoal ou necessidade de trabalho.

12. Qual foi a sua primeira experiência como educadora?

Como professora do EF II, ministrando aulas de inglês.

13. Sua formação acadêmica:

- magistério
- pedagogia
- licenciatura: Letras e Inglês
- especialização: Psicopedagogia
- outros: mestrado em Linguística

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública
- privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

Eu me lembro que adorava ir à escola, era uma boa aluna, caprichosa e zelosa com meus materiais. As professoras sempre faziam elogios a meu respeito para minha mãe, foi um tempo muito bom, talvez seja por esse motivo que me tornei professora.

16. Como você age ao receber um novo educando?

Eu converso e faço com ele um resgate de sua vida, onde nasceu, como veio morar neste bairro, como foi seu percurso escolar, assim começamos a estabelecer um vínculo.

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Como sou professora de inglês utilizo xerox para entregar o conteúdo das aulas, assim agiliza o trabalho. Gosto de utilizar letras de música e pequenos textos, para eles terem acesso a escrita da língua inglesa, a tradução e a pronúncia. Eles aceitam bem a proposta e não tenho alunos que se recusam.

18. Como você avalia seu educando?

Eu costumo dar trabalhos e provas.

19. Como você atualiza seus conhecimentos?

Eu gosto de participar de todas as palestras e cursos oferecidos pelas redes, porque contribui também na pontuação, assim aprendo um pouco mais e melhora a minha classificação para a escolha das aulas.

20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?

Me dá tristeza, porque tudo o que fazemos tem implicações na vida.

21. O que você falaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu o orientaria e incentivaria a permanecer, o traria para a realidade, de que é preciso esforço para superar nossas dificuldades. O estudo é algo pessoal que ninguém tira de você, mas precisa de dedicação, para poder aproveitar as chances da vida.

22. Quais os desafios de atuar na EJA?

A faixa etária dos alunos, porque são muito diferentes os interesses dos jovens em relações aos interesses dos alunos mais velhos. Muito conflito de gerações em sala de aula, o que dificulta a



aula, porque enquanto uns querem aprender outros querem conversar. Todo barulho a mais do normal atrapalha os mais velhos a desenvolver as atividades propostas.

23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?

Eles podem recuperar o tempo de escola, que não puderam realizar, tem contato com outras pessoas, porque o vínculo social é muito importante e assim aprender um pouco mais. Os professores dessa escola são ótimos, se preocupam com os alunos e dão atenção, acolhem.

24. Quais sugestões você tem para a EJA?

Eu tenho algumas como: a redução do número de alunos por sala, a diminuição do burocrático, porque a parte humana é mais importante, a falta de atenção leva a evasão escolar dos alunos, a divisão por blocos, em faixa etária e, trabalhar com projetos, ao invés das disciplinas, para dar mais sentido as aulas.

**APÊNDICE M – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educadora: C

1. Idade: 31 anos

2. Sexo

( ) masculino

( x ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Osasco, São Paulo

4. Estado civil

( x ) casada

( ) solteira

( ) divorciada/separada

( ) viúva

5. Tem Filhos

( ) sim Quantos? \_\_\_\_\_

( x ) não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

( ) até 10 horas

( ) até 20 horas

( ) até 30 horas

( ) até 40 horas

( x ) mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

( x ) sim – privada ( ) pública ( x )

( ) não

Em qual modalidade? Ensino fundamental I

8. Quanto tempo atua como educador?

- até de 5 anos  
 até 10 anos  
 até 15 anos  
 até 20 anos  
 mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo? \_\_\_\_\_  
 não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

Porque foi a oportunidade que tive de ampliar a carga horária.

11. Qual o papel da EJA?

Proporcionar aos adultos e jovens a oportunidade de estudo e certificação.

12. Qual foi a sua primeira experiência como educador?

Foi no EF I.

13. Sua formação acadêmica:

- magistério  
 pedagogia  
 licenciatura: \_\_\_\_\_  
 especialização: Libras  
 outros \_\_\_\_\_

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública  
 privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

Tenho boas lembranças porque tive muitos amigos. Meu percurso escolar foi tranquilo.

16. Como você age ao receber um novo educando?

Eu converso bastante e procuro acolher os alunos. Procuro ter uma relação mais íntima com os adultos do que com as crianças, para construir um elo de confiança, porque eles são muito carentes de atenção.

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Proponho atividades de resgate do passado e da realidade do cotidiano.

18. Como você avalia seu educando?

No processo das rotinas, na comunicação, na frequência e no empenho de realizar as atividades propostas.

19. Como você atualiza seus conhecimentos?

Participo de todas as atividades propostas pela rede, para atualizar meus conhecimentos, busco informações e atualidades na internet, leio alguns livros e sempre busco aprender coisas novas.

20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?

Fico muito chateada, porque eles têm muita dificuldade, é difícil para eles terem disposição de vir e ainda ter bom rendimento na escola. Tudo são escolhas e precisamos incentivá-los a ficar.

21. O que você falaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu incentivaria dizendo que tudo o que aprendemos usamos na vida, somos a soma de tudo o que fazemos e sabemos.

22. Quais os desafios de atuar na EJA?

A seriação, a desvalorização dos próprios alunos e da sua condição de vida, eles têm baixa autoestima o que dificulta muito o nosso trabalho, são carentes e inseguros, tem medo de tentar e serem repreendidos nas respostas. Pouco perguntam, e não se expõem, alguns tem dificuldade de memorização e de verbalizar o que entenderam.

23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?

Mudar o modo de ver as coisas e de se relacionar com as pessoas e com a vida.

24. Quais sugestões você tem para a EJA?

Ter um olhar diferenciado para os professores da EJA e também para os alunos com inclusões, que nas salas de aula além do professor tenha outro profissional de apoio, flexibilização do horário de entrada e saída dos alunos, que a merenda seja uma refeição e com horário diferenciado, podendo ser na entrada das aulas, pensando no aluno trabalhador e que a educação tem que ser pensada para ser auto formativa.

**APÊNDICE N – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educador: D

1. Idade: 30 anos

2. Sexo

masculino

feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: São Caetano do Sul, São Paulo

4. Estado civil

casado

solteiro

divorciado/separado

viúvo

5. Tem Filhos

sim Quantos? \_\_\_\_\_

não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

até 10 horas

até 20 horas

até 30 horas

até 40 horas

mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

sim – privada  pública

não

Em qual modalidade? Ensino Fundamental I e II

8. Quanto tempo atua como educador?

- até de 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo? 4 anos
- não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

Para ampliar a minha carga horário e poder trabalhar de noite.

11. Qual o papel da EJA?

Proporcionar uma certificação para os alunos.

12. Qual foi a sua primeira experiência como educador?

Foi no EF II, com aulas de artes.

13. Sua formação acadêmica:

- magistério
- pedagogia
- licenciatura: Educação Artística
- especialização: História da arte e EJA
- outros \_\_\_\_\_

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública
- privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

Eu fui bom aluno, sempre gostei de desenhar e era bastante dedicado.

16. Como você age ao receber um novo educando?

Eu me apresento e explico a dinâmica das aulas para inseri-lo na sala.

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Eu promovo atividades práticas e gosto muito de valorizar e expor as produções dos alunos, que são individuais e em grupo, eles se sentem valorizados e as produções dão muito orgulho.

18. Como você avalia seu educando?

No processo de produção, participação das aulas e frequência do aluno.

19. Como você atualiza seus conhecimentos?

Participo das formações das duas redes, em horário de trabalho.

20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?

Me entristece bastante, porque não conseguiram finalizar o EF.

21. O que você falaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu conversaria e tentaria descobrir o motivo, para poder auxiliar e convencê-lo a não desanimar, mostrando que sempre há saídas, conversaria com os outros professores, para fazerem o mesmo e para dar incentivo, proporcionando outras estratégias de estudo com esse aluno.

22. Quais os desafios de atuar na EJA?

A falta de estrutura da escola para perceber as especificidades da modalidade. A não flexibilidade de horário para o aluno trabalhador, as disciplinas fragmentadas, a falta de espaços diversificados, falta de equipamentos como tablets e Datashow nas salas de aula, passeios e atividades extras curriculares, conflito de gerações, curto espaço de tempo para as aulas que exigem produções e reflexões e a pequena utilização dos laboratórios de informática.

23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?

Descobrir novos saberes, porque favorece a visão diferenciada do aluno sobre os fatos e acontecimentos, possibilitando um novo olhar e uma reflexão para a mudança da vida.



24. Quais sugestões você tem para a EJA?

Uso de sala ambiente e mais flexibilidade para o aluno trabalhador.

**APÊNDICE O – Roteiro de entrevista semiestruturada com os educadores do 1º termo da EJA II, no 2º semestre de 2019**

Educador: E

1. Idade: 30 anos

2. Sexo

( x ) masculino

( ) feminino

3. Cidade/Estado onde nasceu: Santo André, São Paulo

4. Estado civil

( x ) casado

( ) solteiro

( ) divorciado/separado

( ) viúvo

5. Tem Filhos

( x ) sim Quantos? 1 filho

( ) não

6. Quantas horas semanais você trabalha?

( ) até 10 horas

( ) até 20 horas

( ) até 30 horas

( ) até 40 horas

( x ) mais de 40 horas

7. Você leciona em outra escola?

( x ) sim – privada ( ) pública ( x )

( ) não

Em qual modalidade? EF II

8. Quanto tempo atua como educador?

- até de 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

9. Você já ministrou aulas na EJA em outros momentos?

- sim Há quanto tempo? 6 anos
- não

10. Porque optou em lecionar na EJA?

Para completar minha renda financeira.

11. Qual o papel da EJA?

Possibilitar o estudo para quem não pode frequentar a escola ou não teve bom rendimento e foi reprovado, desistindo de estudar.

12. Qual foi a sua primeira experiência como educador?

Na rede pública com o EF II.

13. Sua formação acadêmica:

- magistério
- pedagogia
- licenciatura: Matemática
- especialização: EJA e Documentação do Ensino Superior
- outros \_\_\_\_\_

14. Em que instituição você fez sua graduação?

- pública
- privada

15. Quais são suas lembranças da escola?

Fui um aluno que sempre tirei boas notas, tinha muita facilidade de entender as matérias.

16. Como você age ao receber um novo educando?

Sempre dou boas vindas, apresento o aluno para a sala, elogio e incentivo para que ele permaneça na escola até finalizar o estudo.

17. Em seu planejamento, quais são as atividades propostas para os educandos?

Eu disponibilizo muitos exercícios para os alunos realizarem na aula e em casa. Utilizo xerox para dar aos alunos mais tempo de resolução, permito que eles se auxiliem e realizem as atividades em grupo, explico na lousa e individualmente.

18. Como você avalia seu educando?

Pelos resultados e frequências que ele apresenta.

19. Como você atualiza seus conhecimentos?

Participo em horário de trabalho das formações.

20. Quais pensamentos lhe ocorrem quando um educando abandona a EJA?

Sinto tristeza, mas cada uma faz suas escolhas, porque eles têm responsabilidades com a famílias e com eles mesmos.

21. O que você falaria para um educando se soubesse a intenção dele abandonar os estudos?

Eu chamaria para conversar e refletir sobre as consequências das suas escolhas.

22. Quais os desafios de atuar na EJA?

As turmas são muito heterogêneas com diferenças de idade e expectativas e a diminuição das aulas da área de humanas em decorrência das aulas do profissionalizante.

23. Qual a contribuição que a EJA oportuniza aos educandos?

Ela possibilita parâmetros de análise e contextualização, para se discutir o que acontece na vida e na política, porque a falta de informação silencia as pessoas. A escola possibilita a discussão e a pesquisa.

24. Quais sugestões você tem para a EJA?

Uma melhor alimentação para os alunos, pois muitos veem para a escola direto do trabalho, flexibilização do horário das aulas, mais pesquisas para indicar os interesses e necessidades dos alunos, maior interação com o mercado de trabalho, organizar as aulas em módulos, pois a seriação limita as ações e pesquisa que indique os resultados práticos do curso profissionalizante oportunizado aos alunos.

## **APENDICE P – Guia prático de serviços do Município de Santo André**

Esse pequeno guia prático de serviços essenciais tem a intenção de contribuir com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, dando suporte de informações e orientações sobre serviços gratuitos oportunizados na cidade, com a descrição sobre o atendimento oferecido, endereço e horário, viabilizando o conhecimento e o acesso aos mecanismos de garantia e proteção de direitos.

### **TELEFONES ÚTEIS**

**Bombeiro** 193

**Defesa Civil** 199

**DST** (Departamento de Segurança de Trânsito) 0800 770 31 94

**EMTU** (Empresa Metropolitana de Transportes) 0800 724 05 55

**Guarda Civil Municipal** (11) 4421-6494

**Polícia** 190

**Prefeitura de Santo André** 0800 19 19 44

**SAMU** 192

**TERSA** (Terminal Rodoviário de Santo André) (11) 3506 4900

### **SEÇÃO: AMPARO LEGAL**

#### **10º Batalhão de Polícia Militar de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Alameda São Caetano, nº 903, Bairro Campestre, Santo André

Telefone: (11) 4421 0988

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: 24 horas

#### **Câmara Municipal de Santo André**

Serviços: Elaboração de leis municipais e controle da administração local

Endereço: Praça IV Centenário, nº 2, Centro, Santo André

Telefone: (11) 3429 5800

Website: <http://www.cmsandre.sp.gov.br>

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 8h às 17h

### **Conselho Tutelar I**

Serviço: Órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente

Endereço: Rua Coronel Abílio Soares, nº 573, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4990 4358

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 8h às 17h

### **Conselho Tutelar II**

Serviço: Órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente

Endereço: Rua Sebastião Pereira, nº 39, Vila Vitória, Santo André

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 8h às 17h

### **Conselho Tutelar III**

Serviço: Órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente

Endereço: Rua Prof. José Franco, nº 99, Vila Curuçá, Santo André

Telefone: (11) 4997 9858

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 8h às 17h

### **Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Santo André**

Serviços: Orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos

Endereço: Rua Senador Flaquer, nº 922, Centro, Santo André

Telefone: 0800 773 4340

Website: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3092>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

### **Delegacia de Defesa da Mulher**

Serviços: Atendimento à mulher em situação de risco e agressão

Endereço: Rua Laura, nº 452, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4432 2379

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 9h às 18h

**Delegacia Geral de Polícia de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua Xavier de Toledo, nº 48, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4438 1133

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: 24 horas

**6º Departamento de Polícia de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua Sigma, nº 300, Vila Mazzei, Santo André

Telefone: (11) 4451 2011

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até às 19h

**2º Distrito Policial de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua Angatuba, nº 115, Vila São Pedro, Santo André

Telefone: (11) 4461 6363

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até às 19h

**3º Distrito Policial de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua 21 de Abril, nº 48, Bairro Silveira, Santo André

Telefone: (11) 4972 1489 - (11) 49723127

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>



Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até as 19h

#### **4º Distrito Policial de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua Catequese, nº 614, Bairro Jardim, Santo André

Telefone: (11) 4432 1383

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até às 19h

#### **5º Distrito Policial de Santo André**

Serviços: Atendimento ao público para a emissão de boletim de ocorrências, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Avenida Araucária, nº 1.194, Parque Novo Oratório, Santo André

Telefone: (11) 4476 5493

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até às 19h

#### **Fórum Santo André**

Serviços: Concilia e julga as ações judiciais

Endereço: Praça IV Centenário, nº 3, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4573 3243

Website: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 12:30h às 19h

#### **Fórum Trabalhista de Santo André**

Serviços: Concilia e julga as ações judiciais de trabalhadores

Endereço: Edifício San Francisco, Rua Monte Casseros, nº 259, Centro, Santo André

Telefone: (11) 3150 2000

Website: <http://www.tjsp.jus.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, a partir da 11:30h

**OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Santo André**

Serviços: Assistência judiciária aos profissionais e munícipes

Endereço: Avenida Portugal, nº 233, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4994 3040

E-mail: [santo.andre@oabsp.org.br](mailto:santo.andre@oabsp.org.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 18h

**Ouvidoria de Santo André**

Serviços: Canal de reclamações, denúncias, elogios e informações para a cidade

Endereço: Rua Dona Elisa Flaquer, nº 37, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4437 1150

E-mail: [ouvidoria@santoandre.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, com início às 10h

**Polícia Militar (2º Companhia) Santo André**

Serviços: Atendimento ao público, administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito

Endereço: Rua dos Coqueiros, nº 261, Bairro Campestre, Santo André

Telefone: (11) 4421 6894

Website: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: 24 horas

**Poupa Tempo Santo André**

Serviço: Emissão de documentos

Endereço: Rua Giovanni Battista Pirelli, nº155, Vila Homero Thon, Santo André

Telefone: (11) 4153 9700

Website: <https://www.poupatempo.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

**Prefeitura de Santo André**

Serviços: Atendimento tributário, controle e planejamento urbano e informações

Endereço: Praça Quarto Centenário, s/nº, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4433 0111

Website: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 17h, mediante agendamento prévio no Portal de Serviços ou pela Central de atendimento telefônico, 156 ou 0800 019 19 44, no período de Pandemia do COVID 19

### **PROCON - Santo André**

Serviços: Atendimento pessoal a todo consumidor que encontre problemas ou dúvidas no mercado de consumo

Endereço: Rua Arnaldo, nº 49, Centro, Santo André

Telefone: (11) 3356 9200

Website: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/institucional-procon>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, até às 16h

## **SEÇÃO: SERVIÇOS DE APOIO AO MUNICÍPE**

### **Banco de Alimentos**

Serviços: Distribuição de alimentos

Endereço: Avenida dos Estados, nº 2.195, Bairro Utinga, Santo André

Telefone: (11) 4996 9500 - ramal 2030

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 17h

### **Centro de Controle de Zoonoses e Canil Municipal**

Serviços: Atendimento a animais abandonados e doentes

Endereço: Rua Igarapava, nº 239, Vila Valparaíso, Santo André

Telefone: (11) 3356 9075

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8 h às 16:30h

### **CRAISA (Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André)**

Serviços: Executar ações na área de Abastecimento Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional na esfera municipal.

Endereço: Avenida dos Estados, nº 2.195, Vila Metalúrgica, Santo André

Telefone: (11) 4996-9500.

Website: <https://www.craisa.com.br/>

Horário: Segunda a domingo, das 7h às 21h

**Defesa Civil**

Serviços: Atuar de forma articulada com os órgãos públicos, entidades e associações, com ações preventivas, relacionadas à minimização de desastres e assistência humanitária

Endereço: Rua José Lins do Rego, nº 170, Vila Valparaíso, Santo André

Telefone: 199

Website: <http://www3.santoandre.sp.gov.br/defesacivil/>

Horário de atendimento: 24 horas

**ENEL**

Serviços: Fornecimento de energia

Endereço: Rua 11 de Junho, nº 461, Bairro Casa Branca, Santo André

Telefone: 0800 727 21 20

Website: <https://www.eneldistribuicao.sp.com.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 8:30h às 16:30h

**SABESP (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo) - SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento de Santo André)**

Serviços: Fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos

Endereço: Avenida José Caballero, nº 143, Vila Bastos, Santo André

Telefone: (11) 4433 9011

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**SABESP (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo) - SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento de Santo André)**

Serviços: Fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos

Endereço: Rua Jericó, nº 51, Vila Vitória, Santo André

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**SEÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE****AME (Ambulatório Médico de Especialidades)**

Serviços: Consultas

Endereço: Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo, nº 3.330, Vila Luzita, Santo André

Telefone: (11) 4454 6100

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h

**ARMI (Ambulatório Referência de Moléstias Infeciosas)**

Serviços: Consultas e exames

Endereço: Rua da Silveira, nº 73, Vila Guiomar, Santo André

Telefone: (11) 4979 4424 – (11) 4427 6110

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**CAPS I Infantil (Centro de Atenção Psicossocial)**

Serviços: Atendimento médico à saúde mental

Endereço: Rua David Campista, nº 220, Vila Guiomar, Santo André

Telefone: (11) 4972 6570 – (11) 4974 6545 – (11) 2325 3214

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**CAPS III (Centro de Atenção Psicossocial)**

Serviços: Atendimento médico à saúde mental

Endereço: Avenida Padre Manuel da Nóbrega, nº123, Bairro Jardim, Santo André

Telefone: (11) 4436 5680 – (11) 4437 2325

Horário de atendimento: 24 horas

**CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial)**

Serviços: Atendimento a dependentes químicos

Endereço: Rua Venezuela, nº 91, Centro, Santo André

Horário de atendimento: 24 horas

**CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial)**

Serviços: Atendimento a dependentes químicos

Endereço: Rua Gertrudes de Lima, nº 488, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4992 3668

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**Centro de Especialidades**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Ramiro Colleoni, nº 220, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4336 6030

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h

### **Centro de Especialidades II**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Xavier de Toledo, nº 517, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4479 6800

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

### **Centro de Especialidades em Infectologia**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Paulo Novaes, nº 501, Vila Vitória, Santo André

Telefone: (11) 4451 9764

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

### **CEO (Centro de Especialidades Odontológicas)**

Serviços: Odontologia

Endereço: Rua Campos Sales, nº 607, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4990 7600

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

### **CREM (Centro de Reabilitação Municipal)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Betânia, nº 600, Parque Novo Oratório, Santo André

Telefone: (11) 4479 9253

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **CHM (Centro Hospitalar Municipal)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Avenida João Ramalho, nº 6.326, Vila Assunção, Santo André

Telefone: (11) 4433 3660

Horário de atendimento: 24 horas

**Centro de Referência da Mulher Vem Maria**

Serviços: Proteção à mulher

Endereço: Rua João Fernandes, nº 118, Bairro Jardim, Santo André

Telefone: (11) 4992 2936

Website: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 18h

**CEREST (Centro de Referência de Saúde do Trabalhador)**

Serviços: Serviço de saúde ocupacional

Endereço: Rua Primeiro de Maio, nº 133, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4433 3011

Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 7h às 17h

**CRAS Alzira Franco (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Rua Amapola, s/nº, Jardim Alzira Franco II, Santo André

Telefone: (11) 4474 1828

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Centro (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Rua Senador Flaquer, nº 351, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4433 4550

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Jardim Cristiane (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Rua Martinópolis, s/nº, Jardim Cristiane, Santo André

Telefone: (11) 4452 2944 – (11) 4429 5127

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Marek/ Cidade São Jorge (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Rua Engenheiro Alfredo Heitzmann Junior, s/nº, Jardim Marek, Santo André

Telefone: (11) 4458 1227

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Recreio/Miami (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Rua Macaco Prego, nº 34, Recreio da Borda do Campo, Santo André

Telefone: (11) 4457 9880

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Utinga (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Avenida Utinga, nº 1971, Bairro Utinga, Santo André

Telefone: (11) 4994 4766

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRAS Vila Luzita (Centro de Referência de Assistência Social)**

Serviços: Atendimento integral à família, convivência e fortalecimento de vínculos e proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Endereço: Estrada do Pedroso, nº 236 - Vila Luzita, Santo André

Telefone: (11) 4452 2305

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CREAS I (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)**

Serviços: Assistência social

Endereço: Alameda Gaspar Nogueira, nº 31, Bairro Jardim, Santo André



Telefone: (11) 4436 5030

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CREAS II (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)**

Serviços: Assistência social

Endereço: Rua Senador Flaquer, nº 351, Centro, Santo André

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**CRISA Santo André (Centro de Convivência do Idoso)**

Serviços: Ginástica, Canto Coral, Teatro, Danças Circulares, Violão, Dança Cigana, Artesanato, Dança de Salão, Yoga, Informática, Lian Gong e inglês para a terceira idade.

Endereço: Rua do Café, nº 32, Bairro Jardim, Santo André

Telefone: (11) 4992 8132

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 17h

**CRPD (Centro de Referência da Pessoa com Deficiência)**

Serviço: Cursos de Teatro, Pintura, Musicalização e Informática.

Endereço: Rua Dr. Cesário Mota, nº 51, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4990 2886 – (11) 4436 5030

Website: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/>

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

**Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**

Serviços: Atendimento médico emergencial às mulheres

Endereço: Avenida Rua América do Sul, nº 285, Parque Novo Oratório, Santo André

Telefone: (11) 4478 5000

Horário de atendimento: 24 horas

**NANASA (Núcleo de Apoio a Natação Adaptada de Santo André)**

Serviços: Natação para pessoas com deficiência

Endereço: Rua Marechal Hermes, nº 485, Vila Alpina, Santo André

Telefone: (11) 4993 0619

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

**Pronto Atendimento Paranapiacaba**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Avenida Ford, s/nº 2, Paranapiacaba, Santo André

Telefone: (11) 4433 0031

Horário de atendimento: 24 horas

**SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Emergência)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Antônio Polesi, nº 500, Jardim Milena, Santo André

Telefone: (11) 4452 6499

Horário de atendimento: 24 horas

**UBS Bairro Utinga (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Alameda México, nº 643, Vila Metalúrgica, Santo André

Telefone: (11) 4435 1377

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Centre Ville (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Bezerra de Menezes, nº 35, Bairro Centre Ville, Santo André

Telefone: (11) 4978 2614

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Centro (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Campos Sales, nº 575, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4422 9520

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Cidade São Jorge (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Avenida São Paulo, nº 800, Cidade São Jorge, Santo André

Telefone: (11) 4978 3836

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Jardim Alvorada (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Dr. Almenor, s/nº, Jardim Silveira, Santo André

Telefone: (11) 4972 4664

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Jardim Bom Pastor (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua José D'Angelo, s/nº, Jardim Bom Pastor, Santo André

Telefone: (11) 4426 8988

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Jardim Carla (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua José de Alencar, s/nº, Condomínio Maracanã, Santo André

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Jardim Irene (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Estrada da Cata Preta, nº 552, Jardim Irene, Santo André

Telefone: (11) 4453 5781

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Jardim Santo Alberto (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Almada, nº 75, Jardim Santo Alberto, Santo André

Telefone: (11) 4475 8584

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 16h

**UBS Jardim Santo André (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Miguel Ferreira Melo, nº 497, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 2751 4339

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Dr. Moysés Fucs (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Alexandreta, nº 180, Vila Cláudio, Santo André

Telefone: (11) 4996 3406

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Parque Andreense (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Ibertioga, nº 100, Parque Andreense, Santo André

Telefone: (11) 4439 6572

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Parque João Ramalho (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Maragogipe, s/nº, Parque João Ramalho, Santo André

Telefone: (11) 4472 5957

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Parque Miami (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Estrada do Pedroso, nº 5.151, Parque Miami, Santo André

Telefone: (11) 4971 5274

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 21h

**UBS Vila Guiomar (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Silveiras, nº 73, Vila Guiomar, Santo André

Telefone: (11) 4992 7433

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 21h

**UBS Vila Helena (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Andrade Neves, nº 1.082, Vila Helena, Santo André

Telefone: (11) 4453 9687

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

#### **UBS Vila Humaitá (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Fernando Mascarenhas, nº 191, Vila Humaitá, Santo André

Telefone: (11) 4422 4815

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

#### **UBS Vila Linda (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Embaré, nº 97, Vila Linda, Santo André

Telefone: (11) 4459 8409

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

#### **UBS Vila Lucinda (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Caconde, nº 2, Vila Lucinda, Santo André

Telefone: (11) 4435 1370

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

#### **UBS Vila Luzita (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Avenida Dom Pedro I, nº 4.197, Vila Luzita, Santo André

Telefone: (11) 4435 1477

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

#### **UBS Vila Palmares (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Áurea, nº 234, Vila Palmares, Santo André

Telefone: (11) 4421 6829

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Vila Paraíso (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Juquiá, nº 256, Jardim Cristiane, Santo André

Telefone: (11) 4426 8394

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UBS Vila Valparaiso (Unidade Básica de Saúde)**

Serviços: Atendimento médico

Endereço: Rua Andradina, s/nº, Vila Valparaiso, Santo André

Telefone: (11) 4435 1490

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 17h

**UPA Bangu (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Avaré, nº 107, Bairro Bangu, Santo André

Telefone: (11) 4997 2284

Horário de atendimento: 24 horas

**UPA Central (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua da Figueiras, nº 20, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4436 6844

Horário de atendimento: 24 horas

**UPA Jardim Santo André (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Tom Jobim, nº 396, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 4451 2689

Horário de atendimento: 24 horas

**UPA Perimetral (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Agenor de Camargo, nº 129, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4432 3445

Horário de atendimento: 24 horas

### **UPA Sacadura (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Lauro Muller, nº 354, Bairro Sacadura Cabral, Santo André

Telefone: (11) 4421 8078

Horário de atendimento: 24 horas

### **UPA Vila Luzita (Unidade de Pronto Atendimento)**

Serviços: Atendimento médico emergencial

Endereço: Rua Calecute, nº 25, Vila Luzita, Santo André

Telefone: (11) 4451 9898

Horário de atendimento: 24 horas

## **SEÇÃO: CULTURA, LAZER E ESPORTES**

### **Biblioteca Nair Lacerda**

Serviços: Empréstimo de livros e mídias digitais

Endereço: Praça IV Centenário, s/nº, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4433 0768

Website: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/>

Horário de atendimento: segunda a sexta, das 9h às 18h e sábado, das 8h às 12h

### **Biblioteca Cecília Meirelis**

Serviços: Empréstimo de livros

Endereço: Praça Waldemar Soares, s/nº, Parque das Nações, Santo André

Telefone: (11) 4401 4533

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

### **Casa da Palavra**

Serviços: Espaço com programação cultural

Endereço: Praça do Carmo, nº 171, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4427 7701

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

### **Casa do Olhar**

Serviços: Espaço com programação cultural

Endereço: Rua Campos Sales, nº 414, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4992 7730

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

### **CEU Ana Maria (Centro de Artes e Esportes Unificados)**

Serviço: Oferece cursos de artes, práticas esportivas e lazer

Endereço: Praça Venâncio Neto, s/nº, Jardim Ana Maria, Santo André

Telefone: (11) 4427 5008

E-mail: eeramos@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 22h

### **CEU Marek (Centro de Artes e Esportes Unificados)**

Serviço: Oferece cursos de artes, práticas esportivas e lazer

Endereço: Rua Eng. Alfred Heitzman Júnior, s/nº, Jardim Marek, Santo André

Telefone: (11) 4458 1227

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 22h

### **Complexo Esportivo Pedro Dell'Antonia**

Serviços: Prática esportiva

Endereço: Rua São Pedro, nº 27, Vila América, Santo André

Telefone: (11) 4972 2821

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

### **Estádio Municipal Bruno José Daniel**

Serviços: Prática esportiva

Endereço: Rua 24 de maio, s/nº, Vila América, Santo André

Telefone: (11) 4474 4213

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

### **Museu Dr. Octaviano Armando Gaiarsa de Santo André**



Serviços: Museu de história

Endereço: Rua Senador Flaquer, nº 470, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4436 3631

Horário de atendimento: Das 8:30h às 16:30h

### **Parque Antônio Fláquer (Ipiranguinha)**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Rua Coronel Seabra, nº 210, Vila Alzira, Santo André

Telefone: (11) 4992 1168

Horário de atendimento: Das 6h às 22h

### **Parque Antônio Pezzolo (Chácara Pignatari)**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Avenida Utinga, nº 136, Vila Metalúrgica, Santo André

Telefone: (11) 4997 5524

Horário de atendimento: Das 6h às 22h

### **Parque Celso Daniel**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Avenida Dom Pedro II, nº 940, Bairro Jardim, Santo André

Telefone: (11) 4455 4086

Horário de atendimento: Das 6h às 22h

### **Parque Central**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Rua José Bonifácio, s/nº, Vila Assunção, Santo André

Telefone: (11) 4426 6628

Horário de atendimento: Das 6h às 20h

### **Parque Cidade dos Meninos**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Rua Batávia, s/nº, Parque Novo Oratório, Santo André

Telefone: (11) 4476 0020

Horário de atendimento: Das 6h às 22h

**Parque Escola**

Serviços: Lazer, cursos e espaço para práticas esportivas

Endereço: Rua Anacleto Popote, nº 46, Valparaíso, Santo André

Telefone: (11) 3356 9050

Horário de atendimento: Das 6h às 18h

**Parque da Juventude**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Rua Capitão Mário Toledo, s/nº, Vila Humaitá, Santo André

Telefone: (11) 4452 2816

Horário de atendimento: Das 6h às 20h

**Parque Regional da Criança Palhaço Estremilique**

Serviços: Lazer e espaço para práticas esportivas

Endereço: Avenida Itamarati, nº 536, Parque Jaçatuba, Santo André

Telefone: (11) 4479 5693

Horário de atendimento: Das 6h às 20h

**SABINA Parque Escola do Conhecimento**

Serviços: Atendimento a alunos e munícipes, com exposições, espaços educativos e interativos, planetário, animais aquáticos e serpentário

Endereço: Rua Juquiá, s/nº, Vila Eldizia, Santo André

Telefone: (11) 4422 2000

E-mail: [sabina@santoandre.sp.gov.br](mailto:sabina@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Terça a domingo, das 9:30h às 17h

**Teatro Municipal Maestro Flávio Florence de Santo André**

Serviços: Apresentação cultural

Endereço: Praça IV Centenário, nº 1, Centro, Santo André

Telefone: (11) 4433 0789

Horário de atendimento: Fechado temporariamente

**SEÇÃO: EDUCAÇÃO****CAEM (Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar)**

Serviço: Avaliação *multidisciplinar* dos alunos da rede municipal

Endereço: Rua Hatsuey Motomura, nº 88-90, Vila Silveira, Santo André

Telefone: (11) 4455 7240

Horário de atendimento: Temporariamente fechado

**CESA Cata Preta (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Estrada da Cata Preta, nº 810, Vila João Ramalho

Telefone: (11) 3356 7720 – (11) 3356 7730

Facebook: [www.facebook.com/cesacatapreta](http://www.facebook.com/cesacatapreta)

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

**CESA Jardim Irene (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Caminho dos Vianas s/nº, Jardim Irene, Santo André.

Facebook: <http://www.facebook.com/cesajdirene/>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

**CESA Jardim Santo Alberto (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Petrogrado, s/nº, Jardim Santo Alberto, Santo André

Telefones: (11) 3356 8077 – (11) 4975 1707

Facebook: <http://www.facebook.com/cesasantoalberto>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

**CESA Jardim Santo André (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua dos Dominicanos, nº 1250, Jardim Santo André, Santo André

Facebook: [www.facebook.com/cesajdsantoandre](http://www.facebook.com/cesajdsantoandre)

Telefone: (11) 3356 8073 – (11) 4453 0907

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Parque Erasmo Assunção (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Ipanema, nº 253, Parque Erasmo, Santo André

Telefone: (11) 3356 7957 – (11) 4479 0992

Facebook: [www.facebook.com/cesaerasmo](http://www.facebook.com/cesaerasmo)

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Novo Oratório (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Tanganica, nº 385, Bairro Oratório, Santo André

Telefones: (11) 3356 7921 – (11) 4479 0303

Facebook: <http://www.facebook.com/cesapno>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Vila Floresta (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Parintins, nº 344, Vila Floresta, Santo André

Telefones: (11) 3356 7777 – (11) 4461 2949

Facebook: <http://www.facebook.com/cesafloresta>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Vila Humaitá (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Guerra Junqueira, nº 366, Vila Humaitá, Santo André

Telefones: (11) 3356 7781 – (11) 4458 4011

Facebook: <http://www.facebook.com/cesavhumaita>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Vila Linda (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Rolândia, nº 115, Vila Linda, Santo André

Telefones: (11) 3356 7785 – (11) 4452 1799

Facebook: <http://www.facebook.com/cesavilalindaa>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Vila Palmares (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Armando Rocha, nº 220, Vila Palmares, Santo André

Telefones: (11) 3356 7789 – (11) 4991 4099

Facebook: <http://www.facebook.com/cesavilapalmares>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Parque Andreense (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Rua Astorga, s/nº, Parque Andreense, Santo André

Telefone: (11) 3356 7766 – (11) 4475 4713

Facebook: <http://www.facebook.com/cesapqandreense>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

### **CESA Vila Sá (Centro Educacional de Santo André)**

Serviços: Prática esportiva, cultural e promoção de saúde, oferece aulas de diversas modalidades para crianças, jovens e adultos

Endereço: Avenida Nova Iorque, s/nº, Vila Sá, Santo André

Telefones: (11) 3356 7793 – (11) 4997 7557

Facebook: <http://www.facebook.com/CesaVilaSa>

Horário de atendimento: Segunda-feira a domingo, das 8h às 21h

**Creche Ângela Masiero**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Franco da Rocha, nº 155, Vila Junqueira, Santo André

Telefone: (11) 3356 7846 – (11) 4971 6692

E-mail: cjunqueira@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Beth Lobo**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Cosenza, s/nº, Vila Sá, Santo André

Telefone: (11) 3356 7850 – (11) 4997 8551

E-mail: cvilasa@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Brasil Marques do Amaral**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Ariovaldo de Menezes, nº 25, Vila Luzita, Santo André

Telefone: (11) 3356 8094 – (11) 4451 3813

E-mail: cvlluzita@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Cata Preta**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Estrada da Cata Preta, nº 810, Bairro Cata Preta,

Telefone: (11) 3356 7708

E-mail: ccatapreta2@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Demercindo da Costa Brandão**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Custódia, s/nº, Vila Camilópolis, Santo André

Telefone: (11) 3356 7858 – (11) 4976-5945

E-mail: ccamilopolis@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Dom Décio Pereira**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Dos Dominicanos, s/nº, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 3356 7722 – (11) 4453 7436

E-mail: [cjardimsa@santoandre.sp.gov.br](mailto:cjardimsa@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Elisabete Lilian Piccinin**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Martinópolis, s/n.º, Jardim Cristiane, Santo André

Telefone: (11) 3356 8134 – 4452 5249

E-mail: [ccristiane@santoandre.sp.gov.br](mailto:ccristiane@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Eloá Cristina Pimentel da Silva**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida 1º de Dezembro, nº 298, Jardim Santo André, Santo André

E-mail: [cecpsilva@santoandre.sp.gov.br](mailto:cecpsilva@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Francisca Zuk**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida Loreto, s/nº, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 3356 8090 – (11) 4973 6463

E-mail: [cloreto@santoandre.sp.gov.br](mailto:cloreto@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Gonzaguinha**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Cajobi, s/nº, Parque Erasmo Assunção, Santo André

Telefone: (11) 3356 7862 – (11) 4476 2958

E-mail: [cerasmo@santoandre.sp.gov.br](mailto:cerasmo@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Guaratinguetá I**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida Guaratinguetá, nº 701, Jardim Alzira Franco, Santo André

Telefone: (11) 3356 8126

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Heitor Villa Lobos**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Lacônia, s/n.º, Parque Capuava, Santo André

Telefone: (11) 3356 7866 – (11) 4479 8214

E-mail: ccapuava@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Henfil**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Toledana, nº 10, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 3356 7738 – (11) 4451 7213

E-mail: cjsandre@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Herbert de Souza**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Gunnar Vingren, s/nº, Parque Marajoara, Santo André

Telefone (11) 3356 7870 – (11) 4978 3540

E-mail: cmarajoara@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Irmã Rosina da Silva**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Cisplatina, s/nº, Entrada na Rua Amélia Rodrigues, 456, Vila Guaraciaba, Santo André

Telefone: (11) 3356 7874 – (11) 4453 1483



E-mail: [cguaraciaba@santoandre.sp.gov.br](mailto:cguaraciaba@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Jardim Rina**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Miguel Guillen, nº 401, Jardim Rina, Santo André

Telefone: (11) 4401 1031

E-mail: [cjardimrina@santoandre.sp.gov.br](mailto:cjardimrina@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche João de Deus**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida Queiróz Filho, nº 4000, Vila Suíça, Santo André

Telefone: (11) 3356 7701 – (11) 3356 7702

E-mail: [mailto:cvsuiça@santoandre.sp.gov.br](mailto:mailto:cvsuiça@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Larah Santos Campos**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida Guaratinguetá, nº 775, Jardim Alzira Franco, Santo André

Telefone: (11) 3356 8126 – (11) 4475 7965

E-mail: [crafranco@santoandre.sp.gov.br](mailto:crafranco@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Maria Campos Santos**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Engenheiro Alfredo Hertzman Junior, s/nº, Jardim Marek, Santo André

Telefone: (11) 3356 8081 – (11) 3356 8082

E-mail: [cnovamarek@santoandre.sp.gov.br](mailto:cnovamarek@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Maria Delphina de Carvalho Neves**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil  
Endereço: Rua Camilo Castelo Branco, nº 55, Bairro Sacadura Cabral, Santo André  
Telefone: (11) 3356 7973 – (11) 3356 7974  
E-mail: cscabral@santoandre.sp.gov.br  
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Maria Dolores Felipe Silva**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil  
Endereço: Rua Nina Zanotto, nº 695, Jardim Milena, Santo André  
Telefone: (11) 3356 8152 – (11) 3356 8145  
E-mail: cjmilena@santoandre.sp.gov.br  
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Monsenhor João do Rego Cavalcanti**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil  
Endereço: Rua Lagoa Santa, s/n.º, Bairro Campestre, Santo André  
Telefone: (11) 3356 7853 – (11) 3356 7854  
E-mail: ccampestre@santoandre.sp.gov.br  
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Monteiro Lobato**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil  
Endereço: Rua Rio Jaguaribe, s/n.º, Parque Miami, Santo André  
Telefone: (11) 3356 7745 – (11) 3356 7746  
E-mail: cpmiami@santoandre.sp.gov.br  
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Padre José Mahon**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil  
Endereço: Rua Angra dos Reis, nº 85, Jardim Mirante, Santo André  
Telefone: (11) 3356 7704 – (11) 3356 7703  
E-mail: cjardimmirante2@santoandre.sp.gov.br  
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Paranapiacaba**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Willian Speers, s/nº, Vila Paranapiacaba, Santo André

Telefone: (11) 3356 7769 – (11) 3356 7770

E-mail: paranapiacaba@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof. Antônio Oliveira**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Cafelândia, s/n.º, Jardim Alvorada, Santo André

Telefone: (11) 3356 7886 – (11) 4451-4994

E-mail: calvorada@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof. Hideki Koyama**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Estrada da Cata Preta, nº 826, Bairro Cata Preta, Santo André

Telefone: (11) 3356 7734 – (11) 4971 7779

E-mail: ccatapreta@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof. Jorge Guimarães Lopes da Costa**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua dos Cocais, s/n.º, Jardim Guarará, Santo André

Telefone: (11) 3356 7713 – (11) 3356 7714

E-mail: cjguarara@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Profª Marina Gonçalves Ulbrich**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Pereira Coutinho, nº 431, Jardim Stella, Santo André

Telefone: (11) 3356 7878 – (11) 3356 7877

E-mail: mailto:cestela@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof. Máximo Manssur**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Massaranduba, s/nº, Parque João Ramalho, Santo André

Telefone: (11) 3356 7881 – (11) 3356 7882

E-mail: cjramalho@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof. Pedro Cia**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Tibiriçá, nº 500, Vila Homero Thon, Santo André

Telefone (11) 4458 0070

E-mail: cpedrocia@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof<sup>a</sup> Adalgisa Boccacino Pinheiro de Faro**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Engenheiro Alfredo Heitzman Junior, s/nº, Jardim Marek, Santo André

Telefone: (11) 3356 7842 – (11) 4453 3632

E-mail: cmarek@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Esther Moura Barreto**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Praça Chile, s/nº, Parque das Nações, Santo André

Telefone: (11) 3356 7890 – (11) 4455 4842

E-mail: cpchile@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Evangelina Jordão Luppi**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Aurélio Campos, nº115, Bairro Santa Teresinha, Santo André

Telefone: (11) 3356 8006 – (11) 4997 1165

E-mail: sterezinha@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Laura Dias de Camargo**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Santo Anastácio, s/nº, Vila Valparaíso, Santo André

Telefone: (11) 3356 7893 – (11) 3356 7894

E-mail: cvalparaiso@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Maria Ruth Koch Manfrin Croque**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Lopes Trovão s/nº, Jardim Carla, Santo André

Telefone: (11) 3356 8149 - (11) 3356 8148

E-mail: cmariaruth@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Nancy Andreoli**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Guariba, s/nº, Recreio da Borda do Campo, Santo André

Telefone: (11) 3356 7749 – (11) 3356 7750

E-mail: crbcampo@santoandre.sp.gov.br

**Creche Prof.<sup>a</sup> Sandra Cristina da Silva**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida Ayrton Senna da Silva, s/n.º, Parque Capuava II, Santo André

Telefone: (11) 3356 7897 – (11) 3356 7898

E-mail: calzirafranco@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**Creche Prof.<sup>a</sup> Sueli Leal Barros**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Astorga s/nº, Parque Andreense, Santo André

Telefone: (11) 4439 7395

E-mail: cpqandreense@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Prof.<sup>a</sup> Yonne Cintra de Souza**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Kasato Maru, s/nº, Vila Pires, Santo André

Telefone: (11) 3356 8137 – (11) 3356 8138

E-mail: [cvilapires@santoandre.sp.gov.br](mailto:cvilapires@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche República Italiana**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Osório de Almeida, s/nº, Santo Alberto, Santo André

Telefone: (11) 3356 7705 – (11) 3356 7706

E-mail: [csalberto@santoandre.sp.gov.br](mailto:csalberto@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **Creche Vereador Cosmo do Gás**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Avenida São Tomaz Mouro s/nº, Sitio dos Vianas, Santo André

Telefone: (11) 3356 8147 – (11) 3356 8146

E-mail: [csvianas@santoandre.sp.gov.br](mailto:csvianas@santoandre.sp.gov.br)

Anexo: Sítio dos Vianas

Endereço: Avenida São Tomaz Mouro, nº 107, Sitio dos Vianas, Santo André

Telefone (11) 4427 7000

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EE 16 de Julho**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA em Ensino Médio

Endereço: Rua General Olímpio, s/º, Bairro Centreville, Santo André

Telefone: (11) 4458 0662

E-mail: [e923370a@educacao.sp.gov.br](mailto:e923370a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EE Prof. Adamastor de Carvalho**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Tempo Integral

Endereço: Avenida Utinga, nº 1.100, Vila Utinga, Santo André

Telefone: (11) 4976 1222

E-mail: [e008576a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008576a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EE Padre Agnaldo Sebastião Vieira**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Rua Ubatuba, s/nº, Vila Guiomar, Santo André

Telefone: (11) 4992 0973

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EE Profª Clothilde Martins Zanei**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Avenida Loreto, nº 215, Jardim Santo André

Telefone: (11) 4974 0195

E-mail: [e008114a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008114a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EE Prof. Clotilde Peluso**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Rua Sagres, s/nº, Jardim Guarará, Santo André

Telefone: (11) 4973 5280

E-mail: [e008035a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008035a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EE Fioravante Zampol**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Rua Brasília, nº 195, Jardim Alvorada

Telefone: (11) 4973 5895

E-mail: [e008448a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008448a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Prof. Francisca Helena Furria II**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA em Ensino Médio

Endereço: Rua Caturrita, nº 2.463, Clube de Campo, Santo André

Telefone: (11) 4451 9468

E-mail: [e286217a@educacao.sp.gov.br](mailto:e286217a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE João Baptista Marigo Martins**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Estrada do Pedroso, nº 3.989, Jardim Riviera

Telefone: (11) 4455 7930

E-mail: [e008369a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008369a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Prof. José Henrique Paula e Silva**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA em Ensino Médio

Endereço: Praça Internacional, nº 597, Parque Oratório, Santo André

Telefone: (11) 4975 9027

E-mail: [e008606a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008606a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Prof. Nelson Pizzotti Mendes**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Rua José de Alencar, nº 75, Jardim Carla, Santo André

Telefone: (11) 4452 1988



E-mail: [e008606a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008606a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Marajoara II**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA em Ensino Médio

Endereço: Rua Rogério Giorgi, s/nº, Jardim Marajoara II, Santo André

Telefone: (11) 4474 3019

E-mail: [e925639a@educacao.sp.gov.br](mailto:e925639a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Paulo Emílio Salles Gomes**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Especial

Endereço: Rua Ciprestes, nº 860, Jardim Irene, Santo André

Telefone: (11) 4971 9901

E-mail: [e035695a@educacao.sp.gov.br](mailto:e035695a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Prof. Rener Caram**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA em Ensino Médio e Educação Integral

Endereço: Avenida Palmares, nº 778, Vila Palmares, Santo André

Telefone: (11) 4991 2019

E-mail: [e008205a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008205a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

### **EE Wanda Bento Gonçalves**

Serviço: Atendimento as modalidades do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA em Ensino Médio

Endereço: Rua Petrogrado, nº 667, Jardim Santo Alberto, Santo André

Telefone: (11) 4975 9066

E-mail: [e008473a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008473a@educacao.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22h

**EMEIEF Arquiteto Estevão de Faria Ribeiro**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Luiz Gomes Pain, s/nº, Jardim Marek, Santo André

Telefone: (11) 3356 7902 – (11) 4978 2250

E-mail: marek@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Augusto Boal**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Avenida Ayrton Senna da Silva, s/nº, Parque Capuava, Santo André

Telefone: (11) 3356 8098 – (11) 4975 1738

E-mail: capuava2@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Ayrton Senna da Silva**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Rio Pardo, nº460, Vila Cecília Maria, Santo André

Telefone: (11) 3356 7906 – (11) 4453 1803

E-mail: cmaria@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Cândido Portinari**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua dos Cocais, nº 186, Jardim Guarará, Santo André

Telefone: (11) 3356 7710 – (11) 4453 3110

E-mail: jguarara@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Carlos Drummond de Andrade**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Hatsuey Motomura, s/nº, Vila Pires, Santo André

Telefone: (11) 3356 7910 – (11) 4972 1566

E-mail: vpires@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Carolina Maria de Jesus**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Estrada da Cata Preta, nº 810, Bairro Cata Preta, Santo André

Telefone: (11) 3356 7726 – (11) 4455 5297

E-mail: catapreta@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

### **EMEIEF Célia Inês**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Caminho dos Vianas, nº 670, Bairro Jardim Irene, Santo André

Telefone: (11) 4451 0099

E-mail: jirene@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

### **EMEIEF Chico Mendes**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Tamanduá Bandeira, s/nº, Recreio da Borda do Campo, Santo André

Telefone: (11) 3356 7754 – (11) 4451 9660

E-mail: rbcampo@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

### **EMEIEF Cidade Takasaki**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Avenida Guaratinguetá, nº 661, Jardim Alzira Franco, Santo André

Telefone: 3356 7914 – 4479 6748

E-mail: afranco@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Comendador Piero Pollone**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Bocaina, s/nº, Cidade São Jorge, Santo André

Telefone: (11) 3356 7918 – (11) 4978 2197

E-mail: csaojorge@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Cora Coralina**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua dos Dominicanos, nº1250, Jardim Santo André, Santo André

Telefone: (11) 3356 7718 – (11) 4457 5748

E-mail: ccoralina@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h.

**EMEIEF Demercindo da Costa Brandão**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Maria Cristina, s/nº, Vila Camilópolis, Santo André

Telefone: (11) 3356 7930 – (11) 4461 3619

E-mail: camilopolis@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Dom Jorge Marcos de Oliveira**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Assis Cintra, nº 315, Condomínio Maracanã, Santo André

Telefone: (11) 3356 7934 – (11) 4451 5113

E-mail: maracana@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Elizabete Leonardi**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Avenida Pedro Américo, s/nº, Vila Guarani, Santo André

Telefone: (11) 3356 7938 – (11) 4474 0600

E-mail: guarani@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Fernando Pessoa**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Piramboia, nº 460, Jardim Estela, Santo André

Telefone: (11) 3356 7942 – (11) 4426 3779

E-mail: estela@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

### **EMEIEF Homero Thon**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Avenida Tibiriçá, nº 555, Vila Homero Thon, Santo André

Telefone: (11) 3356 7946 – (11) 4474 3646

E-mail: homeronthon@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Janusz Korczak**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Santo Anastácio, nº 293, Vila Valparaíso, Santo André

Telefone: (11) 3356 7950 – (11) 4436 1811

E-mail: valparaiso@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF João de Barros Pinto**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Londres, nº 444, Jardim Utinga, Santo André

Telefone: (11) 3356 8102 – (11) 4976 1733

E-mail: joaodebarros@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF José Maria Sestilio Mattei**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Mirandópolis, s/nº, Jardim Cristiane, Santo André

Telefone: (11) 3356 7954 – (11) 4453 1449

E-mail: jcristiane@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Luiz Gonzaga**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Ipanema, nº 253, Parque Erasmo Assunção, Santo André

Telefone: (11) 3356 7962 – (11) 4978 1924

E-mail: perasmo@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Luiz Sacilotto**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Nelo Rosati, nº113, Jardim Alvorada, Santo André

Telefone: (11) 3356 7966 – (11) 49710798

E-mail: jalvorada@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Machado de Assis**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Estrada do Pedroso, nº 800, Parque Miami, Santo André

Telefone: (11) 3356 7742 – (11) 4451 0558

E-mail: pmiami@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Madre Teresa de Calcutá**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Pindorama, s/nº, Parque João Ramalho, Santo André

Telefone: (11) 3356 7970 – (11) 4472 8839

E-mail: pjramalho@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

### **EMEIEF Miguel Sanches Ruiz**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Jales, s/nº, Cidade São Jorge, Santo André

Telefone: (11) 3356 8118 – (11) 4458 1205

E-mail: miguelruiz@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Monsenhor João do Rego Cavalcanti**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil

Endereço: Rua Lagoa Santa, s/nº, Bairro Campestre, Santo André

Telefone: (11) 3356 7982 – (11) 4427 9995

E-mail: campestre@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Odylo Costa Filho**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Ministro Calógeras, nº 459, Vila Guiomar, Santo André

Telefone: (11) 3356 8110 – (11) 4992 4686

E-mail: odylo@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

### **EMEIEF Padre Fernando Godat**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Votuporanga, nº 20, Vila Dora, Santo André

Telefone: (11) 3356 7986 – (11) 4426 3876

E-mail: vdora@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Paranapiacaba**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Vereador João Dias Carrasqueira, s/nº, Vila Paranapiacaba, Santo André

Telefone: (11) 3356 7762 – (11) 4439 0024

E-mail: paranapiacaba@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Parque Andreense**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Astorga, s/nº, Parque Andreense, Santo André

Telefone: (11) 3356 7758 – (11) 4439 6581

E-mail: pandreense@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Antônio Virgílio Zaniboni**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Avenida Áurea, nº 920, Jardim do Estádio, Santo André

Telefone: (11) 3356 7998 – 4453 5797

E-mail: jestadio@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Prof. Eufly Gomes**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Araguaia, nº 260 – Vila Curuçá, Santo André

Telefone: (11) 3356 7994 – (11) 4479 2111

E-mail: prepublica@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. José Lazzarini Júnior**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Coronel Seabra, nº 1201, Vila Marina, Santo André

Telefone: (11) 3356 8009 – (11) 4452 4655



E-mail: vmarina@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Júlio Nunes Nogueira**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Atlas, nº 47, Jardim do Estádio, Santo André

Telefone: (11) 3356 8122 – (11) 4453 3950

E-mail: julionunes@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Maria da Penha de Almeida Manfredi**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Praça da Liberdade, nº 511, Vila Curuçá, Santo André

Telefone: (11) 3356 8106 – (11) 4975 9028

E-mail: mariamanfredi@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Nicolau Moraes Barros**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Hatsuey Motomura, s/nº, Vila Pires, Santo André

Telefone: (11) 3356 8114 – (11) 4452 8525

E-mail: nicolau@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Nicolau Moraes Barros**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Hatsuey Motomura, s/nº, Vila Pires, Santo André

Telefone: (11) 3356 8114 – (11) 4452 8525

E-mail: nicolau@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Paulo Freire**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Tirana, nº 288, Vila Matarazzo, Santo André

Telefone: (11) 3356 7990 – (11) 4479 1647

E-mail: matarazzo@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof. Therezinha Monteiro Barros Nosé**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua João Fernandes, s/nº, Vila Alpina, Santo André

Telefone: (11) 3356 8042 – (11) 4438 4575

E-mail: valpina@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Darcy Ribeiro**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Tanganica, nº 385, Parque Novo Oratório, Santo André

Telefone: (11) 3356 7926 – (11) 4472 4819

E-mail: internacional@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Elaine Cena Chaves Maia**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Petrogrado, s/nº, Jardim Santo Alberto, Santo André

Telefone: (11) 3356 8002 – (11) 4975 5352

E-mail: salberto@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Maria Cecília Dezan Rocha**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Avenida Nova Iorque, s/nº, Vila Sá, Santo André

Telefone: (11) 3356 8050 – (11) 4997-8104

E-mail: vilasa@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça de Souza**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Parintins, nº 344, Vila Floresta, Santo André

Telefone: (11) 3356 7978 – (11) 4426 4678

E-mail: floresta@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Maria da Penha de Almeida Manfredi**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Praça da Liberdade, nº 511, Vila Curuçá, Santo André

Telefone: (11) 3356 8106 – (11) 4975 9028

E-mail: mariamanfredi@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Mariângela Ferreira Aranda Fuzetto**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Pacheco Chaves, s/nº, Vila Junqueira, Santo André

Telefone: (11) 3356 8014 – (11) 4453 8513

E-mail: vjunqueira@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Sonia Aparecida Marques**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Hermínia Lopes Lobo, nº 220, Vila Palmares, Santo André

Telefone: (11) 3356 8034 – (11) 4421 9333

E-mail: vpalmares@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Prof.<sup>a</sup> Yvone Zahir**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Expedicionário Oscar Vano, nº 387, Jardim Las Vegas, Santo André

Telefone: (11) 3356 8018 – (11) 4451 0608

E-mail: lasvegas@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 22:30h

**EMEIEF Reverendo Oscar Chaves**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Carijós, nº 2286, Vila Linda, Santo André

Telefone: (11) 3356 8022 – (11) 4453 6888

E-mail: vlinda@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Salvador dos Santos**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Guerra Junqueira, nº 366, Vila Humaitá, Santo André

Telefone: (11) 3356 8026 – (11) 4458 0056

E-mail: humaita@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Sylvia Orthof**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Alfa, s/nº, Jardim Teles de Menezes, Santo André

Telefone: (11) 3356 8030 – (11) 4451 0939

E-mail: tmenezes@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

**EMEIEF Tarsila do Amaral**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Angatuba, nº30, Bairro Bangu, Santo André

Telefone: (11) 3356 038 – (11) 4976 5940

E-Mail: tamaral@santoandre.sp.gov.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h

Vereador Manoel de Oliveira

**EMEIEF Vinícius de Moraes**

Serviços: Atendimento a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental

Endereço: Rua Nilde, nº 160, Vila Camilópolis, Santo André

Telefone: (11) 3356 8054 – (11) 4976 5067

E-mail: [vmoraes@santoandre.sp.gov.br](mailto:vmoraes@santoandre.sp.gov.br)

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 18h